

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RODRIGO CASTRO AZEVEDO

**DE SILÊNCIOS CARTOGRÁFICOS A TERRITÓRIOS INDÍGENAS: o sertão do
Maranhão a partir do mapa de Francisco de Paula Ribeiro**

SÃO LUÍS

2023

RODRIGO CASTRO AZEVEDO

**DE SILÊNCIOS CARTOGRÁFICOS A TERRITÓRIOS INDÍGENAS: o sertão do
Maranhão a partir do mapa de Francisco de Paula Ribeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Estadual do
Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco
Filho

SÃO LUÍS

2023

Azevedo, Rodrigo Castro.

De silêncios cartográficos a territórios indígenas: o sertão do Maranhão a partir do mapa de Francisco de Paula Ribeiro ou Convertendo silêncios cartográficos em territórios indígenas : o sertão do Maranhão a partir do mapa de Francisco de Paula Ribeiro / Rodrigo Castro Azevedo – São Luís, 2023.

--- f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho.

RODRIGO CASTRO AZEVEDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA AVALIADORA:

Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (Orientado) (PPGHIST/UEMA)

Prof. Dr. Ana Lúcia Cunha Duarte (Arguidor) (PPGE/UEMA)

Prof. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa (Arguidora) (PPGHIST/UEMA)

Prof. Dr. Jakson do Santo Ribeiro (Suplente) (PPGHIST/UEMA)

AGRADECIMENTOS

RESUMO

O presente texto dissertativo tem por objetivo analisar o sertão dos Pastos Bons e as populações indígenas que habitavam a região no contexto oitocentista, à luz dos escritos e da cartografia legada pelo militar português Francisco de Paula Ribeiro. As fontes utilizadas foram as memórias produzidas pelo referido autor, a saber: “Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima” Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1848, e “Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos” Rio de Janeiro, Revista do IHGB, nº 12, 1849, “Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas; processo de suas hostilidades sobre os habitantes; causas que lhes tem dificultado a redução e único methodo que seriamente poderá reduzi-las”. Rio de Janeiro, Revista Trimestral de História Geographica, 1841 e o “Mappa geographico da Capitania do Maranhão, que pode servir de Memória sobre a População, Cultura e Couzas mais notáveis da mesma Capitania”. Por meio dos supracitados textos escritos e cartográficos Francisco de Paula Ribeiro construiu um discurso sobre o sertão maranhense que ao mesmo tempo alijou os povos indígenas do sertão do processo de ocupação da região e reforçou a narrativa sobre a suposta existência de imensos vazios demográficos nos Pastos Bons. Desta forma, o problema norteador da pesquisa foram os questionamentos sobre a real existência destes vazios demográficos e o papel que este discurso ocupava no contexto colonial. Para tanto, utilizou-se alguns dos referenciais teóricos e metodológicos da chamada Nova História da Cartografia. As discussões aqui pretendidas são discorridas dos três capítulos que compõem o texto dissertativo e, igualmente, é resultado das discussões aqui expostas o produto educacional em formato de roteiro de estudos e um mapa direcionando aos alunos do 7º ano do ensino fundamental.

Palavras-chave: Ensino de história; cartografia histórica; sertão; Pastos Bons; Maranhão.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the backwoods of the Pastos Bons and the indigenous populations that inhabited the region in the 19th century, in the light of the writings and cartography bequeathed by the Portuguese military Francisco de Paula Ribeiro. The sources used were the memoirs produced by that author, namely: *Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima*. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 1848, e *Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos*. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, nº 12, 1849, *Memória sobre as Nações Genticas que presentemente habitam o continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas; processo de suas hostilidades sobre os habitantes; causas que lhes tem dificultado a redução e único methodo que seriamente poderá reduzi-las*”. Revista Trimestral de História Geographica. Rio de Janeiro, 1841 and the *Mappa geographico da Capitania do Maranhão*, que pode servir de *Memória sobre a População, Cultura e Couzas mais notáveis da mesma Capitania*. Through the aforementioned written and cartographic texts Francisco de Paula Ribeiro constructed a discourse about the backlands of Maranhão that at the same time removed the indigenous peoples of the backlands from the process of occupation of the region and reinforced the narrative about the supposed existence of huge demographic voids in Pastos Bons. In this way, the guiding problem of the research were the questions about the real existence of these demographic voids and the role that this discourse occupied in the colonial context. For this purpose, some of the theoretical and methodological references of the so-called New History of Cartography were used. The discussions intended here are discussed in the three chapters that make up the dissertation text and, likewise, the educational product in the form of a study guide and a map directing students of the 7th year of elementary school is a result of the discussions exposed here.

Keywords: History Teaching; Historical Cartography; Maranhão; Backwoods.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Muhammad Idrisi	17
Figura 2 - Mapa Elaborado por Francisco de Paula Ribeiro em 1819	56
Figura 3 - As nações indígenas ausentes na cartografia de Francisco de Paula Ribeiro	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Povos indígenas e sua localização segundo Francisco de Paula Ribeiro.....	93
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CARTOGRAFIA: TEORIA, MÉTODO E PODER	15
2.1	Mapas: uma definição conceitual	15
2.2	A nova história da cartografia: teoria e método	18
2.3	A cartografia e a história cultural	24
2.4	Mapas e poder: subjetividade e usos políticos	27
2.5	Território, espaço e capitania do maranhão no período colonial	35
3	A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO: TENSÕES ENTRE O VAZIO DEMOGRÁFICO DOS SERTÕES E OS POVOS INDÍGENAS	45
3.1	O sertão no período colonial: uma breve discussão conceitual	45
3.2	Francisco de Paula Ribeiro: aspectos biográficos do militar e explorador	49
3.3	O mapa geográfico da Capitania do Maranhão: uma análise de seus ditos e não- ditos	55
3.4	O uso dos topônimos como ferramenta de dominação política	57
3.5	Vazios demográficos e o silenciamento dos povos indígenas	62
4	O PRODUTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO E OS MAPAS NO ENSINO DE HISTÓRIA	76
4.1	Mapas como recurso didático no ensino de história	76
4.2	Elementos básicos da alfabeização cartográfica: questões técnicas e históricas	81
4.3	“Desvendando mapas e conhecendo o sertão”: uma breve explanação sobre o produto educacional	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

O uso da cartografia como fonte para o fazer historiográfico tem ganhado cada vez mais robustez nas últimas décadas. Os mapas históricos põem em perspectiva a possibilidade de melhor analisar os espaços geográficos em que ocorreram os fatos nos quais se debruça a historiografia, e, na medida em que se passou a inquirir as disputas intrínsecas ao processo de elaboração dos produtos cartográficos, sua relevância para os estudos históricos tornou-se ainda mais acentuada.

A despeito desse cenário traçado no campo acadêmico, no âmbito do ensino de história, nota-se que o emprego dos mapas na prática pedagógica ainda está distante da realidade escolar, isso porque a “[...] conjuntura atual de recursos didáticos históricos está, em suma, pautada na utilização de jornais, revistas, literatura, música, cinema, fotografia e até museus (entre os documentos não escritos na sala de aula)” (PINA, 2017, p. 01).

Dessa forma, persiste a noção do mapa como um mero elemento figurativo, servindo apenas para corroborar com as explicações textualmente apresentadas, perdendo assim sua importância como recurso didático no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, esta subutilização contribui para a manutenção de uma visão tradicional dos mapas como “espelhos do mundo real”, sem que seja posto em análise suas parcialidades e subjetividades características do processo de elaboração.

Em face da problemática apontada se pretende através do presente texto dissertativo, em conjunto com o produto proposto, colaborar com o rompimento do desuso relativo ao ensino de história com mapas e, a partir de então, estimular a interpretação crítica dessa importante fonte documental para que os discentes possam questionar os valores políticos, sociais e culturais que permearam o período de sua elaboração e em que medida essas produções cartográficas são vetores dos discursos vigentes à época.

A escolha dos estudos da cartografia histórica associada ao sertão maranhense se deu em virtude da proximidade que possuo com a temática desde o princípio da minha vida acadêmica. Iniciei as pesquisas sobre os Pastos Bons em 2016, quando fui contemplado com uma bolsa de pesquisa CNPq, relativa ao projeto: “A Cartografia do sertão de Francisco de Paula Ribeiro dois séculos depois”.

Deste então, tenho me dedicado ao estudo do sertão maranhense através de livros, artigos e congressos que abordam o tema. O conjunto de estudos desenvolvidos sobre o tema redundou em meu texto monográfico intitulado “Um olhar sobre o sertão dos Pastos Bons a partir das memórias de Francisco de Paula Ribeiro” (2019), bem como apresentação de

trabalhos em congressos.

Em vista disso, o presente trabalho pretende articular os debates referentes à Nova História da Cartografia em conjunto às discussões conceituais e teóricas sobre sertão, a fim de empreender uma análise do mapa produzido por Francisco de Paula Ribeiro intitulado o “Mapa geográfico da Capitania do Maranhão que pode servir de Memória sobre a População, Cultura e Coisas mais notáveis da mesma Capitania”.

À luz dos apontamentos teóricos e metodológicos proveniente dos dois campos, assim como mediante a análise dos escritos de autoria de Paula Ribeiro, pretende-se questionar os discursos sobre o sertão dos Pastos Bons expressos pelo militar em sua cartografia.

O texto dissertativo está estruturado em três capítulos “Cartografia: Teoria, Método e Poder”, “A cartografia histórica de Francisco de Paula Ribeiro: tensões entre o vazio demográfico dos sertões e os povos indígenas” e por fim, encerraremos com os debates que versarão sobre o uso dos mapas no ensino de História e o processo de elaboração do produto educacional.

Ao longo do escrito intentamos realizar um debate conceitual e teórico sobre a cartografia, perpassando pelas suas formatações técnicas, aspectos estéticos e as funções exercidas nos múltiplos contextos sociais.

Durante algumas décadas a história da cartografia, na condição de campo de estudo acadêmico, esteve alicerçada sob um viés tradicional que atribuía maior ênfase aos aspectos técnicos dos mapas em detrimento a uma leitura de maior rigor analítico dos aspectos discursivos que igualmente são característicos dos produtos cartográficos.

Sendo assim, como forma de empreender uma análise crítica de tais fontes, aproximamo-nos das noções teóricas e metodológicas propostas pela chamada Nova História da Cartografia, que tem como um dos principais intentos a contextualização dos mapas, a fim de problematizar tanto a sua produção como os seus usos. (EDNEY, 2007, p. 49-50). Para tanto nos pautamos principalmente nas ideias do geógrafo e historiador britânico John Brian Harley (1932- 1991), um dos principais expoentes deste movimento.

Atribuindo maior concretude a esta nova roupagem da análise cartográfica, Harley se baseia em larga medida nas ideias de matrizes sociológicas e filosóficas, advogando por uma nova epistemologia da história da cartografia que se distancie dos modelos tradicionais e promova uma leitura crítica destes produtos, sobretudo no que diz respeito aos ideais de objetividade e neutralidade que amparam as discussões sobre a cartografia fomentadas anteriormente.

De igual forma, o diálogo estabelecido com Michel de Foucault possibilita

interpretarmos a cartografia à luz das suas relações mediadas com o poder em suas diversas instâncias. Atribui-se maior ênfase aos mapas oriundos a partir da Idade Moderna, em virtude do papel por eles exercido no processo de reafirmação dos domínios sobre os espaços coloniais.

Também é o objeto desta dissertação as discussões acerca da abordagem conceitual sobre o sertão. Tal questão se faz necessária em virtude da abrangência que o termo adquiriu ao longo dos séculos. Conforme traduz Candice Vidal e Souza (2011, p. 220)

Os sertões são muitos, o sertão é um mesmo lugar que pode ser reencontrado em espaços dispersos pelo Brasil. Viajantes, escritores, cientistas e repórteres descrevem os sertões e as suas diversidades empíricas irredutível ou escolhem enfatizar os aspectos físicos, naturais e sociais que se repetiram nos vários sertões observados em suas andanças reais e imaginadas pelo Brasil.

A multiplicidade de olhares sobre o sertão explanados pela autora conferiam a esta região uma gama de discursos que, em grande medida, construíram o imaginário sobre o que seria de fato este espaço. Salientamos que a cartografia, bem como os múltiplos registros escritos produzidos por indivíduos de toda sorte que percorreram o interior da América Portuguesa, são cruciais para compreendermos o imaginário de sertão que se constituiu nesse período.

No que tange esta questão, denota-se que a relação entre cartografia e as comunidades étnicas apresentam nuances bastante peculiares, visto que a cartografia histórica se configura como um elemento de consolidação dos discursos de *poder*. Por esta razão, é muito frequente que os mapas, ao retratarem o sertão brasileiro, reforcem o discurso de domínio ou silenciamento das sociedades nativas que habitavam a região, transformando o sertão em um imenso “vazio demográfico” (MOREIRA, 2000).

Tal fato se expressa, principalmente, a partir dos relatos dos primeiros viajantes que chegaram aos sertões da América Portuguesa, que, via de regra, faziam referências a vastos espaços despovoados em antagonismo às ocupações coloniais do litoral.

É neste contexto em que está inserida a figura de Francisco de Paula Ribeiro que chegou a capitania do Maranhão na última década do século XVIII, além de ter prestado serviços militares à Coroa de Portugal nas mais diversas incursões nas quais foi empregado, também prestou valorosas contribuições como explorador, “descrevendo suas impressões obtidas ao longo dos mais de vinte anos de viagens pelos sertões dos Pastos Bons trazendo a lume um Maranhão desconhecido em seus aspectos geográficos, históricos e antropológicos”. (PACHÊCO FILHO, 2016, p. 25).

Posterior a uma breve exposição da biografia de Paula Ribeiro nos detemos na análise

de seu mapa em conjunto com suas memórias a fim de questionar os silenciamentos impostos pelo militar aos povos indígenas que ocupavam em grande medida os sertões dos Pastos Bons. Problematiza-se a noção do sertão maranhense como expressão deste vazio demográfico em contraposição à expressiva presença de povos indígenas que habitavam a região.

Por fim, os debates envolvendo a inserção da cartografia no âmbito escolar iualmente são explorados ao longo do presente texto. Para tanto mobilizamos discussões referentes ao modo com os mapas tem sido trabalhado no contexto do ensino básico e quais as valências do processo de ensino-aprendizagem podem ser potencializados por meio da utilização desta fonte em sala de aula. Estes debates convergem para pensarmos o papel do produto didático pedagógico aqui apresentado e quais as funções que poderá cumprir junto ao público do ensino fundamental.

2 CARTOGRAFIA: TEORIA, MÉTODO E PODER

2.1 Mapas: uma definição conceitual

Motivados pelo desejo de atribuir maior concretude às suas percepções sobre os diversos espaços, ou em razão da necessidade de transmitir informações a terceiros e até mesmo como forma de manifestar poder, ratificando os seus domínios sobre determinados territórios, os sujeitos dos mais distintos períodos históricos utilizaram a cartografia como forma de materializar estes anseios.

A intrínseca e extensa relação que se desenhou entre os mapas e os homens ao longo da história desembocou em substanciais debates no âmbito científico abrangendo questões de cunho conceitual, teórico e metodológico marcadas por divergências significativas entre algumas vertentes, a depender do contexto e das bases epistemológicas em que estas discussões foram gestadas.

Do ponto de vista conceitual, a emergência de uma definição que tivesse maior difusão entre os estudiosos do tema é fruto de um processo construído a várias mãos. Por essa razão, ao buscarmos nos referenciais bibliográficos a definição de cartografia, é possível encontrar uma gama de conceitos elaborados pelos mais diversos autores e estudiosos do tema, dentre os quais podemos destacar Duarte (2006), Bakker (1965) e Soukup (1966).

Com relação às origens da palavra cartografia, Max Justos Gudes (2012, p. 13) menciona que apesar do ato de cartografar remontar a raízes longínquas, tratava-se de um vocábulo recente e que as primeiras definições apontavam para uma convergência entre a arte e a ciência no ato de compor cartas geográficas; um neologismo atribuído pelo Visconde de Santarém, Francisco de Barros e Sousa Mesquita de Macedo Carvalhosa, encontrado em correspondências trocadas com Francisco Adolfo Varhagem, em 8 de dezembro de 1839.

Esta correlação entre elementos supracitados se justifica, pois, estes trabalhos estão alicerçados em métodos e técnicas desenvolvidas ao longo de anos de estudos científicos, provenientes de vários campos do saber como a Física, a Geografia, a Topografia, dentre outros. Além disso, em virtude do caráter imagético, é necessária uma preocupação com a beleza plástica destas produções, fazendo com que o cartógrafo se valha de elementos de natureza artística em seus trabalhos. (CARVALHO; ARAÚJO, 2008, p. 3).

Aglutinando as características citadas, a Associação Cartográfica Internacional estabeleceu no ano de 1966 um conceito universal, também utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o qual

A Cartografia apresenta-se como um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentos, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização. (IBGE, 1999, p. 12)

De tal modo, estão vinculados a este conceito os mais diversos produtos cartográficos, dentre os quais se destacam principalmente os mapas, sendo concebidos do ponto de vista técnico como uma representação de elementos naturais, geográficos e culturais, construídos em menor escala, e que, em razão dos diversos objetivos que possam atender, podem ser concebidos como mapas temáticos, culturais ou ilustrativos (IBGE, 1998, p. 15).

Todavia a despeito desta leitura estritamente tecnicista que preponderou nas formulações propostas por algumas correntes no campo da cartografia, é necessário advogar por uma interpretação dos mapas que também seja norteadada pela análise dos elementos subjetivos que o alicerçam, bem como as relações de poder que historicamente foram edificadas através deles.

A contestação a essa interpretação abarca o próprio modelo explicativo do percurso histórico da cartografia, que corroborou para uma leitura menos complexa dos mapas ao desconsiderar outras particularidades que estão para além das questões técnicas. Isso por que a trajetória dos mapas é contada sob uma perspectiva linear, na qual se concebe a evolução tecnológica como o motor que impulsiona a superação de mapas antigos em uma busca constante por representações cada vez mais fidedignas.

E como desdobramento, desloca-se o foco de análise do papel empreendido pelos mapas no processo de naturalização do olhar subjetivo que certos grupos possuem sobre os espaços e das múltiplas “forças” que incidem na sua produção, com o intuito de referendar um ideal de progresso que estas “imagens científicas” trouxeram à humanidade (VIEIRA, 2014, p. 43).

Os mapas provenientes da Idade Moderna podem ser citados como a materialização do cenário citado, pois apesar da cartografia do período ser caracterizada pelo seu avanço técnico, se comparada aos seus predecessores, conforme indicado anteriormente, alguns mapas europeus provenientes desta época “[...] atribuíam fabulosas riquezas minerais às ‘terras virgens’, procurando, com isso, encorajar e justificar financiamentos às expedições de exploração” (DUARTE, 2006, p. 22-23), o que dá mostra das intencionalidades que podem estar incutidas nos mapas.

A primazia atribuída aos elementos matemáticos na análise da cartografia possui como uma de suas razões o eurocentrismo que dominou a vertente tradicional da história da

cartografia oriunda do século XIX. Concedeu-se à tradição ocidental o status de berço da cartografia no qual o percurso iniciava com os mapas greco-romanos ou mesmo do Egito antigo, partindo-se para uma transição dos mapas rudimentares aos modelos de maior “exatidão” matemática no mundo moderno.

Dessa forma, ao passo que o avanço da ciência cartográfica europeia passou a ser concebida como um dos balizadores da evolução da humanidade, os mapas que não estavam enquadrados nos parâmetros estabelecidos pelos intelectuais do período oitocentista, ou seja, “[...] que não indicassem algum progresso rumo à objetividade deixavam de ser seriamente estudados” (HARLEY, 1991, p. 2).

Por essa razão, a história da cartografia que se fazia no período, e que reverberou décadas adiantes, desconsiderou longas tradições cartográficas não-europeias. Nesta linha, é possível elencar os mapas islâmicos (figura 1), que a despeito das particularidades nas quais estas sociedades estavam inseridas, as análises dos seus mapas empreendidas pelos historiadores da cartografia situados na Europa visavam atrelá-los a uma suposta herança dos modelos gregos. Situação similar ocorreu com os mapas antigos oriundos da Índia, que por não adotarem o sistema de códigos ocidentais e alguns de seus exemplares basearem-se em sistemas cosmográficos, foram cunhados como mapas não-científicos ou rudimentares.

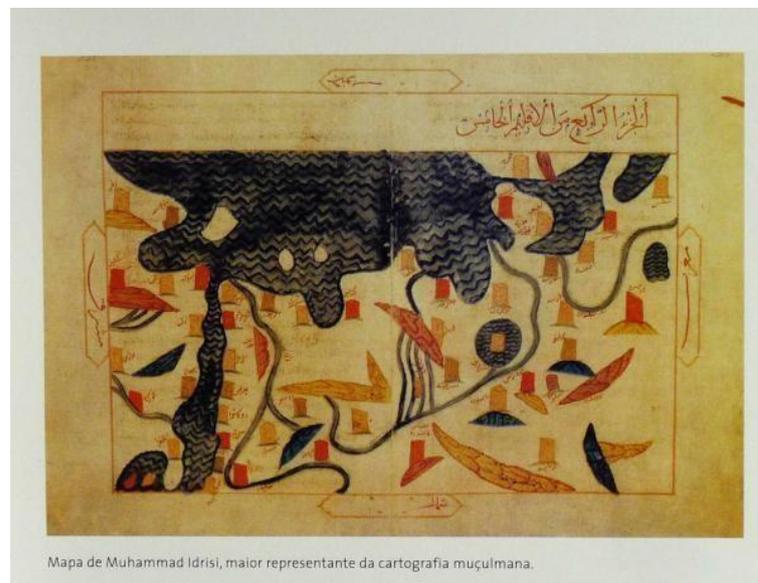


Figura 1 - Mapa de Muhammad Idrisi

Fonte: Guedes (2012, p. 17)

Harley aponta que os mapas não-europeus só possuíam maior relevo se inseridos em uma espécie de “história comparada” em que se buscava apontar similitudes entre os princípios técnicos, matemáticos e metodológicos consagrados na Europa moderna e àqueles

aplicados fora do “Velho continente”. Foi neste contexto, que a rica tradição cartográfica chinesa ganhou maior destaque entre os cartógrafos ocidentais, estabelecendo uma vinculação direta entre os mapas orientais e tradição moderna.

Contudo, esta estruturação de modelo explicativo desabona que:

[...] tanto nas sociedades ocidentais como nas orientais, a prática cartografia invariavelmente une o objetivo ao subjetivo, a prática aos valores, o mito ao fato comprovado, a precisão à aproximação. As histórias eurocêntricas tradicionais têm desprezado os usos míticos, psicológicos e simbólicos dos mapas, valorizando o prático; isso se deve mais à nossa obsessão pelos modelos científicos do que a história real da prática cartográfica (HARLEY, 1991, p. 9).

A despeito disso, mediante ao constante processo de renovação pelo qual a história da cartografia foi submetida nas últimas décadas, tornou-se factível a revisão destas posições paradigmáticas, principalmente, com o surgimento de outras proposições teóricas epistemológicas caracterizadas por uma maior abertura com outros campos do saber que não somente os vinculados às ciências exatas.

Este processo foi ao encontro da necessidade premente de subsidiar análises de cunho crítico acerca dos mapas, visando desmitificar a imagem cartográfica ao atribuir maior destaque aos aspectos discursivos que o compõem em detrimento à centralidade concedida às questões técnicas, para que dessa forma os mapas sejam tidos “[...] como representações de formas de ver o mundo, social, cultural e historicamente construído” (GIRARDI, 2001, p.29).

2.2 A nova história da cartografia: teoria e método

O despontar desta nova abordagem pode ser situada por volta da década de oitenta e noventa do século XX, com reverberações significativas nos debates atuais sobre o tema. Porém, ainda na década de 1970, é possível identificar os primeiros sinais que apontavam para os novos rumos que considerável parcela dos estudiosos trilharia nos anos seguintes.

Sobre isso, a historiadora Maria do Carmo Andrade Gomes (2004) elaborou uma cronologia dos fatos que redundaram nesta “Nova História da Cartografia”. Gomes assinala que a consolidação dos estudos cartográficos como um campo independente, a partir da ascensão dos mapas à condição de objeto de estudo, permitiu o fortalecimento da área no campo acadêmico. Dessa forma, avolumaram-se as publicações e encontros que objetivavam debater o tema. Frente a esta troca intensa estabelecida entre os intelectuais das mais distintas correntes, surgiram novas bases filosóficas e técnicas que permitiram o melhor estudo dos mapas antigos. É possível citar como indicativo deste cenário que se avizinhava, o maior

interesse nas discussões teórico conceituais dos termos cartografia e mapa e aos debates que propunham pensá-los enquanto meios de comunicação, apoiados em reflexões teóricas usadas na semiologia e linguagem que contribuíssem para pensá-lo não só como um produto estanque, mas também no seu curso de elaboração.

Embora os intelectuais nos anos setenta do século passado já demonstrassem as trilhas no campo das ideias para que a renovação fosse debatida, o cenário ainda era marcado por pouco apoio institucional nas universidades para esta empreitada. No entanto, ao longo das duas décadas que se seguiram, aos poucos, o movimento ultrapassou a barreira de meros esforços individuais de alguns historiadores da cartografia e angariou maior suporte nos espaços institucionais.

Sendo assim, em consonância com a criação de associações nacionais e internacionais, expandiu-se o número de eventos acadêmicos e publicação de artigos de teor crítico as metodologias e objetivos tradicionalmente operados. Segundo Gomes (2004), dois eventos podem ser considerados como os expoentes para os novos percursos adotados: a exposição de cartografia ocorrida em Pari, no renomado Centro Georges Pompidou e o catálogo proveniente do evento, editado em 1980 na França. Assim como o The History Cartography Project, realizado na Universidade de Chicago no ano de 1982.

O evento realizado em terras francesas tinha como mote convidar a uma observação mais detida sobre os mapas, já que em detrimento a sua maior presença no cotidiano, ainda eram tidos como incógnitas. Baseado nisso, seus idealizadores estruturam três chaves de leitura para os mapas:

[...] viajar, que concebia o mapa como um sistema de imagens a serviço da relação do homem com o território; levantar, voltado para as operações de leitura do território, sua tradução, sua transcrição; decidir, que mostrava o mapa como instrumento de controle político, de gestão e transmissão de conhecimento (GOMES, 2004, p.70)

Por outro turno, o evento sediando na universidade estadunidense foi responsável por importantes publicações que contribuíram para a renovação conceitual e epistemológica, além de reivindicar por uma maior abrangência nos recortes temporais. Além disso, também propiciaram a grandes expoentes do movimento da Nova História da Cartografia maior holofote as suas proposições, oferecendo concretude ao debate. Nesse sentido, destaca-se a figura do geógrafo e historiador da cartografia John Brian Harley (1932- 1991), um dos principais intelectuais que pautaram as discussões contemporâneas sobre a cartografia.

Em consonância como as ideias expostas por seus pares que igualmente argumentavam pela renovação, Harley atribuiu maior ênfase aos debates teóricos e

conceituais ao longo de seus principais escritos. O geógrafo britânico, valendo-se de um trabalho interdisciplinar (ao incorporar às suas discussões bases teóricas provenientes da linguística, filosofia, história da arte, dentre outro) tentou constituir uma análise crítica dos mapas que pusesse em pauta o processo de contextualização e problematização, permitindo interpretá-los em suas mais distintas facetas e intencionalidades, sem perder de vista as considerações sobre os pormenores técnicos.

No que concerne o plano conceitual, suas formulações visam incidir sobre as principais problemáticas geradas pela vertente tradicional dos estudos cartográficos. O primeiro ponto que podemos suscitar diz respeito à noção estreitada do que são os mapas, fruto do “aprisionamento” de uma parcela dos intelectuais ao eurocentrismo e a evolução técnica, conforme saçientamos anteriormente.

O autor propõe um deslocamento do fundamento conceitual, que não mais deveria pautar-se pelos parâmetros de codificação matemática imposta pela modernidade europeia, mas sim considerar os mapas como reflexos das mais distintas tradições culturais, considerando a particularidade no processo de elaboração das imagens cartográficas, assim como as suas finalidades.

Dessa forma, uma das formulações que resultam desta nova concepção aponta que os mapas, em linhas gerais, são “[...] representações gráficas que facilitam a compreensão espacial de objetos, conceitos, condições, processos e fatos do mundo humano” (HARLEY, 1991, p.7). Esta esquematização permite que seja desfeita a hierarquização entre mapas científicos ou não aceitando que cada cultura é dotada de saberes válidos que implicam no como cartografavam os espaços.

Pode ser encontrado em outras passagens de suas obras o exercício reflexivo encampado pelo autor na busca por uma definição conceitual que estivesse a contento dos anseios da Nova História da Cartografia. Em outro contraponto as ideias oriundas da vertente tradicional, o autor, ao responder à questão “o que é um mapa?”, explica que

Para os historiadores, uma definição igualmente apropriada é que um mapa é uma construção social do mundo expressa através da cartografia. Longe de ser um simples espelho da natureza, do que é verdadeiro ou falso, os mapas reescrevem o mundo – como nenhum outro documento – em termos de relações de poder e de práticas culturais, preferências e prioridades. O que lemos num mapa é tanto uma relação com um mundo social invisível e uma ideologia, quanto com os fenômenos vistos e medidos na natureza. Mapas sempre mostram mais do que uma imediata soma de um conjunto de técnicas” (HARLEY, 2001, p. 35-36)

O antagonismo à noção binária entre mapas “falsos” ou “verdadeiros”, ou mesmo de que os mapas são o “espelho da natureza”, sintetiza a premissa que norteia as bases teóricas

defendidas por Brian Harley e seus pares. Um dos cerne da questão consiste na desnaturalização da imagem cartográfica, desvelando, através de novos instrumentos analíticos, os juízos de valor e parcialidades construídos a partir de predileções dos cartógrafos motivados pela conjuntura que os permeia. Assim, os mapas devem ser compreendidos como forma de estruturar um mundo também socialmente construído.

Um dos pontos de partida para a implementação desta leitura crítica dos mapas está vinculada a uma mudança epistemológica no modo como é interpretada a natureza da cartografia, haja vista que os historiadores que antecederam a Nova História da Cartografia não só pouco questionaram como referendaram o discurso edificado pelos cartógrafos de que os mapas eram, acima de tudo, representações isentas e objetivas. Além do que, como o passar do tempo, este consenso foi difundido entre os públicos mais amplos (HARLEY, 2005, p. 3).

Frente a esta ausência de problematização, Harley advogava pela construção de uma história revisionista da cartografia que, em paralelo com a mudança epistemológica acima citada, trouxesse ao campo novos questionamentos e circulação de novas ideias que se oponham aos paradigmas postos. Para tanto, o autor delineou uma base teórica que subsidiasse a mudança de chave pela qual reivindicava.

Implementar o processo de desconstrução dos produtos cartográficos era tido como crucial para desmonte do argumento que conferia aos mapas status de neutralidade. Sobre este conceito, Harley afirma que

A noção de desconstrução também é uma senha para o empreendimento pós-moderno. As estratégias desconstrucionistas podem agora ser encontradas não apenas na filosofia, mas também em disciplinas localizadas, especialmente na literatura, e em outras disciplinas como arquitetura, planejamento e, mais recentemente, geografia. Usarei especificamente uma tática desconstrucionista para quebrar o elo presumido entre realidade e representação que dominou o pensamento cartográfico, conduziu-o no caminho da "ciência normal" desde o Iluminismo e também forneceu um modelo pronto e "tomado como certo". 'epistemologia para a história da cartografia. O objetivo é sugerir que uma epistemologia alternativa, enraizada na teoria social e não no positivismo científico, é mais adequada à história da cartografia. Será mostrado que mesmo os mapas 'científicos' são um produto não apenas das "regras da ordem da geometria e da razão, mas também das "normas e valores da ordem da tradição social". [8] Nossa tarefa é buscar as forças sociais que estruturaram a cartografia e localizar a presença do poder – e seus efeitos – em todo conhecimento cartográfico. (HARLEY, 1989, p. 2, tradução nossa)¹

¹ No original: *The notion of deconstruction is also a password for the postmodern enterprise. Deconstructionist strategies can now be found not only in philosophy but also in localized disciplines, especially in literature, and in other subjects such as architecture, planning and, more recently, geography. I shall specifically use a deconstructionist tactic to break the assumed link between reality and representation which has dominated cartographic thinking, has led it in the pathway of 'normal science' since the Enlightenment, and has also provided a ready-made and 'taken for granted' epistemology for the history of cartography. The objective is to*

A incorporação do conceito de desconstrução implica diretamente em leituras mais amplas e aprofundadas de dimensões antes deixadas à margem pelos antigos cânones da História da Cartografia. Isso implica em um processo de releitura e ressignificação dos mapas, considerando suas funções dentro de estruturas que vão para além que os círculos acadêmicos e comunidades cartográficas.

Dessa forma, Brian Harley propõe a partir de então uma investigação que considere também suas contradições internas e seus conflitos necessitando de um olhar que transcenda os elementos objetivos contidos na superfície dos mapas.

Exemplo disso está na sua intenção de analisar os seus silêncios, atribuindo relevância não somente aos aspectos que são retratados nas imagens cartográficas como também aos que foram omitidos, de forma intencional ou não. Assim, como afirma o próprio autor, será possível ter noção de que, em última instância, os chamados fatos cartográficos são determinados a partir de diferentes perspectivas culturais, estando suscetíveis a parcialidades e subjetividades.

A proposta teórica apresentada encontra-se amparada, especialmente, nas reflexões postas pelo Filósofo francês Jacques Derrida. E pelas mãos do geógrafo britânico redundou no estabelecimento da correlação entre a retórica e a cartografia. Antes disso, porém, o primeiro passo rumo à análise que possibilite desvelar os elementos retóricos que compõem os mapas consiste em abandonar a metáfora que lhes concede alcunha de “imagens da natureza” e compreendê-los como “textos culturais”.

De tal modo, a textualidade dos mapas está pautada não nos elementos linguísticos, mas sim porque tal como os livros, os produtos cartográficos também são frutos de um processo socialmente construídos. Sobre isso Harley (1989, p. 10) afirma que

Ao aceitar sua textualidade, podemos abarcar uma série de diferentes possibilidades interpretativas. Em vez de apenas a transparência da claridade podemos descobrir a prenhez do opaco. Ao fato podemos acrescentar o mito, e em vez da inocência podemos esperar duplicidade. Ao invés de trabalhar com uma ciência formal da comunicação, ou mesmo uma sequência de processos técnicos vagamente relacionados, nossa preocupação é redirecionada para uma história e antropologia da imagem, e aprendemos a reconhecer as qualidades narrativas da representação cartográfica.²

suggest that an alternative epistemology, rooted in social theory rather than in scientific positivism, is more appropriate to the history of cartography. It will be shown that even 'scientific' maps are a product not only of "the rules of the order of geometry and reason but also of the "norms and values of the order of social ... tradition." [8] Our task is to search for the social forces that have structured cartography and to locate the presence of power—and its effects—in all map knowledge.

² No original: *By accepting their textuality we are able to embrace a number of different interpretative possibilities. Instead of just the transparency of clarity we can discover the pregnancy of the opaque. To fact we can add myth, and instead of innocence we may expect duplicity. Rather than working with a formal science of*

Reconhecer a textualidade presente nos mapas acarreta em desmitificar a leitura estritamente geométrica, assim como negar a sua neutralidade. De igual forma, o conceito de retórica, importado das obras de Derrida, contribuiu para questionar o discurso tecnicista que pretende transformar realidades culturalmente edificadas em elementos pertencentes ao mundo natural.

Isso porque a renovação trazida por esta discussão teórica consta em romper com a dualidade construída entre mapas científicos, e, portanto, isentos de parcialidade, e mapas não- científicos. Brian Harley advoga por uma conceituação comum em que todos os mapas sejam compreendidos como portadores de elementos retóricos, ou seja, instrumentos de veiculação de mensagens políticas à sociedade, que exprimem argumentos subjetivos acerca da realidade espacial e que para tanto se valem de argumentos de autoridade, traços, medidas e cores academicamente validadas. Trata-se da junção entre regras científicas e os interesses políticos. (HARLEY, 1989, p. 15).

É importante destacar que esta dimensão interpretativa dos mapas, que lhes atribui o caráter textual, não está presente somente no pensamento do geógrafo britânico. Segundo Oliveira (2014), outros autores, igualmente provenientes da Nova História da Cartografia, também produziram obras com o mesmo intuito.

Destacam-se Denis Wood e John Fels, que, ao analisarem uma das cartografias elaboradas sobre a Carolina do Norte, ressaltaram o intuito visível de construir uma imagem acerca do referido local, não necessariamente condizente com a realidade, concluindo que “o mapa é feito de signos e desígnios” pertencentes ao processo de construção textual.

Ainda sobre este tópico, é importante salientar que a despeito da relevância aqui atribuída à interdisciplinaridade, demarcada pelo diálogo constante com categorias e conceitos oriundos de outros campos do saber, a pertinência dos estudos baseados na cartografia para a ciência histórica é ratificada, dentre outros fatores, mediante a capacidade de operacionalizar o ferramental teórico e metodológico resultante das discussões promovidas no campo da teoria da história junto ao corpus documental desta natureza.

Tal qual a renovação que se sucedeu no âmbito dos estudos da cartografia, as últimas décadas também foram marcadas por alterações significativas nos rumos do campo da História. De forma que, a possibilidade de utilização dos mapas no âmbito do fazer historiográfico, em grande medida, é decorrente da influência dos historiadores da década de 70 e 80, vinculados à chamada “Nova História”, e das mudanças paradigmáticas postas por

eles.

2.3 A cartografia e a história cultural

Como bem pontuou Burke (1992), em que pese às bases para essa história “made in França” possam ser encontradas antes mesmo dos precursores da Escola dos Annales, à qual está vinculada, a disseminação de críticas ao modelo tradicional de escrita da história possibilitou a expansão do campo de atuação do historiador, principalmente no que tange a demanda da ampliação da noção de fontes válidas para o trabalho historiográfico.

Antes disso, guiados pelas ideias oriundas do paradigma tradicional, os intelectuais dos séculos XVIII e XIX estabeleceram uma estreita vinculação entre história e política, tendo como um dos desdobramentos o pressuposto firmado em torno da escrita da história que facultava a estrita utilização de documentos escritos e oficiais.

Sendo assim, ao adotar tal posição, outras formas de evidências sobre o passado que poderiam subsidiar o trabalho do historiador foram preteridas frente a centralidades dos documentos contidos nos arquivos governamentais, somado a uma análise pouco inquisitiva da documentação assumindo como verdade aquilo que está posto.

Contudo, à medida que o olhar dos historiadores se deslocou da abordagem tradicional da história política que essencialmente estava incumbida de narrar os grandes feitos dos grandes homens, para novas possibilidades, compreendeu-se a limitação do uso de apenas um tipo de fonte histórica. Ou, como melhor diz Burke (1992, p. 25), “[...] quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fonte para suplementar os documentos oficiais” ou mesmo “[...] reler alguns tipos de fontes de novas maneiras”

Dessa forma, ganhou corpo entre a ideia de que os testemunhos ou vestígios sobre o passado que servem ao historiador são inúmeros, uma vez que a história se define como o estudo do homem no tempo, “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele.” (BLOCH, 2001, p. 79)

Em decorrência deste processo, a cartografia também passou a ser tida como um recurso importante para a escrita da história, com o consenso de que “[...] podemos compreender os mapas produzidos no passado, como fazemos da mesma forma com outros documentos outrora produzidos, a partir do conhecimento dos elementos que compunham a cultura na qual eles foram formulados”. (FURTADO, 2012, p. 23).

A renovação pela qual foi submetida à ciência histórica, com aglutinação de novas

fontes ou propostas de releitura de fontes antigas, põs em vista a necessidade de novos ramos da teoria da história ou mesmo da rediscussão dos modelos teóricos tradicionalmente consagrados, tendo em conta que novas questões demandam não só novos documentos como ferramentas analíticas condizentes.

Nesse sentido, em que pese estejam com o olhar voltado para as questões técnicas, alguns intelectuais do campo da cartografia no decorrer de suas formulações conceituais acenam para o entendimento dos mapas também como um meio de comunicação, o que torna ainda mais palpável sua análise mediante a literatura da nova História Cultural.

A possibilidade de estabelecer uma ponte entre estes dois campos torna-se ainda mais nítida através das reflexões trazidas pelo pesquisador francês Christian Jacob. Segundo ele, na medida em que para o historiador os mapas assumem a condição de evidências históricas, mediante ao trato teórico que lhe foi conferido, em termos mais amplos este produto cartográfico pode ser diferido em duas categorias: transparentes e opacos.

Os mapas transparentes carregam consigo pressupostos teóricos implícitos fazendo como que o estudo proposto atribua maior relevância ao conteúdo presente no mapa, em detrimento dos processos que levaram a sua produção e a forma como se apresenta, além do que “O mapa se transforma meramente em uma realidade externa e um dispositivo de arquivamento para o conhecimento objetivo ou a realidade.” (JACOB, 2016, p. 222).

Denota-se no campo da historiografia a aproximação com a abordagem positivista ou historicista frente às fontes, assim como uma análise similar a história tradicional da cartografia, antes debatida, na qual o ideal de semelhança como o real e a leitura do conteúdo como verdade dão o norte da abordagem proposta.

No entanto, em dissonância a este cenário, os mapas opacos colocam o produto cartográfico no cerne da análise, debruçados nos caminhos pelos quais as informações dialogam como o interlocutor, propondo o estudo do próprio objeto. Dessa forma, como nos conta Jacob, essa chave de leitura dos mapas implica em uma espécie de arquitetura visual assumindo que os conteúdos contidos nos mapas: “[...] constroem seus próprios mundos por meio da filtragem, da tradução, e da organização taxonômica e hierárquica de dados” (JACOB, 2016, p. 223) o que desnuda tanto a neutralidade dos mapas, como aponta para a necessidade de analisar o papel por eles exercido no seu contexto de elaboração.

Sendo assim, ao tomarmos como concretos os postulados associados a noção de mapas opacos, pavimentam-se as trilhas para a elaboração de uma História Cultura da Cartografia que em poucas linhas pode ser resumida na “[...] tentativa de compreender os mapas no interior da cultura que os produziu e os usou, desde que tal abordagem contextual não perca

de vista o próprio mapa.” (JACOB, 2016, p. 225).

A História Cultural da Cartografia, ao dar mostras de que partilha da ideia de que os produtos culturais são responsáveis pela construção de diversas leituras sobre o mundo social, abre margens para a aproximação como a noção de “representação” trabalhada por Chartier (1998). Para o historiador francês a representação trata de “matrizes de discurso” ou mesmo “práticas diferenciadas”

[...] que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 1988, p. 17)

Cabe entender que as diversas representações do real são reflexos das percepções que os mais distintos grupos produzem acerca da sociedade, ou mesmo, a idealização que projetam sobre o mundo social, o que as torna parte substancial da forma como compreendemos o real.

De todo modo, é indispensável analisá-las sobre o prisma das disputas de interesses incutidas nas representações culturais que são erigidas em torno dos diversos espaços, grupos ou práticas. Por mais que as representações se pretendam universais, em verdade, são elementos completamente desprovidos de neutralidade, que estão inseridos nos embates de poder que marcam as relações sociais, validando estratégias de dominação (CHARTIER, 1988, p. 19).

Em vista dos aspectos outrora expostos sobre os produtos cartográficos, principalmente tomando por base a leitura desenvolvida pela Nova História da Cartografia, faz-se necessário compreender os mapas históricos na sua condição de representações culturais, ou seja, como elementos que atribuem concretude às visões e aos interesses que o cartógrafo, ou os grupos que o patrocinam, possuem sobre determinado espaço geográfico.

Além do que, ao analisarmos os mapas históricos à luz do conceito de representação, adensamos as bases teóricas que possibilitam desvelar os impactos no mundo social que os discursos cartográficos sobre os sertões coloniais obtiveram, tendo em vista que as representações são compreendidas também enquanto “[...] estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Sendo assim, torna-se público outro aspecto central oriundo dos debates da História Cultural, que é a relação existente entre ‘representação’ e ‘prática’, ou de maneira mais precisa, discute-se em que medida as representações, dotadas dos interesses mais diversos, são responsáveis por lançar as bases para a realização de práticas que estão em consonância com estes interesses.

Aproximando novamente estes debates do nosso objeto de estudo, torna-se possível construir caminhos para compreendermos em que medida as representações cartográficas do sul maranhense, que endossavam e consolidavam o discurso do sertão como vazio demográfico, ofereceram subsídios para as missões de “[...] ocupação espacial com fins de colonização da região sul da capitania do Maranhão” (PACHÊCO FILHO, 2016, p. 41) colonial da região e que foram responsáveis pelo silenciamento, no âmbito das representações, e pela dizimação, no âmbito da prática, de diversas comunidades nativas que habitavam o sertão do Maranhão.

2.4 Mapas e poder: subjetividade e usos políticos

Com base nesta leitura que interpreta os mapas como representações culturais do espaço carregadas de “juízo de valor” e que, a partir de então, propõe destrinchar suas implicações no mundo social, é indispensável analisá-las sob o âmbito das relações mantidas junto às mais distintas instâncias de poder. As considerações aqui levantadas estão situadas na articulação entre os mapas oriundos da modernidade e o papel proeminente que desempenharam como ferramentas de legitimação do domínio sobre os espaços coloniais.

Ao passo que os mapas também são instrumentos que permitem o domínio intelectual dos espaços, sejam eles previamente conhecidos ou não, este processo se forja por meio da convergência entre convenções gráficas e técnicas e as expressões ideológicas e políticas que são manifestadas através delas. De forma que o tracejar de latitudes, longitudes e meridianos está dotado também de intenções políticas, como forma de organização e apropriação do espaço, em consonância aos anseios dos estratos sociais detentores do poder.

De tal sorte, Harley sintetiza esta correlação ao apontar para a dualidade, e igualmente complementar, que caracteriza as produções cartográficas: trata-se da sua condição como forma de conhecimento e forma de poder. Assim, as implicações práticas da produção e utilização dos mapas, geralmente, incorrem em sua instrumentalização no âmbito das práticas políticas, tendo em vista que o cartógrafo “conscientemente ou não, não reproduz somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político.” (HARLEY, 2009, p. 5).

A construção deste argumento descende, em grande medida, das considerações feitas por Foucault sobre a relação entre poder e saber e a forma como estão presentes nas categorias geográficas expressas através dos mapas. Algumas destas reflexões podem ser observadas na clássica obra “Microfísica do Poder” (1984).

No capítulo intitulado “Sobre a geografia” Foucault (1979, p. 153) assevera sobre a existência de políticas em torno do saber traduzidas através de categorias geográficas, tais como: territórios, espaço, região. Tais categorias, no exercício do poder, seja ele no âmbito administrativo ou militar, seus sentidos são manipulados em favor dos grupos dominantes, demonstrando que, na prática o saber pode ser compreendido como sinônimo de poder ou mesmo como um reproduzidor de seus efeitos.

Além disso, o autor assinala para os instrumentos de coleta e acúmulo de informações, como os catálogos, inventários e, acrescentamos, os mapas como peças importantes para o exercício do controle territorial. Através da sua tripla caracterização como elemento de inquérito, mediação e exame tornam-se ferramentas valorosas para armazenamento robusto de dados relevantes para os aparatos do poder, contribuindo na estruturação de mecanismos de vigilância sobre os espaços.

Ainda nesta linha, ao evidenciarmos as relações entre saber e poder incutidas nos mapas, a própria leitura vigente sobre o processo de construção dos espaços é deslocada de uma visão quase que anti-histórica, ou seja, estanque e com pouca ação humana ao longo dos séculos, para uma leitura que a denomina como fruto de questões históricas concretas, haja vista que este processo se dá por vias discursivas alicerçadas em disputas dialéticas, seja entre as frações da classe dominante ou entre oprimidos e opressores. (FOUCAULT, 1979, p. 154).

Ademais, a fim de melhor compreendermos as considerações em torno do funcionamento dos produtos cartográficos mediante as suas relações como o exercício do poder e, por sua vez, como ela se evidencia nos âmbitos sociais e políticos, é possível discerni-las a partir de duas concepções: o poder interno e do poder externo aos mapas. (HARLEY, 2005, p. 16)

O poder externo configura-se como a expressão mais comum dos vínculos que conectam os mapas ao centro do poder e remete ao modo como ele é exercido sobre a cartografia. Ao passo que os mapas oriundos, principalmente, da Europa Moderna tiveram sua produção financiada pelas mais distintas instituições ou personagens com proeminência social, política e/ou econômica, o poder externo seria a chave de leitura para identificar no texto cartográfico as respostas dadas pelos cartógrafos aos anseios dos seus “mecenas”. Em última instância, trata-se de como a escolha dos espaços a serem mapeados ou mesmo a

forma como ocorre esta correlata às demandas externas.

Além disso, sob a ótica do poder jurídico, a concepção de “poder externo” também corrobora para desvelar o papel de vigilância exercido pelos mapas, conforme assinalamos anteriormente. Para tanto, a análise se volta para o poder que se exerce com a cartografia, haja vista que:

Na sociedade ocidental moderna, os mapas rapidamente se tornaram cruciais para a manutenção do poder do Estado - para suas fronteiras, para seu comércio, para sua administração interna, para o controle das populações e para sua força militar. O mapeamento logo se tornou um negócio do estado: a cartografia é logo nacionalizada. O mapa torna-se um 'território jurídico': facilita a vigilância e o controle. Os mapas ainda são usados para controlar nossas vidas de inúmeras maneiras. (HARLEY, 1989, p. 20, tradução nossa)³

No que tange o poder interno, as teorizações em torno desta concepção estão calcadas no processo de generalização e naturalização de categorias impostas que emergem no ato de mapear os espaços. Harley traz para o debate a necessidade de reflexão acerca do “poder cartografia”, para o autor, cartografar é um dos modos de se produzir poder. Sendo assim:

O poder vem do mapa e atravessa a forma como os mapas são feitos. A chave para esse poder interno é, portanto, o processo cartográfico. Com isso, quero dizer a forma como os mapas são compilados e as categorias de informação selecionadas; a forma como são generalizados, um conjunto de regras para a abstração da paisagem; a forma como os elementos na paisagem são formados em hierarquias; (HARLEY, 1989, p. 21, tradução nossa)⁴

Nota-se que o chamado “poder interno” está subjacente nas normas científicas que operam sobre as convenções gráficas dos mapas. Foi através deste discurso cientificista de neutralidade das produções cartográficas que são naturalizados os modos de apropriação e hierarquização dos espaços providos pelos cartógrafos e que estão ligadas à órbita do poder político.

Dessa forma, por inscrevermos a cartografia na ordem do poder, os debates empreendidos a partir de então devem, necessariamente, transcender este nível mais abstrato, caracterizado pela adoção de um viés analítico que estejam pautadas exclusivamente em parâmetros discursivos ou que compreendam apenas os contornos conceituais concernentes ao tema. Assim, é crucial que nos voltemos para as implicações práticas dos mapas, levando em

³ No original: *In modern Western society maps quickly became crucial to the maintenance of state power—to its boundaries, to its commerce, to its internal administration, to control of populations, and to its military strength. Mapping soon became the business of the state: cartography is early nationalized. The map becomes a 'juridical territory': it facilitates surveillance and control. Maps are still used to control our lives in innumerable ways.*

⁴ No original: *Power comes from the map and it traverses the way maps are made. The key to this internal power is thus cartographic process. By this I mean the way maps are compiled and the categories of information selected; the way they are generalized, a set of rules for the abstraction of the landscape; the way the elements in the landscape are formed into hierarchies.*

consideração a relação estabelecida com o mundo socialmente construído e como suas vinculações com o poder geraram transformações nas dinâmicas sociais desenvolvidas.

A viabilização desde cenário ocorre a partir da contextualização dos mapas, de tal modo, atribui-se maior materialidade aos produtos cartográficos, mediante a uma análise que assuma como um de seus procedimentos considerar as circunstâncias históricas sob as quais ocorreram as etapas elaboração, circulação e, igualmente, como se deu a sua recepção e a sua utilização nos meios sociais.

A tarefa de contextualizar configura-se como um dos dispositivos analíticos defendidos pela Nova História da Cartografia. Ao ratificarmos a anterioridade da história dos mapas e que seus diversos modelos são oriundos de conjunturas culturais distintas, torna-se inviável para o historiador da cartografia estabelecer uma leitura padronizada, haja vista que as intencionalidades e os códigos culturais compartilhados entre o cartógrafo e interlocutor, que norteiam as espatas citadas, só podem ser acessados ao investigarmos a sua historicidade e de seus produtores, viabilizando a problematização dos mesmos.

Frente a este imperativo pela contextualização dos mapas, ao recobramos os seus antecedentes históricos focando especificamente na Idade Moderna, é possível depreender que naquele período, os estudos da ciência geográfica, que também incluíam noções relativas ao campo da cartografia, recebera a alcunha de “ciência dos príncipes” em virtude do prestígio que detinha na formação intelectual dos membros pertencentes aos estratos mais privilegiados da sociedade, bem como em razão das restrições substanciais que foram impostas ao acesso das técnicas de confecção e para o seu manuseio.

O exemplo, segundo explica a historiadora Júnia Furtado (2012), no período setecentista, em que vigorava de forma intensa às ideias relativas ao pensamento Iluminista, o conhecimento cartográfico era um dos alicerces da “cultura letrada”, de forma que o domínio de suas técnicas era associado aos chamados Savants⁵. Por essa razão, integrava o conjunto de saberes pertencentes à educação erudita, tal qual a literatura, poética, arte e história, destinados à instrução dos nobres, embaixadores, homens das letras e, em especial, os príncipes.

Ao ocupar no imaginário moderno papel relevante no refinamento cultural das elites, uma vez que “[...] naquele tempo, um dos espelhos da erudição de um letrado era o seu domínio sobre o espaço onde se desenrolava o ‘teatro do mundo’” (FURTADO, 2012, p.53), estava entre as incumbências dos monarcas ilustrados dominarem a leitura e trato com os

⁵ Neste contexto, o termo Savants refere-se aos intelectuais pertencentes a tradição do pensamento ilustrado europeu.

mapas, o que, somado ao letramento nas outras áreas, transformá-los-ia na personificação do rei culto.

A proeminência adquirida pela cartografia neste contexto também tem como pano de fundo as disputas políticas, militares e econômicas ensejadas pelas chamadas “Grandes Navegações”. Por essa razão, o contato com os mapas, que dispunham de informações estratégicas, centrava-se nas figuras mais notórias do serviço militar e às altas cúpulas das instâncias administrativas.

Sobre este aspecto o historiador Antônio Teixeira Neto (2006, p. 6), afirma que

Na época dos grandes descobrimentos, os primeiros mapas do Novo Mundo eram guardados a sete chaves, e o vazamento de sua existência para o inimigo era punido com a morte. Portugal e Espanha travaram inúmeras “batalhas” no campo da cartografia com o intuito de se dotarem dos melhores mapas para prover as suas descobertas de autenticidade e, assim, fazer deles o instrumento jurídico que daria legitimidade à posse das terras quando das questões de limites.

A partir do excerto do escrito de Teixeira Neto é factível identificar certo paralelismo com os pontos que caracterizam o poder interno dos mapas, e, de igual forma, delinear os seus contornos práticos no âmbito histórico. Através do cenário geopolítico que se constituiu com o acirramento entre as principais potências do mundo moderno, na corrida pela anexação dos territórios situados no além-mar, o autor explicita as vinculações entre cartografia e poder jurídico. Dessa forma, os mapas foram utilizados como ferramentas de mediação ou como um novo palco no desenrolar destes conflitos, através dos desenhos cartográficos foram ratificados atos diplomáticos em torno da definição de zonas limítrofes, assim como o direito de posse sobre diversas regiões.

À luz deste cenário de embates geopolíticas que se desenhava na Europa e que, sob vários aspectos, interferiram drasticamente nos rumos históricos dos distintos territórios situados fora do velho continente e de seus habitantes, é possível mencionar a cartografia lusa sobre as possessões no ultramar, com ênfase nas representações da América portuguesa, como a expressão candente desta simbiose que se forjou entre mapas e diplomacia em prol de vantagens político econômicas ou da otimização da administração dos territórios coloniais.

Detendo-se de maneira mais aprofunda os séculos XVIII e XIX, períodos de maior pertinência para este estudo, denota-se que em face das missões diplomáticas com destino às possessões que se avolumavam, o Império Luso identificou a necessidade de consolidar uma cultura da cartografia oficial que de maneira sistematizada subsidiassem seus embaixadores nas negociações territoriais frente às nações concorrentes, através da oferta de mapas cada vez mais “precisos”.

Sobre o tema, Júnia Furtado (2012, p. 26) disserta que a colonização da América representa um ponto de inflexão na história da cartografia portuguesa, haja vista que nesse momento se intensificou a necessidade de conhecer e delimitar os vastos territórios condizentes as suas possessões e em razão disso, a partir do período setecentista houve um impulsionamento na fabricação de produtos cartográficos de toda sorte, como maior destaque aos mapas. Este cenário desvela os indícios das impressões deixadas pela colonização portuguesas na disposição geográfica do território brasileiro.

Ainda segundo a historiadora, as negociações diplomáticas travadas entre Portugal e Espanha em torno da redefinição de fronteiras dos territórios localizados na América do Sul personificam bem as vinculações entre os mapas e a diplomacia, além da visão que se edificou sobre este artefato. Em síntese, “[...] os mapas, vistos como espelhos dos territórios, pois se acreditava no seu poder imperativo, constituíam ferramentas fundamentais na hora de negociar os territórios em litígio”. (FURTADO, 2012, p. 52).

Isso explicita a razão pela qual, por exemplo, quando do transcorrer das negociações envolvendo o Tratado de Madrid, firmado entre portugueses e espanhóis, Alexandre Gusmão, o então secretário particular do rei, propôs uma política de Estado para o levantamento de dados cartográficos sobre o Brasil, a fim de melhor desenvolver as tratativas em favor da Coroa portuguesa, sobre onde deveriam ser delimitadas as fronteiras entre as possessões entre as duas nações no território americano.

Nesse contexto, foi conferido às academias militares a condição de principais centros de concentração e reprodução dos produtos cartográficos, que dispusessem de informações referentes aos mais distintos espaços sob domínio colonial do Império lusitano. Por meio de uma extensa rede de cartógrafos militares situados nas distintas localidades se estabeleceu uma rede de transmissão conhecimentos estratégicos para as negociações vindouras, controles territoriais, mapeamento das riquezas naturais existentes nas regiões e obter informações relevantes sobre os povos nativos. Sob estes auspícios, no ano de 1798, por ordens de D. Rodrigo de Souza Coutinho, a Coroa portuguesa criou a “Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares”, que, conforme Iris Kantor, trata-se da primeira iniciativa portuguesa visando oficializar a impressão e comercialização de mapas. (KANTOR, 2010, p. 121).

A criação de organismos institucionais para divulgação de informações cartográficas, tidas como segredo de estado poucas décadas antes, revela novas modalidades de exercício da soberania territorial. De igual forma, expressa a tentativa de consolidar marcos territoriais favoráveis a administração portuguesa por meio do controle do conteúdo dos mapas que

circulavam tanto nas colônias como nos países europeus. Em razão disso, “A Sociedade Real Marítima foi incumbida de examinar e aprovar a venda de todas as cartas impressas em Portugal ou no estrangeiro” (KANTOR, 2010, p. 113), como forma de reparar as deformações veiculadas pela cartografia estrangeira, e oferecer argumentos jurídicos que endossassem a posse sobre determinados territórios, além de nortear as futuras marchas colonizadoras.

A conjuntura hora descrita responsável pelo emergir da cartografia oficial portuguesa, a partir de meados do período setecentista também foi caracterizada pelo imbricamento dos postulados matemáticos e geométricos às convenções gráficas utilização pelos mapas modernos. Estes aspectos se associam, em larga medida, ao modelo cartográfico defendido pelos cânones da história da cartografia tradicional, debatidos anteriormente.

Nesse sentido, esta geografia iluminista, amparada por uma epistemologia moderna que primava pela busca por um saber universal, foi responsável por oferecer subsídios à construção de uma cartografia oficial por parte do Estado, de cunho cartesiano e positivista que, envolta por um discurso quase que mítico em torno da objetividade dos métodos científicos, criou certa “cultura” cartográfica, na qual somente os mapas provenientes dos engenheiros militares e cartógrafos profissionais ligados administração estatal detinham as virtudes de um mapa verdadeiro e, portanto, os únicos a serem considerados. (ROCHA, 2015)

Esta leitura que converge para o consenso de que os mapas modernos, assim como os pressupostos teóricos e ferramentas metodológicas implícitas no seu processo de produção, constituem-se como a única via ponderável de representação e ordenamento do espaço, configura-se como uma das consequências da associação entre cartografia e as instancias políticas, a partir do mundo moderno. Isso porque, trata-se de uma forma sutil, porém com significativo impacto, de imposição da lógica de organização territorial que favoreça estritamente os estados nacionais que fomentaram a expansão do colonialismo e imperialismo para além-fronteiras.

Coube a cartografia exercer a função de instrumento pelo qual se transmitia a mensagem do colonialismo legitimando o poder territorial ditado pelas potências da época, que culminavam no apoio sistematicamente a apropriação de terras no além-mar. Ofertavam amparo à retórica de exaltação das conquistas obtidas pelos impérios, discurso que era veiculado nas crônicas e jornais do período, e contribuía na manutenção do status quo que se forjava. Para tanto, marchavam os cartógrafos e geômetras *pari passu* com os soldados, pois na medida que as missões militares de exploração e ocupação colonial se sucedessem, de pronto, fossem elaborados mapas que pormenorizassem a informações das regiões e, consequentemente, submetesse estes novos espaços e sua gente à orbita do poder colonial.

(HARLEY, 2009, p. 6)

Por essa razão, concordamos com (HARLEY, 2009, p. 5), em sua assertiva, tal qual:

[...] os canhões e os navios de guerra, os mapas foram as armas do imperialismo. Na medida em que os mapas serviram para promover a política colonial e onde os territórios foram reivindicados no papel antes de ser efetivamente ocupados, os mapas anteciparam o império.

Assim, os apontamentos outrora suscitados corroboram com nossos intentos de trazer a lume as funções práticas exercidas pelos mapas no âmbito do poder. Mediante sua capacidade de implementar profundas alterações no modo como se formam as dinâmicas territoriais, ao estipular delimitações do espaço, construir novas nações, silenciar as estruturas espaciais pré-existentes, além de instituir ou destituir a posse sobre estes locais que já contavam com populações originárias organizadas a partir de características próprias, desvela-se as possíveis manipulações sob as quais o saber desta natureza é suscetível, principalmente, em favor dos grupos detentores do poder.

Ainda nesta linha, Thiago Alves Dias (2011) oferece uma chave conceitual pertinente que auxilia na compreensão deste processo de apropriação dos espaços pelos agentes hegemônicos do poder. Voltado para os debates sobre cartografia e espaço, travados na ciência geográfica, a sua proposição visa aglutinar estas duas categorias, redundando na noção de “espaço cartográfico”. O autor explica que a terminologia advém da inversão de um verbo já existente no campo da geografia, porém, que esta nova roupagem pretende oferecer um alargamento teórico frente ao seu antecessor.

Ao explicitar seus referenciais, depreende-se que definição de “cartografia” com a qual opera consiste na ideia de uma pretensa representação das realidades físicas, balizadas pelos parâmetros técnicos e seus materiais de suporte. Quanto à noção de “espaço”, trata-se de condição culturalmente construído pela humanidade, objetivando delimitar e sistematizar lugares através da definição de distâncias possíveis para os estabelecimentos de parâmetros que garantam a produção e reprodução social. Sob pano de fundo deste extenso contexto histórico em que se inserem os usos dos mapas políticos oriundos da modernidade, em linhas gerais o “espaço cartográfico”:

É a representação discursiva do poder, expressada sobre suportes diversos, contendo desenhos, figuras e linhas simbolizando posses e demarcações imaginárias; é toda e qualquer tentativa de aproximação da realidade física aparente dos territórios, expressos através de discursos imagéticos sobre papel, couro, pedras ou arquivos digitais. Produzir espaços cartográficos faz parte da capacidade técnica humana de representar territórios imaginários, nações imaginárias, como uma amostragem de poder, revestidos de intencionalidades e interesses bem definidos. (DIAS, 2011, p. 6-7)

Por esse viés, torna-se nítido que o mapa apresenta por característica aspectos intrínsecos que incorrem em certa duplicidade de caráter paradoxal. A despeito do seu ideal de objetividade e do fato de que a sua validade perante o mundo social somente é assentida frente a existência de um elo com o real, ou seja, a representação contida nos mapas deve apresentar certa correspondência com o território em questão, a vinculação ao poder oferece a imagem cartográfica contornos imperativos que lhes permite moldar o real.

Sendo assim, o mapeamento dos espaços também compartilha de abstrações, no qual a representação concilia técnicas e sistemas de coordenadas ou poder persuasivo de homogeneizar arbitrariamente a partir de um mero tracejar. São representações do real, que, por vezes, ocorrem primeiramente nos mapas e posteriormente ganha concretude no mundo real.

As consequências dos mandos e desmandos do poder sobre os espaços, intermediado pela cartografia, têm suas reverberações sentidas na longa duração histórica. Haja vista que a soberania da racionalidade moderna e de seus instrumentos de expressão que desembocaram, como já citamos, na prevalência do modelo cartografia positivista como único viável para se representar os espaços se fez sentir na contemporaneidade, não só na predominância do modelo como nas alterações territoriais por ele geradas.

Amparado pelo conceito de “legado colonial”, que nas palavras Walter Mignolo (2005,

p. 9) trata-se “[...] do imaginário colonial no presente que mantém contradições não resolvidas no passado” e que também se manifesta “nas configurações geo-históricas tal como foram sendo construídas pelos sucessivos desenhos imperiais”, Oliveira e Gouveia (2019) apontam como o assenhoreamento do espaço em que compartilhamos no presente é fruto destas ingerências externas pretéritas, construídas historicamente conforme os interesses dos colonizadores e referendadas cartograficamente.

2.5 Território, espaço e capitania do maranhão no período colonial

Nesse sentido, ao tratarmos as teorias cartográficas sob um viés mais concreto, pensando suas implicações no mundo colonial, dois conceitos foram constantemente explanados ao longo do escrito: território e espaço. Para além disso, pensar como era a configuração da Capitania do Maranhão quando da chegada de Francisco de Paula Ribeiro a esta região é parte importante da contextualização e análise do que pretendia o militar com seu mapa. Dessa forma, faz-se importante uma breve explanação acerca destes pontos.

Nas últimas décadas a ideia em torno do conceito de território foi posta no cerne de diversos campos do saber, tal como a Antropologia, Ciência Política, Geografia e a História. Sendo assim, em que pese as especificidades metodológicas inerente a cada área do saber apontada, assim como dos autores que delas fazem parte, converge entre alguns intelectuais que teorizam sobre o tema o consenso de que conceitualmente “território” está intrinsecamente associado as relações mantidas no decorrer da história entre o espaço e poder.

Ao elaborar uma definição sintética de sua concepção sobre tema, o geógrafo Marcelo José Lopes de Souza afirma que território é “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (2000, p. 78). De tal modo, descende desta definição a linha argumentativa que o concebe como um instrumento para o exercício do poder, pondo no centro das problematizações os agentes envolvidos no processo, bem como,

os meios pelos quais se utilizam para tanto.

Ratificando tal análise, Bernardo Mançano Fernandes assevera que um dos pontos partidos para suscitar a reflexão acerca do conceito de território é a noção de espaço. Nesse sentido, o espaço necessita ser compreendido como a materialização da existência humana, a partir de sua amplitude e, por conseguinte, evitando reducionismos que visem fragmentar tal noção, uma vez que, para o autor, “o espaço é uma totalidade” (FERNANDES, 2007, p. 3).

Ainda nesta linha, é parte fulcral desta reflexão a relação indissociável, e ao mesmo tempo contraditória, mantidas entre os aspectos pertinentes a natureza e a sociedade que formam o espaço, conceituadas respectivamente como um conjunto de sistemas de objetos e de ação. Por meio da interação existente entre os elementos naturais e os objetos produzidos através das relações sociais, denota-se um movimento contínuo que impõe transformações ao espaço e, por tabela, ao território.

Mediante a compressão do impacto que as relações sociais produzem sobre a configuração do território, é indispensável atentar para os conflitos entre as distintas intencionalidades que se firmam sobre ele, uma vez que elas também traduzem as disputas entre os distintos projetos de poder dos grupos sociais que ali existentes. Ou como melhor explica:

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e por conseguinte a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito. [...]A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da

realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições. (FERNANDES, 2007, p. 4)

Ainda sobre esta questão, é importante assinalar que tal noção que põem em pauta o papel das intencionalidades, e por tabela das disputas entre os distintos projetos de poder, no conjunto de fatores responsáveis por moldar a configuração territorial trata-se de um ganho nas discussões teóricas acerca do tema. Isso porque, munidos de uma leitura positivista, preponderou entre os intelectuais do século XIX uma visão estática e coisificada sobre o território, atribuindo relevâncias apenas aos elementos pertinentes ao campo da geografia física presentes na superfície.

Dessa forma, a partir principalmente dos estudos provenientes dos teóricos franceses do século XX, passou-se a tecer críticas mais contundentes a visão positivista e com base nesta outra interpretação, dando maior evidência ao caráter processual e dinâmico existente na formação dos territórios. Esta interpretação resgatou o aspecto histórico que havia sido marginalizado outrora, trazendo à tona as articulações entre sociedade e espaço, sobretudo a partir dos estudos sobre a gênese do território, ou, como melhor explica Moraes, trata-se da tentativa de “[...] captar uma articulação de processos sociais que resultam de intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre.[...] Tem-se, assim, o território como um produto explicável pelo processo de formação.” (MORAES, 2000, p. 53)

Ainda nesta linha, Moraes argumenta que ao pensarmos as questões territoriais na contemporaneidade é indispensável trazer ao centro das discussões vinculação entre os espaços e o exercício do poder estatal. Isso porque, desde os primeiros séculos da Modernidade, os conceitos de Estado e território estiveram vivamente imbricados, sendo a definição de Estado diretamente associado a capacidade de ofertar referências territoriais bem delimitadas que estivessem sob sua jurisdição.

Nesse sentido, o território se configura como o referencial físico deste poder, construído substancial através de mediações políticas, sendo assim o espaço onde os aparatos estatais poderiam exercer de forma livre e irrestrita seu controle. Pondo em perspectiva os processos históricos envolvidos, no plano político a dominação dos espaços que desemboca no cenário supracitado tem suas raízes no processo de centralização do poder emergiu em conjunto com as monarquias absolutistas europeias, uma vez que

[...] o absolutismo promove um forte (e conflituoso) movimento de afirmação de

fronteiras na Europa, que reforça a associação entre as casas reais e o domínio e o governo de certas porções do continente, num quadro no qual a legitimação da posse territorial era pactuada em termos dinásticos (garantidos pelo poderio bélico (MORAES,2000, p.55)

E, por conseguinte, descende deste processo a formação dos estados-nacionais que são grandes expoentes da junção entre poder estatal e espaço territorial.

A despeito desta noção que atribui maior relevo a relação entre Estado e território e que por vezes contribui para a construção de uma visão singular acerca do que em essência representa o conceito, é necessário atentarmos que o mesmo território pode ser constituído por inúmeras camadas e aspectos, o que ratifica a sua pluralidade.

Por essa razão, cabe assinalar que em consonância com a ideia de totalidade anteriormente assinalada, o território também deve ser compreendido mediante aos seus aspectos multidimensionais que coexistentes dentro do todo (FERNANDES, 2007, p. 5). A exemplo, o fato de que dentro do mesmo território estão inseridos os países, estados, municípios e mesmo os espaços de propriedade privada, cada um com certo grau de autonomia e que mantém relações sociais e de escalas geográficas entre si.

Para além disso, apesar de sua associação a noção de espaço de governança estatal evidenciar o caráter político e social que é característico da formação do território, este processo é composto por outras dimensões igualmente importantes que são reesponsáveis pela consolidação do seu processo de formação. Em resumo, é importante atentar que:

O território é uma totalidade, mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo apenas o espaço de governança, que é um tipo de território e ignorar os outros tipos de territórios. Mais uma vez é importante lembrar que compreender o território como totalidade é fundamental para se entender sua multidimensionalidade e sua multiterritorialidade. Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. (FERNANDES, 2007, p. 8)

Sendo produto de uma criação social, negar a existência de múltiplas escalas e dimensões que compõem o mesmo território favorece, em grande medida, exclusivamente os agentes hegemônicos que negam o caráter conflituoso presente desde o seu processo de formação, tendo em vista os atritos existentes entre os inúmeros interesses projetados nestes espaços.

Ainda sobre a multidimensionalidade aqui debatida, os aspectos político-econômicos que marcam o período moderno servem como importante referencial para analisar a formação territorial dos espaços colônias e, inserido neste contexto, contribuem para o entendimento da edificação do território maranhense.

Do ponto de vista da dimensão econômica, o novo modo de produção que emergiu a

partir da Europa moderna em substituição ao feudalismo impôs nos séculos que se seguiram uma nova configuração socioespacial aos territórios situados no além-mar. Isso porque, o modelo de economia-mundo capitalista que vigorou desde então esteve atrelado a um padrão de expansão e apropriação dos espaços situados para além dos limites fronteiriços das monarquias nacionais europeias emergentes naquele contexto, dando início ao processo de colonização moderna.

Sendo assim, as colônias podem ser sintetizadas como “[...] porções da economia-mundo, na qual se apresentam como partes subordinadas de um império, e, em conjunto, delimitam a verdadeira periferia do mundo capitalista. São figuras de uma territorialidade moderna, que tem por pressuposto uma consolidação estatal nos centros metropolitanos.” (MORAES, 2000, p. 56).

Dessa forma, o modelo colonial permitiu às monarquias europeias que ascendessem a condição de impérios ultramarinos, gerindo e explorando em larga medida os patrimônios naturais existentes nos espaços coloniais, haja vista que um dos principais fatores atrativos para o estabelecimento de uma colônia era o potencial de lucratividade que estes territórios apresentavam, seja de metais preciosos, artigos referentes a fauna ou, posteriormente, a exploração de mão de obra escrava, assim contribuindo para a consolidação das metrópoles como centros do capitalismo através da acumulação primitiva.

Assim a dimensão econômica emergem como fator importante para compreender a história da formação territorial da América Portuguesa. O historiador José Augusto Pádua (2004) assinala que o Brasil é oriundo de um macroprojeto de exploração ecológica, que, subsidiado por uma noção idílica do novo mundo, seus exploradores acreditavam na existência de reservas de riquezas naturais inesgotáveis.

De tal sorte, os contornos territoriais deste espaço que concebemos atualmente como Brasil tomaram forma na medida em que estes “arquipélagos de exploração ecológica” se interligaram garantindo a apropriação colonial dos espaços, expandindo seus domínios geográficos ao passo que aumentavam a demanda do mercado externo pelos produtos provenientes da região ou em razão de outras ondas colonizadoras.

Tais aspectos podem ser igualmente utilizados na compreensão da formação e consolidação do território maranhense, a partir do período colonial. Isso porque a configuração territorial expressa por Francisco de Paula Ribeiro em sua cartografia é tributária, em grande medida, do processo de expansão da economia-mundo capitalista mediante a inserção de distintas atividades de exploração colonial que foram implementados na então capitania do Maranhão, a fim de gerar maiores proventos a metrópole.

A historiadora Maria Socorro Cabral por meio de sua clássica obra “Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão” oferece importantes contributos para pensar o tema. Contudo cabe destacar que anteriormente a obra de Socorro Cabral outros expoentes da historiografia local, tais como Lisboa (1976), Meireles (1977) e Viveiros (1980) já assinalavam para importância das atividades econômicas na consolidação do projeto colonial que se estabeleceu no Maranhão. Porém, a despeito da relevância da produção destes autores, nota-se que a narrativa por eles construída incorre em certa homogeneização da história maranhense, na medida que privilegia os fatos ocorridos no litoral e passa ao largo das especificidades que caracterizam o sertão. (PACHÊCO FILHO, 2016, p.50)

Desvinculando-se desta visão, Cabral aponta para a necessidade de superar as narrativas que generalizam os processos históricos ocorridos na capital São Luís para todos os espaços que progressivamente foram constituídos. Para a autora, a colonização do Maranhão ocorrera a partir de um duplo movimento, ou seja, duas linhas responsáveis formação de padrões distintos entre sertão e litoral.

Ao recuperar o movimento de ocupação do sul do Maranhão, surpreendemo-nos por encontrar um processo com uma nítida diferenciação entre duas formas de ocupação. As duas linhas que dirigiram o povoamento maranhense, ocupando áreas geograficamente específicas, estruturaram duas bases econômicas diferenciadas, fundamentadas uma na agroexportação e outra na pecuária e definiram relações sociais e padrões de comportamento bastante característicos. (CABRAL, 2008, p. 55)

Sendo assim, denota-se que o território maranhense tomou forma ao passo que houve o aprofundamento destas duas correntes, paulatinamente expulsando os povos indígenas de seus espaços e ocupando áreas cada vez maiores, no caso do litoral, seja através da fixação dos engenhos de açúcar ou das grandes lavouras, ou pela por meio da expansão da atividade pecuária que alastrou pelos sertões, e é mediante ao encontro destes arquipélagos de explorações que se consolida o território maranhense.

Tratando brevemente sobre a especificidade de cada uma das correntes, sabe-se que o processo de ocupação colonial teve suas primeiras bases implementadas a partir das zonas litorâneas e, apesar dos esforços pontuais de seus donatários em “ocupar” a região ainda no século XVI, foi efetivamente a partir de meados do século XVII que o Estado português inseriu a capitania do Maranhão na órbita de suas preocupações, empreendendo políticas mais concretas de defesa das invasões estrangeiras, sobretudo francesas, e estimulando o desenvolvimento de atividades econômicas e estruturas administrativas.

Este conjunto de práticas, que nas zonas litorâneas contou com a intervenção direta da metrópole, desvelava que a meta clara do Estado português naquele contexto era “[...] a

ocupação do espaço, todo o espaço a seu alcance, expandindo, conseqüentemente, o domínio luso sobre todo o território.” (CABRAL, 2008, p. 56). Nesse sentido, a expansão colonial sobre as áreas próximas o rio Itapecuru merece substancial destaque neste processo, tendo em vista que esta região apresentava alto potencial de fertilidade de suas terras e acesso ao referido rio que poderia conectar o litoral ao interior da capitania. Desta feita, a consolidação da apropriação do território ao poder colonial se deu mediante a introdução de produções açucareiras estimuladas pelos capitães-mores nas primas décadas do século XVII.

Semelhante ao que ocorrera às margens do Itapecuru, outras ocupações coloniais também constituídas nas áreas próximas ao litoral maranhense a fim de garantir a consolidação da expansão territorial que estavam curso. As imediações do rio Mearim, que dispunha de largos espaços e terras férteis, paulatinamente foram ocupadas por fazendas e engenhos de açúcar, que posteriormente deram origem a povoações mais consolidadas tais como a vila de Vitória, Piedade e Arraial dos Mineiros. As missões e atividades econômicas desenvolvidas nas proximidades do rio Pindaré que forjaram as bases para a origem da cidade de Viana também pode ser citada. (CABRAL, 1992).

Por outro lado, conforme já assinalado, a dinâmica de ocupação e o processo de formação territorial aos moldes coloniais do sertão maranhense ocorreram sob condições distintas destas relatadas no litoral. Nesse sentido, se na leitura de alguns autores a colonização das áreas costeiras do Maranhão é tida como tardia se comprada com outras regiões da América Portuguesa, pois a implementação das estruturas coloniais nos sertões ocorreu de modo ainda mais tardio.

Conforme assinala Carlota Carvalho em sua obra “O Sertão”, nos primeiros séculos as populações coloniais restringiam sua presença nas zonas marítimas, fazendo apenas tímidas entradas até a povoação de Aldeias Altas, atual cidade de Caxias, contudo se mantendo distante dos vastos sertões. (CARVALHO, 2000, p. 105). Todavia, por intermédio da ação de particulares, outra característica distinta do modo como ocorreu no litoral, paulatinamente os primeiros focos de ocupação colonial foram se espalhando pelo sul da capitania e assim a territorialização dos colonos foi sendo estabelecida.

O processo de colonização do sertão teve como principal fator a introdução da atividade pecuária nos vastos espaços existentes. A priori a atividade pecuária subsistia em *pari passu* no litoral com os grandes engenhos de açúcar, haja vista que o boi possui múltiplas funcionalidades neste complexo, desde a sua utilização para mover os moinhos até o consumo de sua carne e o uso do couro no cotiando das fazendas. Porém, no transcorrer das décadas, ambas as atividades passaram a ser conflitantes, uma vez que o modelo de pecuária extensiva

adotado no período requeria grandes extensões territórios e os senhores de engenhos não vislumbravam ceder os espaços destinados aos seus canaviais para outra atividade econômica de menor lucratividade.

Em vista deste cenário, os fazendeiros pertencentes à cultura do gado, sobretudo das regiões do Pernambuco e Bahia, principais expoentes da cana de açúcar no período, lançaram-se em busca dos vastos fundos territoriais⁶ existentes na região atualmente concebida como nordeste, a procura de pastos naturais que pudessem servir para criação de seus bovinos. No que tange a colonização dos Pastos Bons, a corrente baiana merece substancial destaque, isso porque parte dos fazendeiros que seriam desta capitania enveredaram a nordeste do rio São Francisco e estiveram inseridos na colonização do interior do Piauí, Ceará e, na primeira metade do século XVIII, instalaram as primeiras fazendas de gado no sertão maranhense. (CABRAL, 2008, p. 89).

Nesta linha, importantes fontes para os estudos dos Pastos Bons tais como o militar Sebastião Belford, Cândido Mendes e o próprio Francisco de Paula Ribeiro apontam que os primeiros focos de colonização no sertão maranhense datam das décadas de 30 e 40 do período setecentista. Sobre o tema, Paula Ribeiro elabora um breve resumo acerca da chegada dos fazendeiros baianos aos altos sertões e a posterior para criação de diversas fazendas ao longo de todo o território sertanejo. Dessa forma, Ribeiro afirmou que:

Domingos Afonso Sertão e outros seus companheiros que do rio São Francisco, nos sertões da Bahia, vieram atravessando e povoando todo o Piauí, por eles verdadeiramente então descoberto, forma os primeiros que, passaram aquém do Parnaíba, estabeleceram as primeiras povoações de Pastos Bons, sacudindo para o sudoeste e para oeste o referido gentilismo. Seus progressos de população foram bastante rápidos: lançaram-se as primeiras fazendas gado na cabeceira do rio Piauí, e como em um momento apareceu a capitania deste nome, a sua capital, as suas vilas e até os estabelecimentos de Pastos Bons, aquém do dito rio Parnaíba, chegando logo a sessenta léguas de extensão, montaram no ano de 1810, às margens do Tocantins, mais de cento e vinte distantes das primeiras povoações do distrito, no riacho e fazenda serra. (RIBEIRO, 1849, p.148)

Perante ao escrito, denota-se a relevância da inserção da atividade pecuária para o processo de formação territorial do sertão maranhense aos moldes expressos por Francisco de

⁶ Sobre a definição de fundos territoriais, Moraes afirma que são “[...] constituídos pelas áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos ‘sertões’, das ‘fronteiras’, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos ‘naturais’. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia.” (MORAES 2000, p. 69).

Paula Ribeiro em sua cartografia. Conforme desvela no trecho supracitado, os primeiros núcleos de povoação foram estabelecidos as margens oeste do rio Parnaíba, que por determinação da Carta Régia que criou a capitania do Piauí ficou sob jurisdição maranhense, dando origem a chamada ribeira do Parnaíba, local onde foi fundada a vila de Pastos Bons.

Doravante a vila de Pastos Bons configurou-se como uma zona de difusão⁷ para os colonos recém-assentados na região. De tal sorte, deslocaram-se rumo ao oeste e ao sul dos altos sertões formando novos núcleos urbanos, a exemplo de São Félix de Balsas, que é oriunda do avanço contínuo dos vaqueiros rumo aos vales do rio Balsas, Neves e Macapá com o intuito de estabelecer suas propriedades. (CABRAL, 2008, p. 95).

Outras povoações que surgiram no mesmo período foram formadas a partir de dinâmicas similares e fizeram parte deste contexto de domínio dos colonos sobre os espaços servindo a suas intencionalidades políticas e econômicas. Como bem descreve Carlota Carvalho (2000, p. 120), é o caso do povoado de Riachão, fundado em 1808, por influência dos fazendeiros de gado, dentre os quais destacava-se a figura de Manuel Coelho Parede, que avançaram rumo a direção sudoeste dos altos sertões. Em face da distância que em se encontravam dos Pastos Bons, construíram moradas que servissem de núcleos de apoio a sua marcha de colonização, bem como uma capela em devoção a Nossa Senhora do Nazaré.

A fundação do chamado Porto da Chapada pelo Alferes Antônio José Franciso dos Reis também se configura como marco importante na construção do território sertanejo. Isso porque, conforme alude Pachêco Filho (2016), a viagem empreendida pelo militar em 1811, que deu origem a referido porto, inseriu o rio Grajaú como parte do mundo dos colonos portugueses e foi responsável por inaugurar “[...] a rota que tornava o centro-sul e sul maranhense mais próximos da capital da província” (PACHÊCO FILHO, 2016, p. 136). Posteriormente, colonos estabeleceram-se as margens do rio, fundando pequenas povoações, que décadas depois deram origem a cidade de Grajaú.

O próprio Francisco de Paula Ribeiro desempenhou papel relevante na formação do território maranhense em virtude do papel que exerceu ao interceder no litígio fronteiro que existia a época entre as capitanias do Maranhão e Goiás, em torno de São Pedro de Alcântara. A viagem demarcatória chefiada pelo militar português que colocou sob posse maranhense a área em questão foi relevante para ampliação do território maranhense e garantiu o domínio daquela que se tornou e uma importante zona de influência comercial sob os goianos.

⁷ “[...] núcleos de assentamento original que servem de base para os movimentos expansivos posteriores. A consolidação destes núcleos numa rede, com o povoamento contínuo de seus entornos e a definição de caminhos regulares entre eles, cria a região colonial.” (MORAES, 2000, p. 69)

Em síntese, denota-se que, a despeito das discrepâncias temporais e das particularidades dos processos históricos que distinguiram sertão e litoral, esta configuração territorial encontrada por Paula Ribeiro quando sua chegada a capitania do Maranhão e representada em seu mapa é produto direto da implementação de estruturas coloniais na região, responsáveis por edificar as vilas, ribeiras e povoações pormenorizadas pelo militar em seus escritos.

3 A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO: TENSÕES ENTRE O VAZIO DEMOGRÁFICO DOS SERTÕES E OS POVOS INDÍGENAS

3.1 O sertão no período colonial: uma breve discussão conceitual

Ainda no que concerne os antecedentes da cartografia lusa a respeito do Brasil, é correto afirmar que os avanços nos debates sobre a configuração territorial da América portuguesa, em grande medida, perpassaram pelo adentrar progressivo das expedições exploratórias de cunho colonial rumo ao interior do continente. As novas informações reunidas acerca destes terrenos, até então pouco visitados, acarretaram tanto em representações conflitantes sobre o território em questão, bem como um “[...] contínuo desvelar do interior do Brasil, a partir da apreensão empírica da mesma [...]”. (FURTADO, 2012 p. 26)

Apesar de não haver uma citação explícita ao termo por parte de Furtado, no contexto do Brasil colonial estes territórios condizentes ao “interior” das possessões portuguesas, condizem aos espaços consagrado pelos mais diversos campos da intelectualidade, tais como a historiografia, o pensamento social brasileiro e a literatura, como “Sertão”.

Ao nos debruçarmos sobre os seus usos no conjunto da história nacional, é possível atestar que em face de sua polissemia, o termo sertão admitiu diversas representações ao longo do tempo, sendo utilizado para designar tanto aspectos geográficos, culturais e sociais, que se fazem presentes no imaginário e no cotidiano brasileiro. Construíram-se pelas mãos dos mais diversos autores inúmeros sertões, razão pela qual Janaína Amado afirma que: “[...] talvez nenhuma outra categoria, no Brasil, tenha sido construída por meios tão diversos. Talvez nenhuma esteja tão entranhada na história brasileira, tenha significados tão importantes e variados e se identifique tanto com a cultura brasileira”. (AMADO, 1995, p. 147)

No que concerne a sua abordagem na condição de categoria analítica, calcada espacialmente nos campos da História, Geografia e Ciências Sociais, esta multiplicidade de elementos associados ao sertão se justifica, pois, tal categoria não necessariamente se qualifica a partir de uma associação intrínseca a certos domínios morfoclimáticas prevaletentes em determinados recortes regionais, tampouco possui relação com ações antrópicas em um espaço circunscrito, que posteriormente redundem em estruturas de cunho

político, econômico, social e cultural que confirmam parâmetros singulares a todos os espaços cunhados com esta denominação.

Por essa razão, para Moraes (2003) ao passo que a noção de sertão não pode ser identificado a partir de uma materialidade terrestre individualizável, por conta da inexistência de um modelo de paisagem único que a defina, o autor advoga por um exercício teórico que na busca pela descrição do sertão não o equipare a noções como “habitat”, “ambiente” ou “território”, pois ao passo que estas categorias possuem os seus referenciais pautadas essencialmente na dimensão matéria, o sertão está interligado ao âmbito simbólico. Assim, Moraes afirma que:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. (MORAES, 2003, p. 2)

Sendo assim, decorre desta proposição a noção de que, em regra, sertão trata-se de um artifício retórico que visa conferir um conjunto de características qualitativas aos mais distintos espaços, seus habitantes e padrões de sociabilidade desenvolvidos nestes múltiplos locais. Ainda nesta linha, a carga valorativa associada a esta categoria pode assumir contornos positivos ou negativos a depender do contexto histórico e da intencionalidade dos agentes que o mobilizam.

Esta condição multifacetária do sertão pode ser atestada, a exemplo, através das dissonâncias existentes entre o Sertão de Canudos, consagrada na obra de Euclides da Cunha (1902), que se caracteriza pela sua vegetação rasteira, clima árido e seca persistente, e o sertão maranhense, objeto deste estudo, que pelos escritos de Francisco de Paula Ribeiro, Carlota Carvalho e Alan Kardec Pachêco, só para citar alguns de seus principais intérpretes, foi descrito como um espaço abundante em recursos hídricos, o que levou Pachêco Filho a cunhar o termo “sertão de águas”, composto por um verdume de saltar aos olhos.

As ambiguidades que culminam no fato do sertão ora ser valorado a partir de referenciais positivos, ora em suas descrições preponderem características pejorativas é reflexo de outro elemento fundante que contribui para a compreensão das ideias que permeiam esta categoria, principalmente no que diz respeito aos sentidos que o termo mobilizava no contexto colonial: trata-se de que o sertão é uma categoria forjada eminentemente através do antagonismo.

Uma das condições para a construção do imaginário que legava a determinados espaços a identidade de sertão foi a existência de outras tantas regiões que representassem um contraponto aos territórios sertanejos. A atribuição do termo está vinculada a uma somatória de aspectos valorativos implícitos e este conjunto de valores possuem concretude apenas mediante a presença de espaços que expressem características opostas.

Essa construção de sentido através da diferenciação está atrelada ao fato de que o sertão, via de regra, é fruto de um conjunto de elaborações erigidas por agentes exógenos, que expressavam em suas narrativas qualificações, juízos e interesses que não emanavam diretamente desse lugar geográfico, social e histórico chamado sertão, fazendo com que as suas ausências, qualidades e debilidades tenham como referencial os lugares externos de onde falam estes autores. Ou seja, para que exista sertão, é necessário que também exista o não-sertão. (MORAES, 2003)

Em observância a essa noção que atribuiu aos sertões a condição de locus forjados através da alteridade, os primeiros registros do termo oriundos do período colonial, de onde advém a etimologia da palavra, está intrinsecamente ligado à ideia de espaços incultos, desconhecidos e/ou inexplorados, situados no interior da colônia, em clara oposição ao litoral, conforme nos foi apresentado por diversas autoras que estudam a temática, tais como Nísia Trindade Lima (1999), Janaina Amado (1995) e Candice Vidal e Souza (2011).

Ainda nesta linha, ao investigar os pormenores etimológicos do termo, Erivaldo Neves aponta que sertão tem suas origens calcadas no vocábulo “mulcetão”, que no decorrer das décadas sofreu alterações em sua grafia, corrompido para “celtão” e logo após “certão”, como pode ser encontrado em algumas documentações lusas datadas desde o século XVI. Alguns outros filólogos, prossegue Neves, afirmam que sertão deriva do termo “desertão”, cunhado em África e depois transferido para Portugal em sua versão suprimida. Apesar destas dissonâncias, o autor aponta que de forma geral, o termo era utilizado como referência às áreas mais afastadas da costa, despovoadas.

No que concerne ao sertão brasileiro, a partir do século XVIII e XIX a Coroa portuguesa intensificou o seu interesse sobre estes espaços, isto por conta da influência das ideias iluministas que estavam em voga à época na Europa, e que modificaram a forma como as nações europeias olhavam para suas colônias no além-mar.

A razão e o cientificismo iluminista passaram a nortear o pensamento no período setecentista e influenciaram diretamente nos novos modelos administrativos implementados à época. Dessa forma, deu-se maior ênfase à busca de conhecimentos empíricos dos aspectos naturais, em detrimento à concepção teológica que explicava até então os fenômenos

ocorridos na natureza.

Pondo-se na esteira das mudanças que ganhavam a Europa, Portugal implementou uma série de alterações nos campos político, econômico e educacional que ficaram conhecidas como o Reformismo Ilustrado. Uma das justificativas para a inserção neste cenário foi a posição de atraso em que os lusitanos se encontravam em relação às demais potências europeias, visto que boa parte destes países que competiam economicamente como a nação portuguesa já adotavam os ideais iluministas. Ao tratar sobre a situação Fernando Novais (1994, p. 106) diz que “[...] tendo iniciado os tempos modernos em posição de vanguarda, os países ibéricos, a partir do século XVII, iriam sendo cada vez mais ultrapassados pela França, pela Holanda e pela Inglaterra.”

A atuação do reformismo ilustrado na Universidade de Coimbra tinha como objetivo não só produzir alterações no âmbito educacional, incentivando a produção de conhecimento científico no país, mas igualmente lograr êxitos econômicos, pois em face da crise em que se encontrava, a administração portuguesa vislumbrava no conhecimento acadêmico uma forma de buscar alternativas lucrativas em suas colônias, principalmente nas regiões ainda pouco exploradas.

Neste sentido, o império luso passou a patrocinar diversas expedições de acadêmicos formados na Universidade de Coimbra às demais terras pertencentes às possessões portuguesas, que, neste contexto ficaram conhecidas como “Viagens Filosóficas”. Em sua essência:

[...] deveria promover o avanço da ciência, descobrir leis, a lógica do criador, que estavam escondidas no mundo vivo. Mas a História Natural não reunia apenas estudos das espécies, mas incluía conhecimento para manipular minerais, domesticar plantas e animais. Os naturalistas atuavam, portanto como economistas, etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza. (RAMINELLI, 2008, p. 97)

Como ensina Raminelli, essas viagens tinham por intuito mapear possíveis riquezas econômicas existentes nas terras portuguesas do além-mar, e, como desdobramentos delas, foram elaborados diversos diários, roteiros, mapas e memórias, marcadas principalmente por seu cunho descritivo, que posteriormente eram destinados a Coroa.

Os espaços coloniais ainda pouco exploradas passam a se tornar os principais destinos desses viajantes e, nesse contexto, o interior da América portuguesa passou a ganhar notoriedade nos relatos, avolumando ainda mais os escritos sobre estas áreas. Como nos diz José Carlos Barreiro (2003, p. 9), esse momento de maior visibilidade que os viajantes passam a dar a esta porção territorial configura-se como um momento de redescoberta e

revisitação do Brasil através no olhar dos viajantes.

Apesar das viagens filosóficas serem compostas em sua essência por homens letrados formados em Coimbra, a análise do conjunto documental produzida sobre sertão mostra que não foram somente os letrados que relataram sobre o interior. Existe a presença marcante de clérigos e militares, que, em conformidade com os planos da Coroa portuguesa, colocaram-se a serviço da metrópole para desenvolverem atividades nos sertões.

Exemplificando bem tal fato, ressaltamos a figura do padre Joaquim José Pereira, também conhecido como o Vigário de Valença, como uma das figuras mais proeminentes dentre os viajantes que percorreram o sertão nordestino no século XVIII e XIX. Pereira percorreu o interior do Piauí e do Maranhão, além de estado do Ceará, tendo ao todo permanecido por mais de uma década nesses sertões. (BONATO, 2010, p.10)

No que diz respeito aos militares que visitaram e descreveram o sertão, em sua tese o historiador Alan Kardec Pachêco Filho (2011) cita pelo menos três que tiveram grande relevância para a construção da historiografia sobre o sertão do Maranhão, isso por conta da rica fonte documental deixada no período em que estiveram na região. São eles Sebastião Gomes da Silva Belford, João Pereira Caldas⁸ e Francisco de Paula Ribeiro.

3.2 Francisco de Paula Ribeiro: aspectos biográficos do militar e explorador

Dentre os militares citados por Pachêco Filho, é imperioso destacar a figura de Francisco de Paula Ribeiro. Em linhas gerais, Paula Ribeiro foi um militar português que esteve por mais de vinte anos na Capitania do Maranhão, sendo uma considerável parte deles destinados a cumprir missões militares no sertão da capitania.

Suas memórias contribuem significativamente para o estudo de diversos aspectos relacionados ao sul do Maranhão, especialmente em virtude de sua abrangência, haja vista que abordam desde as questões geográficas relativas a esse espaço, enfatizando a hidrografia da região, além dos aspectos sociais relativos aos povos sertanejos, referindo-se tanto aos colonos que residiam nas fazendas de gado, quanto às nações indígenas que habitavam o sertão dos Pastos Bons.

Francisco de Paula Ribeiro está inserido entre os grandes conhecedores do sertão maranhense. Militar e explorador, fez sua carreira praticamente no Maranhão, como

⁸ Sebastião Belford e João Pereira Caldas são autores de valiosos relatos sobre o sertão maranhense, sendo eles respectivamente: “Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro” e “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí.

representante da Coroa portuguesa, esteve à frente de missões militares em diversas oportunidades, e em frequente contato com os sertões dos Pastos Bons e seus habitantes. Porém, apesar da sua larga trajetória, Paula Ribeiro ainda é “[...] pouco conhecido e parcamente explorado pela historiografia brasileira” (BONATO, 2010, p. 24) Isso se expressa pelos poucos trabalhos nos quais as obras de Ribeiro são tomadas com fontes de análise sobre o sertão.

Da mesma forma que é pouco estudado, também são extremamente diminutas as informações sobre a vida de Paula Ribeiro antes de ser enviado à América Portuguesa. As documentações das quais é possível pode extrair pequenas informações sobre a vida de Francisco de Paula Ribeiro indicam que o militar teria nascido no ano de 1771, na região sul de Portugal, sendo o local apontado de maneira imprecisa. Com relação a sua formação, Ribeiro teria ingressado diretamente no serviço militar após a conclusão do secundário, o que leva a crer que este não tenha frequentado a Universidade de Coimbra.

Segundo a documentação disponível, a chegada de Francisco de Paula Ribeiro à América portuguesa é datada de 1795, e se deu através da indicação do Duque de Lafões, que solicitou junto ao então Secretário de Estado da Marinha para que o militar assumisse o posto de Alferes na então Capitania do Maranhão.

Antes disso, Paula Ribeiro encontrava-se preso em um dos quartéis de Lisboa, e seu destino, a priori, seria as colônias portuguesas nas Índias, onde também prestou serviços militares. Porém, em virtude da ausência de embarcações que pudessem levá-lo, acabou sendo destinado às possessões portuguesas na América:

Achei por bem nomear para Alferes do regimento de Infantaria da Capitania do Maranhão a Francisco de Paula Ribeiro: O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e faça passar aos despachos necessários. Palácio da Luz em dezesseis de abril de mil setecentos e noventa e cinco (APEM - Caixa 86, doc. n. 7208).

Após um breve período de sua chegada à Capitania do Maranhão, Paula Ribeiro foi enviado, no ano de 1798, a uma missão em companhia de outros militares a Belém do Pará. Segundo consta na portaria expedida pelo então Governador da Capitania, Dom Fernando de Noronha, a ida de Paula Ribeiro à Capitania do Pará se deu muito em função dos recorrentes pedidos do militar.

A sua estada na capitania vizinha se deu por um curto período, e já no ano de 1800, logo após o seu retorno a São Luís, o militar foi designado para assumir o comando do destacamento de Pastos Bons, em lugar de Raimundo Vieira que se encontrava em “mau estado de saúde”. Em virtude disto foi Viera orientado a entregar “todas as instruções e

ordens” ao alferes Paula Ribeiro. (APEM – Objetos Diversos: 1798-1800, Códice 20, Doc. 441.)

Nesta ocasião, Paula Ribeiro iniciava sua primeira viagem ao sertão maranhense, onde ficou por dois anos. Em 1802, D. Diogo de Souza, o então governador da Capitania do Maranhão, nomeou Higinio Xavier para assumir o seu posto como comandante do Destacamento de Pastos Bons. Em documento oficial emitido por D. Diogo de Souza é dito a Paula Ribeiro que “Logo que aí chegar o alferes do Regimento de Linha Higinio de Xavier Lopes, a quem nomeei para lhe suceder no comando do Destacamento e Distrito desse Julgado; Vossa Mercê lhe entregará todas as ordens, e instruções, que lhe têm sido dirigidas para seu regime [...]”. (APEM Objetos Diversos: 1800-1803, Códice 01, Doc. 451.)

Após este período em Pastos Bons, Paula Ribeiro recebeu ordens para que deixasse o comando do destacamento e retornasse a São Luís. Após longo período servindo o regimento da capital, no ano de 1810, Paula Ribeiro foi solicitado pelo capitão-geral e governador da capitania Dom José Thomaz de Menezes, que o queria no comando de outra missão.

Desta feita, Ribeiro foi enviado à região de Viana no comando de 45 homens com pesado armamento para enfrentar os Gamelas e Timbira, que vinham resistindo à invasão dos moradores às suas terras. Paula Ribeiro recebeu ordens para não só expulsar os indígenas para o mais longe possível, como também de levar preso para a capital da província os seus líderes.

As tensões entre os povos indígenas e os colonos, com esta enfrentada por Paula Ribeiro na vila de Viana, fizeram-se de maneira bastante frequente durante o período, sendo as disputas territoriais a principal razão dos conflitos.

As sociedades indígenas eram as principais habitantes dos sertões brasileiros à época, porém a partir do processo de colonização dessas áreas, os colonos passaram a desenvolver políticas de captura e dizimação desses povos, para que posteriormente pudessem ocupar suas terras.

Os povos nativos se colocaram de maneira resistente à ocupação de seus territórios, o que desencadeou intensos conflitos, com reverberações até nos dias de hoje.

A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida expressa bem o contexto no qual estavam inseridas as ações dos colonos portugueses contra os povos nativos. Ao tratar sobre as populações indígenas que habitavam o sertão a autora explica

Para os povos do sertão previa-se o aldeamento, mediante a criação de missões religiosas e presídios militares, com recurso às guerras justas quando se julgasse

necessário; para os aldeados, já considerados civilizados, propunha-se a assimilação, com a distribuição de parcelas individuais de suas antigas terras coletivas que seriam extintas com as antigas aldeias. Guerras violentas, criação de novos aldeamentos e extinção de antigos foram práticas que coexistiram e se sucederam ao longo do século XIX. Todas visavam a um mesmo fim: a ocupação das terras indígenas e a transformação de seus habitantes em cidadãos e eficientes trabalhadores para servir ao novo Estado. (ALMEIDA, 2012, p. 25)

Almeida aponta principalmente para os aprisionamentos e trabalhos forçados que os povos nativos eram submetidos pelos colonos, sendo esta uma forma de reverter lucros para Coroa. Salieta as guerras que esses processos de ocupação das terras indígenas proporcionaram ao período oitocentista, destaca-se também a participação de membros das instituições religiosas nas explorações destes povos.

Inserido neste contexto de disputas, Francisco de Paula Ribeiro, exercendo sua função de militar e representante da Coroa portuguesa, esteve por diversas vezes envolvido em conflitos desta ordem na Capitania do Maranhão. Essas tensões muito se deviam ao projeto da Coroa em desenvolver fazendas de gado no sertão dos Pastos Bons, como possibilidade econômica na região, que acabou por ser a principal atividade exercida pelos colonos no sul maranhense.

Em face desse projeto, crescia cada vez mais a necessidade dos colonos de expansão de suas fazendas, já que o desenvolvido da atividade pecuária nesse período se dava de maneira extensiva. Desse modo, as fazendas de gado começaram paulatinamente a ocupar as terras indígenas, que, por sua vez, resistiam a este processo.

As atividades desenvolvidas por Paula Ribeiro no território maranhense se deram estritamente em confluência com os interesses apresentados pela Coroa Portuguesa em função da exploração deste território colonial, fazendo com que o historiador Manuel de Jesus Barros Martins definisse Ribeiro como um “[...] um dos mais ardorosos defensores dos interesses portugueses na América”. (MATINS, 2002, p.9)

Nesse sentido, como já abordado, o século XIX foi marcado especialmente pelo mapeamento dos aspectos naturais que pudessem servir de usufruto para metrópole. Assim, as viagens patrocinadas pela Coroa aos sertões e os documentos de cunho altamente descritivos, decorriam deste intuito de informar a Portugal sobre as potencialidades econômicas contidas nos sertões. Desta feita, Paula Ribeiro está diretamente inserido neste contexto e, enquanto homem da Coroa, tinha atribuições expressamente relacionadas ao apontado.

Dois anos após prestar serviços na Vila de Viana, Paula Ribeiro foi nomeado para assumir o comando do destacamento de Aldeias Altas, conhecida atualmente como Caxias. Junto ao cargo de comandante daquele destacamento, Paula Ribeiro também recebeu uma

nova promoção, assumindo nesta ocasião a patente de Tenente do Regimento de Linha. (PACHÊCO FILHO, 2016, p. 77).

A ascensão de Paula Ribeiro dentro do serviço militar, principalmente no período em que esteve servindo na Capitania do Maranhão, traduz o êxito que obteve em boa parte das atividades a ele conferidas. Em sua chegada ao Maranhão, Paula Ribeiro possuía a patente de Alferes, passando posteriormente pelas patentes de Cabo e assumindo em 1809 a de Furriel⁹. Logo em seguida galgou a supracitada patente de Tenente de Linha e, após isso, ascendeu a Capitão, concluindo sua carreira militar como Major Graduado, porém, sem ter conseguido alcançar o posto de Sargento Mor que havia pleiteado, tendo sido este negado pelos seus superiores.

Em 1815 o militar foi incumbido provavelmente da mais relevante dentre as tarefas que executou ao longo de sua carreira militar, qual fora, a de delimitar a fronteira entre as capitanias do Maranhão e Goiás.

Como nos conta Pachêco Filho (2016), desde 1798 já havia um documento oficial, emitido pela Coroa Portuguesa, que ordenava ao governador do Maranhão que promovesse viagens exploratórias rumo ao rio Tocantins. Porém, tais providências não foram tomadas, e a região ficou longe dos olhos dos governantes da Capitania.

Em consequência disto, o “regatão” Francisco Pinto Magalhães, tirando proveito desta ausência administrativa maranhense na região, anexou o território de São Pedro de Alcântara, pertencente ao Maranhão, à capitania de Goiás. Ademais, em decorrência, Pinto Magalhães passou a obter lucros pessoais, cobrando dos colonos “goianos” uma taxa de proteção para permanecerem do lado “maranhense” do rio Tocantins.

O litígio envolvendo as duas capitanias muito provavelmente teve início quando da chegada e fixação de Pinto Magalhães as proximidades do rio Tocantins, em 1810. Como relata Pachêco Filho, Pinto Magalhães avistou na região algumas construções rudimentares e ao passo que instruiu ao fazendeiro Elias Ferreira de Barros, creditado por alguns autores como descobridor do lado maranhense do rio Tocantins, a não se estabelecer naquela região fazendas de gado sem autorização real, o regatão “goiano” edificou na região um barracão de negócios, comercializando pequenos itens.

O conflito se assevera quando Magalhães comunica a administração da capitania de Goiás seus esforços em fundar um arraial as margens do citado rio, crescendo a animosidade entre a população do Goiás e Maranhão na disputa pelas terras.

⁹ O termo Furriel é usado para designar um dos postos das forças armadas portuguesas, sendo esta uma graduação superior ao Cabo e inferior ao Sargento.

Por essa razão, o governador da Capitania do Maranhão, Paulo José da Silva Gama (1811-1819), determinou que Paula Ribeiro cumprisse a função de estabelecer o limite territorial entre as capitanias, visando reestabelecer o domínio sobre a povoação de São Pedro. As ordens de Paulo Gama ao militar Paula Ribeiro foram claras, tendo o governador instruído o seguinte:

A sua comissão, portanto, é marchar com a maior brevidade possível até a raia limítrofe desta capitania com a de Goiás nas extremas de Pastos Bons cabeceiras do Tocantins, lugar por Vossa Mercê conhecido. Ali deve se encontrar com o sargento-mor José Antônio Ramos e o capitão Francisco José Pinto Magalhães, vindos autorizados pelo excelentíssimo governador e capitão-geral daquela capitania para como Vossa Mercê- que vai autorizado por mim para o mesmo- observar e designar a raia divisória e terminal das duas capitanias. (APEM, Objetos Diversos: 1814-1816, Códice 05, Doc. 755)

No trecho acima, Paulo Gama menciona o conhecimento que Paula Ribeiro possuía acerca do sertão dos Pastos Bons em virtude de sua estada na região em outras oportunidades, de tal modo que este foi um dos fatores que o levou a nomear Paula Ribeiro para a missão, substituindo o naturalista Vicente Jorge Dias Cabral, que havia sido escolhido para realizar a viagem demarcatória, tendo, contudo, falecido pouco tempo depois da nomeação.

Após aproximadamente três meses de diálogo como os moradores da região em busca de maior embasamento para solucionar a questão, Francisco de Paula Ribeiro encaminhou seu parecer as autoridades da província. Sobre o tópico Pachêco Filho (2016, p. 56) aludiu que:

Após meses de conversações (Paula Ribeiro), conseguiu convencer um dos representantes do governo de Goiás, o sargento-mor José Antônio Jubé, que as terras situadas do lado direito do rio Tocantins pertenciam a capitania do Maranhão. Como não se chegava à unanimidade, pois havia a opinião extremamente contrária de Francisco José Pinto Magalhães, Paula Ribeiro se retirou para o distrito de Pastos Bons, onde ficou aguardando ordens superiores.

O impasse em torno da questão se estendeu ainda por um ano. Nesse período houve intensas negociações entre os representantes da capitania do Maranhão, Goiás e a Corte portuguesa. Como resultado as tratativas avançaram no sentido de referendar a demarcação antes estabelecida por Francisco de Paula Ribeiro, conferindo ao do Maranhão o lado direito do rio Tocantins.

As atividades militares e exploratória desenvolvidas por Francisco de Paula Ribeiro na Capitania do Maranhão foram interrompidas subitamente com a morte do militar no ano de 1823. Inserido no contexto das lutas pela independência da capitania, Paula Ribeiro, enquanto representante dos interesses portugueses na região, foi ordenado a defender o território maranhense daqueles que visavam torná-lo independente. Como consequência destes embates, Paula Ribeiro foi morto por um dos grupos militares rivais, assim, pondo fim a

trajetória do militar de quase vinte anos nos sertões dos Pastos Bons.

Como já referido, Francisco de Paula Ribeiro, além de ter realizado incursões militares no período em que esteve na capitania do Maranhão, também foi responsável pela produção de um valoroso conjunto de três memórias¹⁰, fruto de suas experiências no sertão dos Pastos Bons. São elas: “Roteiro da Viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S. M. Fidelíssima”, Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1848; “Descrição do Território dos Pastos Bons; Propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos”, Revista do IHGB, nº 12, Rio de Janeiro, 1849; “Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão, nessas memórias analisa algumas tribos no sertão”, Revista do IHGB, v.3, Rio de Janeiro, 1841.

Estas memórias em conjunto com o seu mapa possuem tamanha relevância que o historiador João Renôr Ferreira de Carvalho, ao reunir em livro juntamente com Adalberto Franklin as memórias de Paula Ribeiro, afirmou: “[...] agora fazem parte das fontes historiográficas indispensáveis para se fazer a história, a etnografia e a antropologia da região sul do Maranhão” (FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p. 23).

3.3 O mapa geográfico da Capitania do Maranhão: uma análise de seus ditos e não-ditos

O “Mappa geographico da Capitania do Maranhão, que pode servir de Memória sobre População, Cultura e Couzas mais notáveis da mesma Capitania” (figura 2), assim como as três memórias descritivas produzidas pelo militar português, tratam-se da expressão concreta do conjunto das suas experiências e observações feitas nas várias missões militares nas quais foi designado a cumprir por diversos governadores do Maranhão, em pouco mais de duas décadas em que esteve a serviço da Coroa portuguesa nesta região.

¹⁰ A historiadora Ana Lúcia da Rocha conceitua que por Memórias entendiam-se os “[...] textos monográficos de cunho acadêmico ou administrativo. No período, o governo estimulava a elaboração de memórias que procurassem avaliar as possibilidades econômicas de alguma região ou de alguma atividade agrícola, mercantil ou industrial”. (PEREIRA, CRUZ, 2006, p. 359).

aproveitará todos as ocasiões oportunas para explorar ou mandar explorar todo o terreno dos limites desta capitania próximo ao Tocantins (por onde se diz descer com brevidade ao Pará) a fim de se conhecer a direção e capacidade do rio, a sua diversidade de braços que se intrometem por aquele sertão, os rios que se comunica e onde estes vêm desembocar. A qualidade dos terrenos, as provações que descobrirem todos os vestígios notáveis de antigas povoações e caminhos. [...] vossa Mercê mandará pelo piloto extrair mapas não só de divisões das duas capitanias mas também do rio Tocantins e todos que neles se deságuem marcando os rumos com todas as mais declarações necessárias para tudo ser presente à Sua Alteza Real. [...] os mais casos que aqui lhes não vão designados se deve regular pela analogia e conforme as Leis formando a base de todos os seus procedimentos. (APEM, Objetos Diversos: 1817-1819, Códice 06, Doc. 1691).

O extenso ofício direcionado a Paula Ribeiro conta não somente com orientações formais para a missão, tais como a necessidade de se manter em conformidade como os deveres do oficial militar sob ordens reais ou da quantia disponibilizada pela Junta da Real Fazenda para cobrir os eventuais custos financeiros da expedição, como assinala que cabia ao militar, com auxílio de Antônio de Couto, piloto aprovado pela Academia Real das Ciências, embora não conste nos anais da academia seu nome, elaborar uma cartografia que relatasse incursões exploratórias de Ribeiro e seus oficiais, visando o reconhecimento das qualidades dos terrenos, os aspectos hidrográficos dos altos sertões, os vestígios existentes das povoações, desde as mais notáveis até as mais antigas, as veredas e caminhos possíveis para percorrer o vasto sertão maranhense.

3.4 O uso dos topônimos como ferramenta de dominação política

No Mapa Geográfico da Capitania Maranhão, os topônimos estão presentes em abundância, estendendo-se por toda a representação do território. No intuito de elaborar um levantamento pormenorizado da região, Francisco de Paula Ribeiro nomeou as mais diversas vilas, freguesias, cursos d'águas, bem como os elementos que compunham o relevo da região. Em sua totalidade os topônimos foram grafados em português, atendendo o padrão de escrita da época, como fica exposto, por exemplo, na grafia da palavra “Maranhã”. Em alguns outros casos o militar opta por adotar algumas abreviações, principalmente quando se refere ao termo “Freguesia”.

Para além da necessidade de dar a conhecer detalhadamente as propriedades da região cartografada, conforme ordenava o ofício do governador encaminhado ao militar, as toponímias contidas no mapa igualmente cumprem a função de reafirmar o domínio político e jurídico português sob o território maranhense, uma vez que “[...] nomear os lugares é impregná-los de cultura e poder” (CLAVAL, 2007, p. 202)

Nesse sentido, atribuir nomenclaturas está inserido em um processo de transformação do universo físico em um universo socializado, criando assim narrativas acerca dos espaços em processo de apropriação. Dessa forma é importante ter em vista os conjuntos simbólicos e políticos que permeiam as toponímias (CLAVAL, 2007). Como ensina a historiadora Iris Kantor (2009, p. 40), a sua utilização como ferramenta de consolidação da posse sobre os espaços precede, em larga medida, o período moderno, haja vista que:

Desde a antiguidade, os cerimoniais de posse incluíam o estabelecimento de uma nova toponímia a cada nova conquista. Igualmente no Novo Mundo, os conquistadores e as coroas outorgavam-se o direito de nomear as terras descobertas, invocando o princípio romano da *res nullius*: terras não ocupadas não constituíam direito de propriedade, assim como novos territórios ou ilhas deviam pertencer aos seus primeiros ocupantes. Após a Paz de Westfália (1648) – que pôs fim a Guerra dos Trinta Anos e garantiu a Independência das Províncias Unidas –, as reivindicações de posse de novas regiões passaram cada vez mais a exigir a apresentação de descrições geográficas e documentação cartográfica.

Ainda segundo a autora, a partir de meados do século XVII, como decréscimo da hegemonia ibérica no contexto das grandes navegações, houve uma maior supressão das toponímias lusas nas cartografias estrangeiras que visavam representar os espaços coloniais no além-mar. De tal sorte, em meio a crescente concorrência entre as potências europeias pela anexação de territórios em África e na América, emerge entre os diplomatas portugueses o argumento jurídico, levado aos tribunais europeus, de que a posse sobre estes territórios deveria ser pautada pela anterioridade na sua nomeação, e, nesse contexto, cabia à cartografia o papel de atribuir maior materialidade à precedência na atribuição das toponímias a estes espaços.

Sendo assim, após estabelecer ocupações nas zonas litorâneas da América portuguesa nos primeiros séculos da colonização, os períodos que se seguiram foram de busca pela interiorização das possessões lusas, seja pautado na figura dos chamados sertanistas ou encabeçado pela expansão da atividade pecuária, como ocorreu no caso do sertão maranhens. E como parte deste processo resultou a fixação de topônimos que referendassem a sua soberania.

Outro aspecto a ser salientado refere-se ao fato de que durante o primeiro e segundo quartel do século XVIII estimulou-se tanto a formação como o patrocínio de militares para produção de cartografia e descrições geográficas, *in loco*, acerca dos rincões da América Portuguesa. No intuito de defender o patrimônio no ultramar, “A Academia Real passou a solicitar às autoridades coloniais e aos colonos o envio de descrições geográficas, memórias históricas e documentação comprobatória da ocupação efetiva de todos os domínios lusitanos”, fazendo com que “[...] desde então, além do estabelecimento da fronteira ‘natural’,

os demarcadores procuraram fixar uma toponímia que traduzisse o processo de ocupação efetiva do território”. (KANTOR, 2009, p. 44)

Dessa forma, em virtude da semelhança do cenário delineado com as solicitações feitas a Francisco de Paula Ribeiro décadas depois pelo então governador da capitania do Maranhão, a nosso ver, é possível estabelecer uma ponte com as intencionalidades da administração colonial na capitania maranhense de melhor explorar, assim como, reafirmar o controle territorial do sertão, tal como ocorrera em meados do período setecentista.

Neste contexto, despendemos maior atenção aos topônimos elencados por Francisco de Paula Ribeiro que fazem referência as povoações feitas por colonos que se alastravam por toda região dos altos sertões. De início, ao emprendermos uma análise de sua cartografia, cotejando junto aos dados presentes em seus escritos, principalmente a “Descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão...”, a toponímia que chama maior atenção trata-se desta que dá nome a própria memória: a Freguesia de São Bento de Pastos Bons, “lugar capital deste distrito” onde se encontrava “pia batismal” dos sertanejos do sul maranhense.

A relevância atribuída a este topônimo se fundamenta no fato de que, segundo conta Francisco de Paula Ribeiro, este era o nome comum atribuído pelos colonos a todo o território descrito pelo militar como a segunda porção da capitania do Maranhão. Visando estabelecer uma definição mais precisa da extensão territorial dos Pastos Bons, Ribeiro afirma que se tratava de:

[...] todo aquele terreno que desde a fazenda e riacho Serra, na extremidade sul dos limites de Caxias, corta da beira do rio Parnaíba na povoação das Queimadas, à barra do riacho do Corrente no rio Itapecuru, se estende por entre o mesmo rio Parnaíba e o Tocantins até as margens do rio Manoel Alves Grande, como já fica relatado, limitando-se por entre as cabeceira dos ditos Parnaíba e Manoel Alves Grande com a serra chamada do Piauí, e com a capitania desde nome por uma parte das margens daquele rio, assim como se limita com a Capitania de Goiás pelas margens desde e por uma parte também das do Turi até defronte da foz do rio Araguaia. (RIBEIRO, 1849, p. 41)

Ademais, o topônimo supracitado igualmente traz a lume outra característica do processo de atribuição de nomenclaturas às regiões inseridas na lógica lusitana: Os hagiotopônimos. Em que pese os esforços pela definição de toponímias tenham sido relegados a segundo plano no primeiro século do período colonial, fazendo com que o processo ocorresse ou de modo fortuito ou fizessem menção às mercadorias e artigos naturais oriundos da região que impulsionavam a economia extrativista (SEED, 1999, p. 235).

Porém ao passo que as preocupações em nomear os lugares ganharam maior relevância em paralelo ao aprofundamento das relações entre o sistema colonial e doutrina

católica, a presença de topônimo que fizessem alusão a figuras religiosas se fez corriqueira.

Ou, como melhor explica Iris Kantor, “[...] entre os ibéricos, a homenagem a santos e mártires cristãos era uma prática comum, associando o calendário hagiográfico com as datas das ‘descobertas’ ou da realização da primeira missa”, principalmente a partir “[...] do Padroado Régio¹¹ fez com que as coroas ibéricas estimulasse a memória dos santos e mártires católicos” (KANTOR, 2009, p. 42)

Com efeito, esse cenário se expressa no sertão maranhense não somente por meio da Freguesia de São Bento dos Pastos Bons como outras regiões contidas nos altos sertões também receberam designações associadas a cosmovisão cristã. São os casos de: São Pedro de Alcantara, Nossa Senhora da Conceição da Passagem da Manga, São Félix e etc, todas elas relatadas na cartografia de Francisco de Paula Ribeiro.

O movimento traduz não somente a tentativa de reafirmação da soberania jurídica e política portuguesa frente as possíveis “invasores” estrangeiros, mas também insere-se no âmago do projeto de dominação sobre as populações indígenas, uma vez que a atribuição de nomenclaturas cristãs nos espaços sertanejos estava atrelada ao processo de conversão dos povos originários à doutrina católica, de forma que “a missão de conversão das almas e a apropriação do espaço materializavam-se por intermédio da designação dos lugares associada a nomes de santos e mártires.” (KANTOR, 2009, p. 42)

Esta característica mencionada incorre naquilo que Dick (2007) define como frente externa no processo de construção das toponímias. Nesse sentido, enquanto a frente interna é ensejada por questões locais, prezando por demandas internas das comunidades, a frente externa possui quase caráter quase artificial dado seu distanciamento com os grupos que habitam aquela região. “Em outras palavras, o nome deixou/deixará de ser contextualizado ou introjetado pela comunidade porque seguiu o caminho inverso, advindo de fora para dentro do meio”. (DICK, 2007, p. 142).

Ainda no que concerne os aspectos da topônima dos altos sertões, para além da centralidade atribuída por Francisco de Paula Ribeiro à freguesia dos Pastos Bons, o militar ainda despende particular relevo em sua cartografia e nas suas memórias, às chamadas oito ribeiras estabelecidas no sul maranhense. Segundo ele:

[...] dividia-se a referida freguesia em oito particulares distritos ou ribeiras, como seus habitantes lhes chamam, ainda maior parte mal povoadas, cujos os nomes são os seguintes: Alto Itapecuru, Parnaíba, Balsas, Além de Balsas, Neves, Lapa, Farinha e Grajaú, não entrando neste número o distrito de São Pedro de Alcântara,

¹¹ Direito régio de controlar os rendimentos eclesiásticos e de promover a cristianização do Novo Mundo (KANTOR, 2009, p. 42)

recém-pertencentes à Capitania do Maranhão, havendo antes pertencido a Goiás. As suas distâncias ocidentais e austrais se demonstram pela respectiva carta da capitania. (RIBEIRO, 1849, p.54)

Destes topônimos citados, evidencia-se que em virtude da proximidade, os oitos distritos elencados pelo militar têm relação direta com os principais rios que nascem no sertão maranhense, pois, como ficam demonstrado no mapa, algumas destas regiões são atravessadas de norte a sul pelos rios homônimos, como as ribeiras das Neves, Farinha e a Parnaíba. Em outros casos, os topônimos são fruto de um processo de hibridização entre termos oriundos da língua portuguesa e de matriz indígena. Este modo de forjar novas designações atribuídas às ocupações de colonos desponta como parte do método de apropriação dos espaços mediante a instrumentalização das toponímias, sendo esta uma característica que marca não somente o sertão maranhense como também outras regiões da América Portuguesa.

A forte influência exercida pelos idiomas indígenas na formação das designações atribuídas aos territórios é evidente ao passo que, em detrimento as diretrizes formuladas pela administração portuguesa orientando a completa “lusitanização” dos topônimos, ainda era possível identificar suas reminiscências em parte considerável das nomenclaturas. Sobre isso, Virgínia Elisabeta Etges e Milene Seer afirmam que:

Objetivando suplantando a cultura indígena pela portuguesa, os colonizadores lusos realizaram, em 1798, substituições na toponímia brasileira, do tupi para o português. A língua mais falada até então era o tupi, o que fez com que, mesmo após essas substituições, a influência indígena só aumentasse, tanto pela miscigenação das duas culturas através do casamento, como pelas próprias expedições ao interior do país, nas quais o número de indígenas geralmente era superior ao de portugueses. Dessa influência indígena temos referências à flora, fauna, minerais e relevo, normalmente topônimos já utilizados há muito pelos índios (ETGES; SEER, 1999, p. 93-94).

Ainda que tenha sido elaborada quase duas décadas depois das diretrizes citadas, algumas das regiões mapeadas por Francisco de Paula Ribeiro ainda resguardavam suas raízes indígenas, associadas principalmente dos troncos linguísticos Gê e Tupi. Caso, por exemplo, dos topônimos Grajaú, Mearim e até mesmo o Parnaíba.

As provocações aqui suscitadas envolvendo os topônimos devem ser entendidas como apenas um dos elementos dispostos pelos europeus para edificar o que Benedict Anderson (2008) denomina de “Estados coloniais” nos territórios do além-mar, em meio a um conjunto de elementos técnicos e simbólicos que constituem os mapas.

Na medida em que os europeus possuíam plena consciência de que, em verdade, eram intrusos na região dos trópicos, passaram a se valer dos mapas como forma de remodelar a configuração espacial e “[...] legitimar a expansão do seu poder através de um método de aparência legal”, impondo aos territórios por eles invadidos a lógica de transferência dos

espaços geográficos como já ocorria no continente europeu. (ANDERSON, 2008, p. 240).

Dessa forma, a imposição da lógica geométrica que enquadrava todos os vastos territórios em quadriculados traçados por latitudes e longitudes, como aqueles que apontamos no mapa de Francisco de Paula Ribeiro, estava atrelada não somente à lógica de busca pela precisão, característica da cartografia iluminista, mas também se associava ao discurso de que caberia aos soldados, topógrafos e exploradores europeus preencherem estes espaços, sobretudo nas regiões até então “inexplorados”. (ANDERSON, 2008, p. 240)

Até mesmo a representação dos espaços por meio de colorações distintas, tal como ocorre no mapa de Ribeiro, remetem a tradição cartográfica moderna de apropriação, pois era “costume dos estados imperiais de, nos mapas, colorir as suas colônias com uma tinta imperial” (ANDERSON, 2008, p. 241) a partir das quais construíram-se tal qual peças de um quebra-cabeça que se encaixavam no projeto de classificação totalizante dos espaços imposta pelos colonizadores. Em ambos os casos, ficam explícitas as demonstrações de poder interno, operadas a partir da cartografia.

3.5 Vazios demográficos e o silenciamento dos povos indígenas

Explicitando novamente a junção entre os recursos técnicos e textualidade, a análise dos mapas históricos que visa observar as subjetividades e intencionalidades do discurso cartográfico impõe ao historiador a necessidade de investigar tanto dos elementos presentes como o questionamento àqueles que se encontram ausentes nos mapas, em vista que “A presença ou a ausência de determinadas informações no mapa também são importantes para compreendermos o imaginário que as pessoas tinham sobre a região”. (FURTADO, 2012, p. 433)

Nesse sentido, as provocações para análise do mapa de Francisco de Paula Ribeiro a partir deste prisma estão alicerçadas, principalmente, no tratamento empregado pelo militar aos povos indígenas que habitavam a região do sertão do Maranhão. Isso porque, a despeito do substancial conhecimento etnográfico que Paula Ribeiro possuía a respeito destes povos, em virtude dos mais de vinte anos que esteve nos altos sertões e boa parte deles em contato direto com eles, materializado na escrita de uma memória dedicada a tratar exclusivamente sobre suas observações concernentes a este tema, a saber “Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: análise de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhe têm dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las”, Ribeiro em grande medida,

passa ao largo de qualquer menção mais detida aos povos indígenas da região sertaneja em sua cartografia.

Dessa forma, o antagonismo entre o conhecimento notável que o militar dispunha sobre a questão e a ausência de uma representação significativa em seu mapa, a nosso ver, resulta de dois aspectos estruturantes para a compreensão da cartografia em questão: os silenciamentos promovidos pelos mapas modernos e o imaginário de sertão forjado no contexto colonial.

No que concerne o primeiro aspecto, os debates relativos aos silêncios promovidos pelos mapas são fundamentais para o entendimento da sua dimensão ideológica, aliado às mensagens políticas veiculadas através da cartografia. Tal como ensina Harley (1989), na medida em que se compreende os mapas enquanto ferramentas que referendam a aquisição e conservação do poder, as análises sobre os silêncios cartográficos deslocam-se da dimensão estritamente técnica e passam a considerá-los como parte de um conjunto de práticas políticas que agem deliberadamente como mecanismos de censura ou atuam a partir de silêncios indiretos, pautados em regras ocultas da cartografia.

A própria adesão ao termo “silêncio”, em detrimento a noção de “espaços em branco”, que antes era majoritária na literatura referente a estes estudos, deu-se em razão do primeiro termo transmitir de forma mais explícita a participação ativa dos cartógrafos neste processo de ocultação de informações. Desta feita, ratifica-se que este processo está calcado não somente nas limitações do conhecimento geográfico ou dos recursos técnicos que estavam ao alcance do cartógrafo em determinado contexto, e sim faz parte da demarcação de posições políticas, por meio de silenciamentos conscientes ou inconscientemente instituídas.

Ainda nesta linha, compreende-se o silêncio como um valor intrínseco a boa parte das formas de transmissão de ideias adotadas pelos seres humanos, ou seja qualquer meio de manifestação do pensamento que se expresse através das linguagens pertencentes às mais diversas vertentes (signos, sons, gestos, discursos, imagens e, acrescenta-se, os mapas) para além dos aspectos que são pronunciados, também é composta por mensagens ocultas.

De tal sorte, atenta-se para o fato de que o silêncio dos mapas deve ser analisado não apenas como uma mera oposição entre elementos que constam ou não em suas representações, mas como parte que constrói dialeticamente a linguagem cartográfica, exercendo funções culturalmente estabelecidas no âmbito da mensagem que se pretende transmitir.

Os debates concernentes a relação entre poder e conhecimento trabalhados por Foucault, e que perneiam o pensamento de Brian Harley, conforme tratamos anteriormente,

também são cruciais para a compreensão dos silêncios cartográficos, tanto em perspectiva histórica como em seus impactos no contexto político. Despidendo os mapas de qualquer viés de neutralidade e objetividade, Harley afirma que os silêncios cartográficos podem emergir a partir de duas vertentes.

A primeira delas consiste em ações deliberadas daqueles que visam intencionalmente manipular as informações, impondo aos cartógrafos regras sobre aquilo que pode ou não ser revelado. Os mapas oriundos dos Estados modernos podem ser citados como a personificação da obtenção de poder através do conhecimento cartográfico, para tanto, os “silêncios intencionais” foram impostos à cartografia através das censuras, oclusões, ou falsificações, seja visando a manutenção dos monopólios comerciais nas colônias do além-mar, ou a defesa de informações militares estratégicas.

Em um segundo caso, os respectivos silêncios também são resultantes de regras epistemológicas que regem a cartografia. Como parte do conjunto de códigos culturais socialmente construídos, a cartografia está amparada em uma soma de conhecimentos que estruturam os elementos técnicos e valores que se pretendem transmitir. Como consequência, esta base epistemológica cria hierarquias internas fazendo com que certas informações se fazem presentes nos mapas e, ao mesmo tempo, outras são ocultadas, tudo isso alicerçado na episteme (HARLEY, 2005, p.118)

Somada a essa inclinação dos mapas modernos em ocultarem informações sobre os espaços cartografados, a ausência dos povos indígenas no mapa de Francisco de Paula Ribeiro também é tributária da noção que descreveu os sertões como verdadeiros “vazios demográficos”, forjada no decurso do período colonial e que reverberou séculos depois.

Associado aos discursos que contrapunham sertão e litoral em termos espaciais, do ponto de vista social havia outros denominadores comuns que aproximavam os diversos espaços caracterizados como sertão no Brasil colônia. Tal como expusemos anteriormente, umas das raízes etimológicas apontadas pelos filólogos que se debruçaram sobre o termo, assinalam para a sua associação a ideia de “deserto” ou “desertão”, sendo assim, o termo fazia referência direta também a questões populacionais da América.

Sobre o tema, Janaina Amado (1995, p. 148) ratifica que desde o início do período oitocentista “sertão” já era um vocábulo integrado a língua portuguesa falada na América, com registro nas crônicas e narrativas legadas pelos viajantes que percorreram os mais diversos espaços e era utilizado como referencial aos territórios “despovoados” do interior do Brasil.

Os sertões eram tidos como localidades compostas por esparsos núcleos de ocupação,

com maior destaque as vilas e fazendas, ou seja, povoações de natureza colonial. Contudo, Amado, valendo-se do relato do botânico August de Saint´Hilarie, afirma que, em verdade, as assertivas sobre os supostos vazios demográficos contidos nas crônicas e memórias oriundas do século XIX traziam consigo contornos simbólicos e discursos políticos que se estendem para além de um relato fidedigno sobre o cenário demográfico das regiões.

Isso por que, ao endossar a adjetivação do sertão na condição de terrenos despovoados, o botânico francês explica que: “quando digo ‘despovoada’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravos está povoada em excesso” (SAINT´HILARIE 1937, p. 378 *apud* AMADO, 1995, p. 148). Dessa forma, denota-se que a questão não estava objetivamente associada a ocupação real da região, mas sim a concepção forjada acerca das populações indígenas e o seu conseqüente apagamento no imaginário que constituiu o sertão.

Nesse sentido a autora Vânia Maria Lousada Moreira (2000) assinala que no decurso do processo de colonização o conceito de vazio demográfico assume uma função quase que imagética, transformando territórios antes habitados por diversas populações em enormes espaços completamente despovoados. Ainda nesta linha, Moreira aponta para alguns fatores que justificam o decréscimo paulatino de indígenas em certos territórios:

O caráter seminômade e arredo do índios dos sertões, as frequentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração a população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em grande medida, para forjara ideia de que partes do Brasil eram, ou até mesmo sempre foram sertões sem gente. (MOREIRA, 2000, p. 138).

Cabe assinalar que apesar do real decréscimo da população indígena na América Portuguesa em virtude do contato predatório que se estabeleceu entre colonos e ameríndios, tal condição não justifica por inteiro as narrativas de desaparecimento dos povos nativos. Nesse sentido para entender estas narrativas é necessário considerar as dinâmicas ideológicas que permearam a colonização.

Assim como ocorreu em África e na Ásia os povos nativos da América também foram minimizados e inferiorizados frente aos colonizadores, que criaram um imaginário de caminho livre para suas expansões econômica e populacionais.

Ademais, a noção de vazio demográfico está amparada outra nuance dicotômica entre sertão e litoral, que oferece subsídios ao discurso que visa subjugar, bem como, reforçar a imposição do colonizador mediante aos povos colonizados. Esta relação se dá no antagonismo entre civilização e barbárie.

Compreendendo o viés simbólico intrínseco ao termo, no bojo da implementação dos projetos coloniais em território “brasileiro”, a categoria sertão, a priori, foi forjada como expressam valores negativos, especialmente, à luz dos ideais civilizacionais veiculados pela modernidade europeia e que norteavam os discursos coloniais. Os sentidos associados a esta categoria nos espaços condizentes ao Brasil foram primeiramente atribuídos pelos colonizadores lusos situados no litoral e comprometidos com os projetos de conquista e consolidação do domínio português.

O termo sertão passou a ser atrelado não somente a noção de vastos espaços afastados das zonas costeiras, como também a expressão antagônica das estruturas civilizacionais que os colonos já haviam implementado na região litorânea e que ainda eram desconhecidas nos espaços do sertão:

[...] litoral (ou ‘costa’, palavra mais usada no século XVI) referia-se não somente à existência física da faixa de terra junto ao mar, mas também a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominados pelos brancos, um espaço de cristandade, da cultura e da civilização. Sertão, já se viu designava não apenas os interiores da Colônia, mas também espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta e habitados por bárbaros, hereges e infiéis, onde não havia chegado as benesses da religião da civilidade e da cultura. (AMADO, 1995, 148-149)

Dessa forma, na leitura do colonizador, tal qual em um jogo de espelhos, sertão e litoral foram categorias construídas uma à imagem da outra, porém, expressando sempre valores contrários. Ao passo que o litoral, por já estar inserido na ordem do projeto colonial, configurava-se como o lócus que resguardava os poucos traços de civilização e modernidade cultivados pelo europeu no chamado Novo Mundo, o sertão ainda se encontrava em estado de atraso, distante de qualquer sinal de progresso ou razão.

Em consonância a estas ideias, a historiadora Maria Elise Mader (1995), produziu um diagnóstico bastante esclarecedor acerca desta contraposição que permeava o imaginário colonial. Para Mader, tomando por base os registros de viajantes e exploradores que correram os rincões da América portuguesa, a ideia de sertão se opõe não somente o litoral enquanto espaço físico, mas também a partir da noção de “região colonial”, ou seja: espaços já ocupados pelo colonizador.

Dessa forma, as regiões coloniais recebiam a alcunha de “Mundo da Ordem” em virtude da presença significativa de instâncias do poder, leia-se Igreja e instituições que representem o Estado, na contramão, o sertão era a expressão do “Mundo da Desordem”:

[...] o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido

pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em região colonial (MADER, 1995, p. 13).

O Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão constitui-se como uma síntese destes dois aspectos, que conjugados desvelam as intenções de Francisco de Paula Ribeiro na construção de projetos políticos que visavam explorar e, ao mesmo tempo, inserir o sertão maranhense na lógica colonial. Tais intencionalidades tornam-se ainda mais inteligíveis mediante a leitura do mapa à luz dos relatos legados pelo militar em suas memórias, nas quais esmiuça suas impressões sobre a região.

Como referenciamos anteriormente, em toda região centro-sul da capitania, correspondente ao sertão dos Pastos Bons, as únicas povoações representadas pelo militar em sua cartografia são as vilas, freguesias e ribeiras edificadas pelos colonos. Todavia este alheamento promovido por Paula Ribeiro aos indígenas se dá paradoxalmente à longeva e expressiva presença destas populações em toda capitania, reconhecida textualmente pelo próprio militar ao afirmar que:

“[...] as povoações gentias, que ainda não domesticadas se acham dentro dos territórios da Capitania do Maranhão, e isso há mais de duzentos anos [...], são com efeitos assaz numerosas, e formam por isso objeto seu, que não merece pouca atenção [...]” (RIBEIRO, 1841, p.184)

As caracterizações que se seguem em outras passagens das memórias de Paula Ribeiro convergem para este mesmo cenário do sertão como um extenso vazio demográfico. Ao abordar ao estágio em se achava a ocupação colonial do sul maranhense no período em produzira o seu relato, Ribeiro teceu críticas a letargia que marcava o processo.

De maneira geral, as primeiras assertivas do militar sobre o tema em “Descrição do Território dos Pastos Bons” chamam a atenção para a relação pouco harmônica entre a extensão territorial e a quantidade de habitantes. Segundo ele os Altos Sertões encontravam-se em difícil situação, pois “[...] a população não é proporcional à sua grande extensão” (RIBEIRO, 1849, p. 65).

Devido essa discrepância, as concessões de terras para que os fazendeiros pudessem estabelecer suas propriedades eram bastante generosas, sendo o território dos Pastos Bons composto por grandes fazendas que se distanciavam por cerca de três léguas uma das outras.

O militar asseverou esta análise ao produzir uma estimativa populacional da região, mesmo afirmando que era difícil precisar se os números trazidos por ele realmente condiziam com a realidade. Ainda assim, em sua projeção contabilizou que a população dos Pastos Bons

no período oitocentista estava entre quatro a cinco mil homens livres, além de aproximadamente mil escravos, (RIBEIRO, 1849, p. 42) número insignificante se comparado à capital da província e mesmo ao vale do rio Itapecuru.

Na visão de Francisco de Paula Ribeiro umas causas que justificaria esta condição era o modelo produtivo aplicado nas fazendas que, via de regra, demandava a utilização de pequeno contingente de mão de obra, uma vez que “Os senhores das fazendas ou criadores de gados exigem pouco assalariados, e ainda muito menos escravos, suprindo como seus próprios filhos os cuidados daqueles maneios.” (RIBEIRO, 1849, p.77), diferentemente do que ocorria nas zonas litorâneas, onde a cultura do plantation se sobrepunha e a mão de obra de sujeitos escravizados, sobretudo africanos, era empregada em larga escala.

Ainda concernente ao tema, salienta-se poucas edificações existentes nos Pastos Bons nas primeiras décadas do século XIX, segundo o militar, apesar de se tratar da principal freguesia de todo o sul da capitania, local onde se achava a “pia-batismal” do sertão, a região “não chegava a ter vinte fogos, e todos os seus edificios são ridículas palhoças, à exceção da igreja matriz, único templo seu, e do quartel do destacamento militar quando ali o havia; porque são construídos de pedra e cal e cobertos de telhas” (RIBEIRO, 1849, p. 64)

O mesmo vale para as descrições empreendidas pelo militar das chamadas “oito particulares ribeiras”, que na sua visão são “ainda na maior parte mal povoadas”. É aspecto comum ao retrato edificado sobre estas localidades o destaque dado ao baixo contingente populacional. A exemplo, no relato sobre a ribeira além de Balsas, Ribeiro afirma que “a população desta ribeira é tão pouco numerosa quanto a de Neves”. (RIBEIRO, 1849, p.63). Cenário similar ao que ocorre na ribeira da Lapa que apesar de ser “[...] a maior dos Pastos Bons, compreendendo-se desde a foz do rio Sereno no Manoel Alves Grande até as cabeceiras deste e às do rio Balsas”, no que tange a sua ocupação “[...] ela se acha ainda muito pequena parte povoada” (RIBEIRO, 1849, p. 65)

Ademais, as descrições elaboradas sobre a condição em que se achavam as ribeiras do sertão maranhense, juntamente outras passagens de seus textos, igualmente contribuem para uma melhor compreensão da ótica do colonizador com relação aos povos indígenas que habitavam estas regiões.

Em uma de suas nuances, a figura do indígena emerge na narrativa de Francisco de Paula Ribeiro como um entrave para o aprofundamento dos projetos da Coroa portuguesa desde os primeiros movimentos de ocupação colonial, seja para a ampliação do quantitativo de fazendas de gado ou para o melhor provento das diversas potencialidades naturais mapeadas pelo militar. As constantes “correrias” impostas pelos povos Xavantes e Xarentes

aos colonos nas fazendas localizadas nas ribeiras Lapa são mostra desta noção que relega o indígena ao papel de causador das problemáticas enfrentadas pelo homem sertanejo.

Em outra passagem, Paula Ribeiro relata de forma ainda mais clara, ao afirmar que:

Já em outros tempos forma povoados seus campos em Pastos Bons, os melhores para a criação dos gados, e ali com mais de sessenta estabelecimento desse gênero formavam esta ribeira uma das mais populosas do distrito. Porém, os índios Sacamecrãs, de que tratamos na memória respectiva, e outras que com estes se confinam, tornaram a vertê-los em desertas solidões, destruindo a maior parte dos dilatados estabelecimentos, e indo gradualmente tanto em aumento essa devastação que já hoje no dia ribeira muitos poucos conhecemos, e esses mesmos quase exauridos; circunstâncias esta pela qual poder fazer-se ideia do quanto estará devoluta e de quão pouco é o número de seus habitantes. (RIBEIRO, 1849, p. 60)

Sob esta perspectiva, cabe àqueles que atuam em função do desenvolvimento do sertão aos moldes colônias encaparem um combate aos povos indígenas, na esfera econômica, militar e simbólica. No âmbito do combate pela força, a situação que se achava a ribeira da Farinha configurava-se com um expoente, haja vista que, nas perspectivas do militar, esta só ostentava a condição maior de modernidade se comparada às demais após a “conquista” dos colonos sob os Macamecrãs, antes donos daquele espaço, em 1809.

Contudo, a conquista não se faz somente por meios militares, ela também pode ser mediada pelas instâncias simbólicas, através capacidade de fazer crer e ver através da anunciação e transformar visão que se tem sobre o mundo (BOURDIEU, 2005, p. 14). Sendo assim, as armas da exclusão operada pelo colonizador através da escrita e, acrescentamos, da cartografia são expoentes dessa dominação imposta sobre o real.

Deste modo, o poder exercido sobre o real por meio da cartografia não se expressa somente através da estrita representação das ribeiras. Os espaços vazios trazidos por Francisco de Paula Ribeiro em sua cartografia são instrumentos igualmente valiosos para a reafirmação do poder sobre os territórios do sertão, já que são artifícios para a imposição de silenciamentos os povos indígenas.

A relação entre o vazio demográfico e o ideário de sertão, que se delineou no Mapa geográfico da capitania do Maranhão, é tributária de largos antecedentes que remontam as primeiras representações da América Portuguesa, mesmo que no decorrer dos séculos as justificativas aparentes para este fato sejam distintas.

Nos primeiros séculos da colonização, sobretudo o XVI e XVII, a visão idílica que predominava o imaginário dos exploradores europeus recém-chegados do “Novo Mundo” somado ao pouco conhecimento que possuíam acerca das regiões que compunham o interior de suas possessões deram forma a uma geografia imprecisa, com coordenadas inexatas, forjadas a partir de rasas bases empíricas, uma verdadeira “geografia do imaginário” (RÊGO,

2016, p. 47)

Desta forma, “[...] os mapas traziam de vazios, a descrições de tribos e a representar monstros e seres extraordinários na região para preencher o espaço em branco” (BONATO, 2011, p.02). Além disso, em razão das poucas incursões a estas localidades, os mapas foram construídos através dos poucos relatos existentes sobre a região ou mesmo por meio das presunções dos cartógrafos sobre os sertões e valendo-se das convenções gráficas existentes à época.

Contudo, progressivamente as razões pelas quais os espaços vazios se impuseram no texto cartográfico assumem novos contornos. Do ponto de vista técnico, a tensão entre mito e realidade que marcou a colonização gradual dos sertões e se refletiu na imposição de figuras oníricas na representação cartográfica destes espaços aos poucos vai cedendo terreno, especialmente a partir do século XVIII, dando lugar a simples representação de espaços vazios, o que, sob este ponto de vista, desvelava o desconhecimento dos europeus sobre os sertões. (FURTADO, 2012, p. 425)

No caso português, a falta de clareza sobre estes territórios está sedimentada também na própria característica de sua cartografia. Sendo ela oriunda das expansões marítimas, boa parte de seus mapas era de caráter náutico fazendo com que pouco se soubesse sobre os aspectos geográficos do interior. (RÊGO, 2016, p. 50)

Porém, como melhor expressam Ferreira; Dantas e Simonini (2012) esta é uma característica conjuntural da cartografia colonial, pois é possível encontrar a materialização deste discurso tanto nos mapas dos primeiros séculos do período colonial, a exemplo da “Nova et accurata Brasiliae totius tábula” atribuída a Joane Blaeu e publicado em 1640, bem como no “América meridionale: publique sous auspices de monsenhor le duuc d'Orleans premium prince du SangMap of South America”, elaborado por Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville em 1748, ou até mesmo nas produções cartográficas que datam do final do período colonial, como “Brazil, or trans-atlantic Portugal”, publicado por John Luffman em 1808.

A similaridade entre os mapas citados reside no ato de retratar os sertões enquanto a recorrente personificação do “outro”, o espaço desconhecido, um verdadeiro “desertão”. Tais noções são expressas não somente através das representações gráficas, mas também por meio dos breves trechos discricionais que acompanham os mapas, a exemplo da passagem que informa “Brasil cujo interior é em grande parte desconhecido¹²” (tradução nossa) presente no mapa de d'Anville, bem como o trecho contido na cartografia de Luffman ao que afirma

¹² No original: *Brésil dont l'intérieur est inconnu en grande partie.*

“Interior do país/muito mal conhecido¹³” (tradução nossa). (FERREIRA; DANTAS; SIMONINI, 2012).

De igual maneira, o mapa de Francisco de Paula Ribeiro também possui dentre as observações contidas na parte inferior, menções ao território da capitania do Maranhão que a qualificam pejorativamente como mantenedora de vastos espaços despovoados. Segundo Ribeiro, “Os espaços que âmbito de toda Capitania não vão demonstrados em alegro, são até hoje incultos e despovoados, em razão das numerosas Povoações Barbaras, e indomesticadas, que nelles se obcervão estabelecidas”.

Contudo, o próprio trecho supracitado assinala que esta lógica presente nas produções cartográficas que referenciavam os sertões coloniais como supostos “vazios demográficos” e não podem ser analisadas somente a partir das justificativas de limitações técnicas e ausência de informações sobre os referidos espaços e suas populações. Como já citamos, os silêncios também são políticos e fruto de concepções de mundos transmitidas através dos mapas.

No caso de Francisco de Paula Ribeiro, o desconhecimento sobre os povos indígenas nunca foi um entrave para que se justificasse sua completa ausência na cartografia. Em sua memória dedicada exclusivamente aos indígenas do Maranhão, Ribeiro demonstra amplo conhecimento acerca de questões pertinentes a sua existência: desde as etnias as quais pertenciam, onde habitavam, costumes e modo de vida.

O militar afirma que majoritariamente os povos indígenas da capitania localizavam-se para longe da região litorânea, isso porque quando os primeiros focos de ocupação colonial foram estabelecidos na região, os indígenas necessitaram abandonar a beira-mar e deslocar-se para o sertão. Porém, posteriormente, foram novamente “acossados” pelos colonos, desta vez pelos fazendeiros baianos e pernambucanos, e aos poucos, com a crescente expansão da pecuária, parte destes povos migraram para as capitanias vizinhas, principalmente Pará e Goiás. (RIBEIRO, 1841, p.185)

Pormenorizando ainda mais suas descrições Ribeiro nomeia os grupos étnicos aos quais faziam parte. Nesse sentido, o texto menciona que em sua maioria os indígenas que habitavam o território maranhense pertenciam as “nações” Timbira e Gamela, sendo a primeira “[...] superadamente numerosas, tendo absorvido como inúmeras aldeias quase todo âmbito central desses terrenos” (RIBEIRO, 1841, p.185). Ainda nesta linha, Paula Ribeiro detalha estes se subdividiam em entre os grupos: Capiocrãs ou Canelas Finas, Sacamecrãs, Piocobgês, Purecamecrãs, Canaquetgê, Macamekrans (Caraous ou Temembós), Xavante e

¹³ No original: *Interior of the country/very imperfectly known.*

Guajajaras. Ou maiúsculas ou minúsculas.

Ao passo que realiza estas identificações, o militar também fala sobre a localização destes grupos étnicos, que, segundo ele, encontravam-se comumente espalhados entre a chamada freguesia de Viana e os vastos espaços que compunham os Pastos Bons. Paula Ribeiro, via de regra, referencia a localização destes povos mediante a proximidade que apresentam com os principais rios que banham capitania do Maranhão. Cotejando tais informações deixadas por Francisco de Paula Ribeiro em sua memória e a representação do território maranhense cunhada no Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão, denota-se que a exceção das regiões que eram coabitadas por indígenas e colonos, em grande medida, as áreas representadas como espaços vazios são aqueles onde a ocupação indígena era majoritária.

A descrição geral sobre o seu local de concentração já dava mostra deste fato. Em virtude da violenta expulsão que sofreram das zonas litorâneas, o processo de migração para os sertões redundou no estabelecimento de suas moradas majoritariamente “[...] pela latitude do lado oeste da mesma capitania, entre os rios Itapecuru e Tocantins” (RIBEIRO, 1841, p.184). Por conseguinte, na representação que Francisco de Paula Ribeiro produz sobre este espaço não consta qualquer foco de ocupação humana, sendo estes extensos vazios cessados apenas pela representação das ribeiras dos Pastos Bons.

Este cenário se torna ainda mais antagônico quando recorremos à estimativa populacional que Paula Ribeiro produz sobre os povos indígenas. O militar afirma “que só nesta parte da Capitania do Maranhão, entre o Tocantins e toda a fronteira povoada, viviam mais de oitenta mil almas gentias, nunca descendo de mil qualquer das suas povoações” (RIBEIRO, 1841, p. 442). O próprio trecho denota que Ribeiro fazia uma clara cisão entre o que concebia como áreas povoadas e meros espaços de ocupação “gentil”, aspecto comum que se estende para outras passagens que reproduzem o mesmo discurso.

Sendo o Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão a síntese imagética das considerações elencadas pelo militar sobre os sertões dos Pastos Bons, nele são ratificados todos os discursos políticos e construções do imaginário sobre os sertões progressivamente expostos nos textos. Dessa forma, os vazios existentes são aqui concebidos como expressão desta estratégia política pautado em visão eurocêntrica de construção civilizacional que apaga a existência dos povos indígenas no intuito de promover uma reocupação aos moldes coloniais.

As tensões entre espaços vazios e espaços ocupados não estão alicerçadas em questões demográficas reais, mas sim na contraposição entre civilização e barbárie que marcava os

discursos sobre os sertões. Por essa razão, predominava nas descrições de Francisco de Paula Ribeiro sobre os povos indígenas um tom pejorativo, que qualificava seus aspectos culturais e ações cotidianas como a expressão da barbárie que reinava nestes espaços. Um breve exemplo, está na descrição feita sobre as indumentárias, ou a ausência delas, dos indígenas no Maranhão.

Vejamos o que diz Paula Ribeiro:

Os selvagens da Capitania do Maranhão, ainda que menos ferozes do que aqueles (nações setentrionais iroqueses, hurões, esquimós e outras) na condição, vivem extremamente nus, tal como a natureza os produziu, usando por única compostura pintar seus corpos com tinta preta feita do suco de uma fruta que se chama jenipapo e com tinta vermelha extraída da semente do urucum.[...] Furam as orelhas e o beijo inferior, usando meter nestes furos grandes rodela e batoques de pau, ou pontas de osso, segundo a divisa mais ou menos diferente de cada nação ou tribo, e assim mesmo alguns rapam grandes coroas na cabeça.[...] Finalmente, contemplar um desses bárbaros nos dias de sua diplomacia é parar os olhos para ver um composto de feições o mais horrível que pode-se imaginar (RIBEIRO, 1841, p. 191).

Sendo esta a tônica geral das caracterizações aos povos que maciçamente ocupavam o sul da capitania, o vazio do sertão, na visão de Francisco de Paula Ribeiro, não era de populacional, mas sim civilizacional. Não havia entre os habitantes originais dos Pastos Bons qual quer expressão dos valores que colocassem a região no patamar progresso pretendido pelo discurso colonial eurocêntrico.

Nesta perspectiva, o sertão é marcado por um paradoxo, pois na mesma medida que se trata de uma região que abundam virtudes naturais (espaço privilegiados para a criação de gado, vastos recursos hídricos, clima cômodo) do ponto de vista social a região é circunstanciada por severas debilidades civilizacionais de seus habitantes.

Este conjunto de sentidos atribuídos aos Altos Sertões, usado não só como instrumento retórico no período colonial para igualar todos os espaços interioranos sob uma denominação comum, assim como, no que tange seus aspectos sociais, associa-os a marcadores notadamente negativos, em face do seu afastamento espaços já colonizados o que reverbera em um suposto estado de barbárie existente nos sertões, desvela outro aspecto característico do emprego da categoria neste contexto: o sertão como uma condição a ser superada.

Os aspectos valorativos que estão implícitos ao ato de vincular toda e qualquer região ao termo sertão, carregam consigo elementos críticos ao estado atual em que tais regiões se encontram e, de igual forma, estão subjacentes intentos de modificação deste cenário vigente. Dessa forma, atribuir a alcunha de sertão, principalmente quando é feito em prol do discurso colonial, não deve ser compreendido como um ato desprezioso. Isso porque, trata-se da expressão, no campo discursivo, do desejo dos grupos que mobilizam tal categoria de

implementar formas distintas de exploração e ocupação destas regiões. Ou mesmo entendido como estratégia argumentativa para homogeneização do projeto político que se pretende (MORAES, 2003).

Dessa forma, o sertão é pensado como espaço para expansão, que por estar sob soberania incerta, é passível de ser anexado a ordem do poder vigente, o que redundaria em uma dominação tanto em termos simbólicas destes espaços, mas também em uma apropriação concreta. O que por óbvio desemboca em violências de toda sorte impetradas aos povos originários que habitavam estes espaços. Ademais, esse processo conta com participação direta dos produtos cartográficos:

O conceito de sertão passou a ser, nesse contexto, muito utilizado na cartografia, mais como qualificativo de lugar que como um local específico. Trata-se da indicação de lugares pouco ocupados, ou seja, usar a designação de sertão indicaria a ideia subjacente de ocupar aquele espaço e, em consequência, levar a civilização até ali. Sertão é, assim, um qualificativo de espaço, que pode ter componentes etnográficos como denominação “sertão dos tapuias”. É um qualificativo que indica também uma espécie de fronteira, que separa a civilização da barbárie e, nesse sentido, indica a necessidade de atravessar, conquistar e incorporar as regiões assim qualificadas (RÊGO, 2016, p. 38)

Assim, como nos diz Rêgo, a cartografia reproduziu amplamente esta noção de sertão que se formou de maneira mais robusta a partir do século XVIII. Cabia a ela reafirmar a incerteza sobre a soberania destes espaços por meio da expressão dos vazios demográficos. Ao olharmos a cartografia de Francisco de Paula Ribeiro, são deliberados os silenciamentos que o militar impõe aos povos indígenas em prol do projeto que concebe o sertão como espaços que necessitam ser preenchidos.

Para tanto, a preferência do militar pela representação pormenorizada dos rios, riachos, serras e montanhas em detrimento aos povos indígenas que também ocupavam estes supostos vazios se configura como uma estratégia de “deshumanizar el paisaje. Estos mapas transmiten un conocimiento que mantiene al sujeto al margen. El espacio adquiere una importancia mayor que la del lugar: si los lugares se ven parecidos, se les puede tratar de manera parecida” (HARLEY, 2005, p. 131).

Esta sobreposição da paisagem fria e geométrica sobre os habitantes legitima as ações arbitrárias do poder colonial sobre estes povos, que reconfigura e se apropria dos espaços, pois é característica deste estado conquistador que “Todo el estrato de identidad étnica es suprimido del mapa en actos que equivalen a un genocidio cultural también se pueden ver como representantes del rechazo inconsciente de este ‘otro’ pueblo por parte de los que pertenecen a los grupos políticamente más poderosos.” (HARLEY, 2005, p. 132).

Dessa forma, cabe ao historiador a implementação de uma leitura crítica destes

silêncios, que, munido de fonte e métodos adequados, promova questionamentos acerca destas espacializações resultantes da violência colonial e, de igual forma, revele a existência de formações populacionais que precedam a visão unilateral transmitida pelos mapas modernos.

4 O PRODUTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO E OS MAPAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

4.1 Mapas como recurso didático no ensino de história

É correto afirmar que nas últimas décadas têm se asseverado uma maior procura pelos produtos cartográficos como documentação base para desenvolvimento de inúmeros trabalhos científicos. No âmbito acadêmico este aumento é perceptível pelos crescentes estudos na perspectiva da cartografia histórica, consolidando-se, no Brasil, como importante fonte para as produções historiográficas. O aumento desse interesse provavelmente foi incentivado pelos Encontros Nacionais e Internacionais acontecidos no Brasil tais como: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (já em sua sétima edição) e o Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica (ocorrendo alternadamente nos dois países a cada dois anos, e já em sua oitava edição).

A possibilidade de explorar o espaço geográfico, cenário dos fatos ocorridos, serve para passarmos da “geografia do imaginário” para a geografia do real. Autores como Denis Wood; John Fels (1986), Vildan Tuncay (2013), Júnia Furtado (2012), Matthew Edney (2007) e Brian Harley, (1991), têm realizado importantes contribuições neste sentido. Ademais, ao longo do tempo, o conhecimento cartográfico ganhou maior relevância, na medida em que passou a ser desvelada sua importância nas disputas pelo poder político e econômico.

De tal modo, através da análise cartográfica é possível aferir questões interessantes em relação ao contexto nos quais os mapas foram elaborados, tais como: Para quê foram produzidos? Quais concepções de mundo se propunham mostrar? Somado a isso, podem-se estabelecer relações diretas com outras fontes documentais, oferecendo subsídios mais concretos para os estudos de outras ciências, tais como: a história, a antropologia e a sociologia, por exemplo.

Este conjunto de possibilidades indica que para além dos seus usos no campo historiográfico, os mapas, igualmente, configuram-se como valorosas ferramentas a serem exploradas pelos docentes no ensino de História. Desta feita, observando alguns dos documentos que orientam as práticas educacionais brasileiras, é possível depreender que os mapas podem ocupar um papel importante no estudo dos processos históricos explorados no ensino de história.

Segundo Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os mapas são entendidos como ferramentas que otimizam a compreensão das relações entre o espaço e o tempo, permitindo

aos discentes a leitura tanto do tempo social como natural e problematizar o modo como ambos se articulam com os espaços vividos. Por essa razão, Abud (2005, p. 25), afirma que o “[...] mapa no ensino de História pode ser uma excelente estratégia para a compreensão das mudanças e permanências ao longo do tempo”.

Contudo para que os mapas sejam aproveitados em sua plenitude é necessário ter de forma clara as estratégias metodológicas pelos quais este elemento será inserido no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, o presente capítulo pretende discutir o uso do mapa na condição de recurso didático para o ensino de história.

Nesse sentido, a introdução dos recursos didáticos no contexto educacional é fruto de novas concepções acerca dos métodos de ensino, bem como, de mudanças sociopolíticas que puseram em perspectiva o modo pelo qual se dava a aquisição dos conhecimentos por parte dos discentes, fazendo como que surgissem discussões teóricas que fundamentassem o uso de materiais que até então não eram usuais em sala de aula.

As noções que antecederam esta nova visão davam conta que o processo de ensino e aprendizagem transcorreria de modo que o aluno assumisse uma posição meramente passiva, sendo assim cabia-lhes a memorização de fórmulas e conceitos preestabelecidos, ao passo que o papel do professor era transmitir estes conhecimentos. O uso de materiais e que não fossem os compêndios era considerado desnecessário e uma distração para o andamento atividades em sala de aula. Contudo, à medida que avançavam os estudos no campo da pedagogia, notou-se um crescimento de metodologias mais ativas, a partir das quais novos elementos como o canto, desenho, jogos, materiais com formas geométricas foram inseridos, no intuito de atribuir maior participação no processo. (SOUZA, 2007, p. 110-111).

Ante o exposto, a autora Salete Eduardo de Souza define o recurso didático como “[...] todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem para ser aplicado pelos professores aos seus alunos” (SOUZA, 2007, p.111).

A prática pedagógica contemporânea admite uma vasta gama de recursos didáticos, deste os mais tradicionais como os livros didáticos, quadro e giz, até jogos eletrônicos, computadores, filmes, iconográfica e os mapas.

Segundo a autora, a inserção destes materiais em sala de aula propiciou a potencialização de uma série de valências entre os discentes, como o fomento a uma “cultura investigativa”, uma vez que o manuseio de materiais concretos pode prepará-los para a resolução prática de problemas do mundo cotidiano, valorizando a sua atuação como sujeito ativo. Além disso, a utilização dos recursos didáticos acarreta efeitos positivos em outras esferas cognitivas dos alunos, pois facilita a assimilação do conteúdo, estimula a criatividade,

coordenação motora e habilidade no manusear de objetos.

Não só os recursos didáticos, de maneira geral, agregam fundamentos importantes no desenvolvimento cognitivo dos discentes, como os mapas, de forma específica, estimulam valências relevantes à formação dos alunos, quando bem explorados no contexto escolar. O trabalho com a cartografia em sala de aula pode se configurar como importante elo entre o conteúdo escolar ministrado pelos professores e a realidade vivida pelos alunos em seu cotidiano, pois “[...] possibilita aos estudantes ampliar o entendimento das movimentações sociais e compreender as múltiplas manifestações culturais elaboradas dentro de um espaço por grupos humanos” (PASSOS, 2020, p. 32).

Estas movimentações sociais e manifestações culturais trazidas pelos mapas podem se reportar tanto ao tempo pretérito, através da cartografia histórica, quando ao tempo vivido, por meio dos mapas contemporâneos, e em ambos os casos o recuso didático cartográfico permite que o professor lance mão de artifícios metodológicos que conecte o documento com as vivências dos seus alunos.

Existem também outros aspectos positivos oriundos da inserção da cartografia no ambiente escolar. Inicialmente, importa mencionar a existência de certas dissonâncias quanto à nomenclatura mais apropriada para transmitir o processo de uso dos mapas na sala de aula. Por essa razão é possível encontrar nos mais distintos escritos que abordam o tema, termos distintos como “Iniciação na Linguagem Cartográfica”, “Letramento Cartográfico” ou mesmo “Educação Cartografia” ao processo que aqui nomeamos como Alfabetização Cartográfica (DIAS; BRASIL; RODRIGUES E SOSZINHO, 2015, p. 4).

Segundo Almeida (1999) a utilização do termo alfabetização remete a ideia de ensino das letras e decodificação de signos. Para essa autora o seu uso seria limitante, por conta da complexidade da natureza da linguagem cartográfica que associa informações do espaço a representações gráficas. Todavia, outras autoras, tal como Passini (1995), argumentam que pouco é relevante qual o termo é mais apropriado para se referir a este conceito. Na perspectiva da autora, a centralidade da discussão deve estar na ampliação das práticas escolares a respeito dos estudos da linguagem cartográfica.

Sendo assim, seguindo os ensinamentos de Passini, a despeito das divergências quanto o termo mais adequado, as orientações sobre o que é alfabetização cartográfica e seus pressupostos centrais têm certa similaridade entre os estudiosos. Concebe-se a alfabetização cartográfica como o processo que visa oferecer subsídios para que os discentes sejam capazes de interpretar a chamada linguagem cartográfica, a partir do conhecimento de seus elementos simbólicos, gráficos, matemáticos e históricos.

No âmbito escolar, o aproveitamento dos produtos cartográficos, com ênfase nos mapas, configura-se como uma estratégia profícua, principalmente entre os alunos do ensino fundamental. Isso porque, nesta etapa da escolarização os discentes estão em fase de construção das percepções abstratas, de tal modo, através dos mapas é possível “visualizar” as transformações do mundo físico, debatidas ao longo dos diversos conteúdos das ciências humanas, tornando-as mais “palpáveis” (MARTINELLI, 2007).

Sobre o tema Maria Elena Simielli (2014, p.17) apresenta melhor interpretação. Para a autora a alfabetização cartográfica:

Refere-se ao processo de domínio e aprendizagem de uma linguagem constituída de símbolos uma linguagem gráfica. No entanto, não basta à criança desvendar o universo simbólico dos mapas; é necessário que a alfabetização possibilite-lhe compreender a relação entre o real e a representação simbólica. Não basta dominar as representações simbólicas pela leitura de uma legenda; é importante que a criança seja orientada a apreender significados da área que está representando ou criar significados para as áreas mapeadas por outros e que ela está conhecendo indiretamente. Assim, trata-se de criar condições para que os alunos sejam leitores críticos de mapas ou mapeadores conscientes.

Nas palavras de Simielle a alfabetização cartográfica agrega competências de suma importância para o trabalho histórico. Isso porque a autora não concebe a alfabetização cartográfica sob uma perspectiva mecânica e estanque. Para ela se trata de um trabalho fundamentalmente desafiador e crítico, no qual o domínio dos elementos simbólicos que compõem o mapa serve de subsídio para que os alunos possam efetuar uma leitura fundamentalmente crítica sobre os espaços que estão sendo cartografados.

Ao inserirmos este processo em nosso fazer pedagógico também é cabível concebe-lo como uma estratégia de transposição didática, mediante uma abordagem metodológica e cognitiva dos mapas, o que permite ao aluno vivenciar a função de mapeador e desenvolver habilidades fundantes, tais como a observação, levantamento, tratamento, análise e interpretação de dados. (PASSINI, 2007, p.147).

Como bem alude a geógrafa Mafalta Nesi Francischett (2007, p. 3) os estudos da linguagem cartográfica contribuem no desenvolvimento cognitivo dos alunos na medida em que estimula a percepção e compreensão do conceito de espaço, bem como trabalha as noções de representação do espaço e do espaço da representação.

Em consonância com as assertivas de Francischett, Andrade e Faria (2009) também discorrem sobre a importância da cartografia no contexto escolar e seus desdobramentos na vida cotidiana dos discentes. Para as autoras, os saberes que são frutos da aprendizagem cartográfica ecoam por todas as fases da vida humana, dada a centralidade que a construção do raciocínio espacial possui.

Para a obtenção deste conjunto de habilidades que podem ser propiciadas pelos mapas, as autoras advogam pela necessidade premente da institucionalização da alfabetização cartográfica. Sobre isso, Andrade e Faria (2009, p. 5) assinalam que:

[...] ler, entender e interpretar um mapa é tão importante quando, saber ler e escrever a língua materna. Esta importância está associada à presença de interpretação espacial no cotidiano do sujeito, exigindo então critérios capazes de fidelizar às informações nele contidas. Os fenômenos presentes no cotidiano do alunado é representado no mapa, o que demanda do aluno o desenvolvimento de habilidades durante o processo de ensino-aprendizagem, que o permita ser capaz de ler a realidade do mundo agregada a instrumento predominantemente visual.

Assim, torna-se claro que o objetivo central da alfabetização cartográfica é edificar um cabedal teórico básico junto aos alunos que lhes possibilite decodificar e interpretar criticamente as representações cartográficas. Isso possibilita tanto um desenvolvimento cognitivo mais robusto, ao adquirir a habilidade de lidar uma outra linguagem que não somente a escrita, como, igualmente, possibilita uma melhor compreensão dos processos históricos e geográficos dos espaços vividos, dando-lhe meios para os resignificá-los e transformá-los.

Nesse sentido, o conhecimento mais profundo sobre os espaços permite uma maior problematização acerca das narrativas históricas em torno de sua construção e a quais grupos pertencem, questionamentos as desigualdades sociais vividas e, quem sabe, apresentar alternativas a estas problemáticas postas, haja vista que a alfabetização cartográfica é uma das ferramentas para se obter uma cidadania plena.

Ainda nesta linha ao mencionarmos aspectos como visões de mundo e vivências como elementos importantes, é possível depreender que a subjetividade é um fator que deve ser considerado no decurso da alfabetização cartográfica.

Para tanto, é necessário que o docente medeie o contato entre os alunos e os mapas, apresentando-lhes não somente os dados frios existentes nos aspectos matemáticos ou das legendas, mas faça uma leitura crítica destas e de outras informações. Quanto a isso, Pissinati e Archela, (2007, p. 188) relatam que ao iniciar a alfabetização cartográfica, o professor deve manter-se observante a fatores como a idade dos alunos com quem trabalhará, a bagagem escolar que carregam até aquele momento e as experiências de vida da que eles já possuem.

Pois, quando ensinada respeitando estes fatores, a cartografia pode se tornar algo que desperte os interesses do alunado e aguace sua curiosidade, haja vista que os elementos teórico que fazem parte do processo podem ser facilmente observados na prática. Aliás, aquilo que vemos e ouvimos como algo muito abstrato ao nosso cotidiano, é facilmente esquecido, mas o que fazemos com nossas próprias mãos e com nosso próprio raciocínio tem menor probabilidade de cair no esquecimento. (SIMIELLI, 2014, p. 2).

4.2 Elementos básicos da alfabetização cartográfica: questões técnicas e históricas

Levando em consideração estes fatores, existem alguns elementos básicos pertinentes à cartografia que necessitam ser explorados no processo de alfabetização. Ciente de que esta linguagem é composto em sua totalidade por símbolos e códigos, muitos deles definidos mediante convenções internacionais, é fundamental que o discente os conheça para que assim seja capaz de realizar uma boa leitura e representação dos espaços por intermédio da linguagem cartográfica. Nesse sentido, segundo ensina Simielli, o processo de alfabetização cartográfica pressupõe que os alunos dominem questões como: alfabeto cartográfico (linha, ponto e área), construção da noção de legenda, proporção e escala, dentre outros elementos.

Aprofundando esta questão, alguns elementos são eleitos como basilares neste processo, a saber: as relações topológicas, projetivas e euclidianas. Estas são vistas como porta de entrada para a alfabetização cartográfica de crianças e jovens.

A partir das relações topológicas é possível trabalhar questões acerca dos limites políticos-administrativos e o conceito de fronteira presente tanto na escala municipal, estadual e nacional. Soma-se a isso questões como lateralidade, anterioridade, profundidade, vizinhança e organização espacial, que podem ser exploradas em sala de aula junto aos alunos mediante a utilização dos mapas.

Ao exploramos as relações projetivas, as habilidades provenientes deste tema, como a noção de em cima/embaixo, direita/esquerda e frente/atrás, possibilitam aos alunos “a capacidade de relacionar coisas e pessoas na percepção do outro”, contribuindo para a diminuição do egocentrismo em função da consciência do outro. E por fim, das relações euclidianas emergem as noções de distância e proximidade por meio das escalas presentes nos mapas ou mesmo usando o próprio corpo como referencial.

Somada as questões suscitadas pela autora, compreendo que está no mesmo patamar de importância da compreensão dos elementos simbólico e gráficos uma orientação para o empreendimento de uma leitura crítica dos mapas, que considere os aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos intrínsecos a cada mapa que se busca analisar. Pois, ainda que as discussões trazidas outrora, sob o viés da Geografia, sejam de grande valia para pensar os usos dos mapas em História, de igual forma, é necessário demarcar algumas especificidades do campo historiográfico que podem ser exploradas em sala de aula a partir da análise deste produto cartográfico.

Sobre o tema, a historiadora Carolina Teixeira Pina apontou que:

A primeira dimensão visual que se tem do mapa é acerca da territorialidade, fronteiras limitadas, o que permite, de imediato, associá-lo com a disciplina de geografia. No entanto, o mapa como recurso didático no ensino de história, objetiva assentá-lo também em uma dimensão temporal sobre a qual pouco se reflete. (PINA, 2017, p. 4)

A autora chama atenção que para além da análise do espaço, categoria tão explorada no âmbito da geografia, o estudo dos mapas sob a ótica do historiador impõe a importância de se debruçar acerca do aspecto temporal que os permeia. Nesse sentido, como debatemos no capítulo anterior, o mapa deve ser encarado como a representação simbólico de um determinado contexto histórico, sendo assim, no trabalho em sala precisa ser abordada como produto de narrativas históricas que refletem a conjuntura temporal da qual são oriundos.

Até mesmo as discussões sobre o conceito de espaço, empreendidos a partir do trabalho com mapas na disciplina de história, devem transpassar o mero apontamento de coordenadas geográficas, como explicado nos capítulos anteriores. Cabe ao professor apontar que a conjuntura espacial expressa no mapa foi fruto de disputas econômicas, sociais, políticas e culturais, que os territórios foram e são palcos para o desdobramento de inúmeros processos históricos, que as fronteiras expostas não são naturais e sim resultado acordos ou imposições políticas e que, em última instância, o produto cartográfico é fruto de uma visão parcial, subjetiva e carregada de juízos e interesses à luz de todas essas variáveis.

Todavia, a despeito das diversas competências apontadas anteriormente que retificam a importância do uso dos mapas no ensino de história, tem-se uma realidade escolar muito distante deste cenário. O que se percebe no fazer diário em sala de aula é que:

A conjuntura atual de recursos didáticos históricos está, em grande medida, pautada na utilização de jornais, revistas, literatura, música, cinema, fotografia e até museus (entre os documentos não escritos na sala de aula). Em grande medida, a bibliografia de ensino de história não discute o mapa como recurso didático, ainda que esse material esteja presente em grande parte dos livros didáticos; (PINA, 2017, p. 2)

Além disso, nota-se que os mapas contidos nos manuais didáticos de ensino de história ainda não são devidamente explorados historicamente. A maioria é utilizada como elemento figurativo e, na prática pedagógica, pouco corrobora com as explicações históricas, perdendo assim sua importância como recurso didático no processo de ensino-aprendizagem. Isso sem contar que, no próprio meio acadêmico, as discussões sobre o emprego dos mapas no contexto escolar ainda são bastante exíguas, tendo em vista que, em descompasso com a sua importância para a construção do saber historiográfico, tem-se uma realidade escolar muito diversa. A maioria dos professores, não só de História, têm imensas dificuldades em trabalhar explorando melhor os mapas, sejam eles históricos ou não, pois os veem simplesmente como

meras referências, iguais a dicionários ou enciclopédias.

Nesse sentido, este alijamento que marcou o papel da cartografia nas práticas pedagógicas voltadas ao ensino de História, em grande medida, foi tributário da noção paradigmática que fundamentou tanto a sua concepção enquanto campo científico como disciplina escolar quando da sua introdução no Brasil, e que norteou as práticas em sala de aula durante longas décadas.

Ao remontarmos a trajetória da ciência histórica como disciplina escolar, nota-se a inserção tardia da História como campo de conhecimento consolidado e pertencente a matriz curricular ministrada aos discentes nas primeiras instituições de ensino presente em terras brasileiras. Os primeiros registros que apontam para História em seu caráter de disciplina escolar remontam o período regencial, mais especificamente a 1838, em concomitância com a inauguração do Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro.

A respeito deste período a historiadora Maria de Lurdes Mariotto Haidar (1972) traduz que, inicialmente, os preceitos historiográficos que balizavam a História ensinada traduziam o espírito conservador e fundamentalmente pautado em tradições importadas da Europa, que orientava os fundamentos que seriam adotados no do Colégio Pedro II. Estes elementos se tornam explícitos por meio dos discursos do então Ministro da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos responsáveis pelo projeto educacional da instituição.

De tal modo, o Pedro II possuía como diretrizes a manutenção e adoção unicamente dos chamados “bons métodos”, mantendo-se resistente “a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono dos felizes resultados”. Dessa forma, rechaçaria aqueles que, dentro dos preceitos tradicionais da época, seriam os “especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidas de progresso na educação de seus filhos” (HAIDAR, 1972, p. 99)

Nesse sentido, fundamentado no projeto de recorrer aos referenciais estrangeiros para alicerçar a educação em nível secundário no Brasil, no âmbito do ensino de História as bases dos conteúdos que eram ministrados em sala de aula remetiam essencialmente à historiografia francesa. Envolto em contexto de pós independência que suscitava nas elites dirigentes a necessidade de edificar uma identidade nacional, nota-se o intuito de construir através da história uma espécie de genealogia da nação, intento que reverberou na forma como a disciplina foi conduzida nas escolas.

Ainda nesta linha, os projetos políticos destinados ao ensino de história do Brasil tiveram pressupostos teóricos e metodológicos claros: o positivismo francês e a linearidade dos acontecimentos históricos. Dessa forma, os manuais didáticos adotados ensinavam a

História do continente europeu como sinônimo da História das civilizações e a História nacional diretamente atrelada a ela (ABUD, 2011, p. 165). Este cenário que atrelava a História do Brasil à Europeia, a partir de uma estrutura já existente, também se fez presente no período republicano. Assim, tentou-se reproduzir em terras brasileiras a periodização consagrada no velho continente, criando, a partir do contexto nacional, períodos equivalentes a já citada História das civilizações.

A despeito de algumas reformas importantes promovidas no campo educacional brasileiro de maneira geral, sobretudo na primeira metade do século XX, dentre as quais podemos destacar a Reforma Francisco Campos que ofertou uma descentralização e maior autonomia às escolas secundárias frente Colégio Pedro II para elaboração de seus programas, é importante assinalar que do ponto de vista prático houve uma perpetuação dos padrões teórico- metodológicos que embasavam os expoentes do ensino de história desde de sua gênese em solo nacional.

De tal forma, as mudanças paradigmáticas que norteiam os parâmetros para o ensino de histórias adotadas na contemporaneidade são provenientes, principalmente, das últimas décadas do século XX e do início do século XXI. Neste contexto, buscou-se rompimento com os paradigmas tradicionais, pondo o ensino de história em consonância com as alterações que também ocorriam nos campos da teoria e da metodologia.

Como desdobramento do cenário político de reabertura democrática que o país vivenciava na segunda metade da década de oitenta, os debates realizados nos campos educacionais propunham a apropriação de metodologias que permitissem o deslocamento dos discentes de uma condição passiva no processo de ensino aprendizagem e, a partir de então, torna-los sujeitos com papel mais atuante e participativo, atribuindo-lhes a função de produtores de conhecimento e que fosse respeitada a sua autonomia intelectual e privilegiado o pensamento crítico nos debates propostos em sala de aula.

O ensino de história não passou ao largo neste momento de debates e reformulações que ocorreu na esfera educacional. Sendo assim, os historiadores, valendo-se do ensejo existente naquele contexto, deram início a revisão dos conteúdos e, igualmente, das abordagens utilizadas no fazer em sala de aula. Estas discussões abrangeram o ensino de história em todo o nível básico da educação e, como bem sintetizam Schimdt e Cienelli (2004, p. 12)

Foi marcado pelos debates acerca e questões sobre a retomada da disciplina da história como espaço para o ensino crítico, centrado em discussões temáticas relacionadas com o cotidiano do aluno, seu trabalho e sua historicidade. O objetivo era recuperar o aluno como sujeito produtor da História, e não mais como mero

espectador de história já determinada, produzida pelos heroicos personagens do livro didático.

Torna claro que um dos objetivos centrais destas proposições era a superação do modelo francês de cunho positivista adotado pelos cânones da historiografia e introduzido em sala, ponto fim a uma narrativa que privilegiava a linearidade, bem como atribuía substancial destaque aos grandes feitos dos grandes homens exaltados em prol do projeto de construção de uma identidade nacional. Em substituição a isso, passou-se a ceder maior espaço aos saberes e narrativas dos professores e alunos no cerne do processo de construção do ensino.

Ainda nesta linha, a doção deste novo modelo foi ratificada através dos chamados PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), no ano de 1997. Dessa forma, foi estimulado entre os historiadores que também no campo do ensino de história houvesse maior interesse por temáticas que outrora eram deixadas em segundo plano, tais como os aspectos culturais e sociais. Igualmente, as novas metodologias ou renovações teóricas ganharam corpo entre os temas a serem discutidos em sala de aula.

Propunha-se também a incorporação de novas perspectivas historiográficas como metodologia de ensino (por exemplo, o trabalho com linguagens culturais-cinema, música e fotografia, entre outras; além do trabalho com documentos escritos). As mudanças propostas pelos PCNs, passaram a exigir especialmente do ensino de História uma formação para cidadania com vistas à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de interpretar e transformar a realidade em que vivem, de valorizar o patrimônio sócio-cultural, respeitando as diversidades culturais. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 14).

À luz da explicação de Schimdt e Cienelli denota-se que paulatinamente as discussões empreendidas entorno do ensino de História convergiram para o maior afastamento das práticas tradicionais e passaram privilegiar outras correntes teóricas, a exemplo da Nova História Cultural, que permitissem a inserção de uma maior variedade de documentos na construção do conhecimento histórico em sala de aula.

E neste contexto os recursos didáticos inseriram-se de maneira mais significativa no ensino de história. Porém, apesar dos mapas serem reconhecidamente produtos culturais, esta “evolução” do fazer histórico em sala de aula não os contemplou plenamente, fazendo com que, no contexto atual, tenham ganhando terreno de forma tímida.

Nesse sentido, Tuncay (2013) aponta alguns aspectos que contribuem para este cenário no contexto latino-americano. Para ele, apesar do consenso existente entre os acadêmicos sobre a relevância da utilização dos mapas como ferramenta pedagógica, ainda há certa relutância por parte dos educadores em inserirem estes entre seus materiais, por carregarem uma tradição historiográfica que concebe os mapas com uma fonte de menor relevância se

comparada aos textos escritos.

Outro ponto suscitado por Tuncay (2013, p. 81) diz respeito ao alcance das discussões teóricas sobre a cartografia, uma vez que “[...] los trabajos relativos al valor histórico de la cartografía están mayoritariamente escritos en inglés y el acceso de los estudiantes o docentes latinoamericanos a esta literatura es relativamente limitado”.

No âmbito nacional, as críticas ao uso da cartografia no ensino escolar se aproximam destas levantadas por Tuncay. Em grande medida, é diagnosticada a necessidade de maior criticidade no trabalho com mapas, isto porque, o discurso tecnicista e de neutralidade que predominava na literatura tradicional sobre a cartografia, ainda reverbera nas salas de aula.

Seguindo este pensamento, Breda e Freitas (2018, p. 561) fazem uma leitura interessante sobre a questão. Para elas:

O problema que se vê, é que na cartografia escolar brasileira, ainda prevalece uma narrativa fixa do mapa atrelado a representação do espaço absoluto e matemático, encerrando com isso futuras possibilidades e interpretações de experiências espaciais que vão além dessa concepção de espaço. Com isso, a finalidade do mapa na cartografia escolar, no limite, não é a apresentação e/ou representação do espaço, mas a técnica do mapa instrumental que segue uma normativa rígida e pouco expressiva. Pensar as representações dos alunos, e as nossas também, somente como uma tradução de um espaço euclidiano produz um fechamento que elimina a linguagem enquanto expressividade, minando as possibilidades de espaços de representação sem efeito emocional e subjetivo.

Como desdobramento da ausência da cartografia no ensino fundamental, perpetua-se, entre os alunos, a noção errônea de que os mapas reproduzem a realidade tal e qual, sendo sua única função, fornecer informações objetivas referentes à localização de determinada região ao receptor. Essa noção se mostra diametralmente oposta à que se tem dos mapas quando das reais razões de sua elaboração, visto serem elaborados por homens, constituídos de parcialidade.

Ainda nesta linha, é importante ressaltar que ao negligenciar a utilização dos mapas na construção do conhecimento histórico, o docente, provavelmente por não saber explorar essa linguagem, cria sérias dificuldades no processo de formação dos alunos, quanto a interpretação de elementos cartográficos que se faz presente no dia a dia dos discentes. Podemos constatar que estas fragilidades “[...] são materializadas no cotidiano destes alunos; desta maneira os prejuízos intelectuais são vários: desde o não entendimento de uma notícia de jornal que utiliza ‘ilustrações’ cartográficas até a alienação de seu próprio espaço [...]” (BARBOSA, 2004, p. 129).

Frente a isso, compreendo que seja necessária uma maior aproximação entre os pressupostos metodológicos estabelecidos pela Nova História da Cartografia e a forma como

a cartografia é empregada no ensino de História, ensejando um trabalho com mapas em sala de aula que seja norteado pelos processos de contextualização e problematização da fonte. Deste modo, será possível romper com a noção meramente ilustrativa que o mapa assume atualmente, e assim, explorar os diversos aspectos que o discurso cartográfico pode oferecer ao ensino da disciplina.

De tal maneira, ao refletirmos sobre a prática em sala de aula no que toca o ensino de história é importante avaliar que:

Discutir e legitimar tais produções cartográficas como recurso didático é promover a democratização dos lugares de vida através da reconstrução crítica do passado haja vista que os mapas são um discurso condensado em imagens e têm sido pouco utilizados na compreensão dos processos históricos. (PINA, 2017, p. 3).

4.3 “Desvendando mapas e conhecendo o sertão”: uma breve explicação sobre o produto educacional

Mediante ao cenário expresso de valorização dos produtos educacionais em consonância com as importantes habilidades que a cartografia pode agregar ao ensino da História em sala de aula, apresentamos em conjunto com o texto dissertativo um produto educacional composto por um mapa, intitulado “As nações indígenas ausentes na cartografia de Francisco de Paula Ribeiro” inserido em um roteiro de estudos com o título “Desvendando mapas e conhecendo o sertão”.

De tal modo, a fim de contribuir para o uso mais eficaz dos mapas no contexto do ensino de história do Maranhão, a proposta aqui suscitada se coloca em observância as diretrizes estabelecidas pelo Documento Curricular do Território Maranhense, que, por conseguinte têm suas proposições pautadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O Documento Curricular do Território Maranhense data de 2018 e foi elaborado com intuito de servir como referencial para as escolas pertencentes ao sistema de ensino do Maranhão, tanto público como privado, fruto de uma articulação entre entidades governamentais e profissionais da educação.

Baseado nos preceitos da História dos Anales, o documento prevê como objetivo para a disciplina de História nos anos finais do ensino fundamental uma maior valorização das diversas matrizes culturais que compõe a sociedade brasileira, com envase no estado do Maranhão. Neste processo é dever dos “[...] professores e professoras fazer uso de variadas linguagens para analisar os fenômenos históricos. (MARANHÃO, 2018, p. 439)

Prossegue o documento alertando para a necessidade demarcar a presença afro-indígena no Maranhão, “[...] cuja história oficial insiste em afirmar uma identidade escravocrata, patriarcal e elitista ligada aos vultos do século XIX, é difícil fazer com que os jovens se identifiquem com essa imagem que pouco ou nada afirma da pluralidade cultural e étnica da nossa região”.

Nesta senda, apoiando-se nas ideias de utilização de várias linguagens para o ensino de história no Maranhão, bem como de valorização dos povos indígenas, a pertinência do presente produto se dá em razão da contribuição aos docentes por meio de um recurso de didático que facilite trabalho destes dois aspectos com os alunos.

Do ponto de vista das questões relativas à cartografia, espera-se romper com o desuso relativo aos mapas no ensino de História e, a partir de então, estimular a interpretação crítica dessa importante fonte documental para que os discentes possam questionar os valores políticos, sociais e culturais que permeavam o período de sua elaboração, e em que medida essas produções cartográficas são vetores de quais discursos.

A escolha por destinar o produto deste projeto aos alunos do 7º ano do ensino fundamental se deu em razão das unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades definidas pelo Documento Curricular do Território Maranhense aos discentes deste nível educacional.

Dessa forma, pretendemos explorar o material didático-pedagógico aqui proposto, articulando-o com os conteúdos referentes a unidade temática intitulada “A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano”, uma vez que esta propõe como um de seus objetos de conhecimento estudar “A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação”, bem como “Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa”, que prevê como habilidades a serem trabalhadas: (EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial. (EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos. (EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática). Nesse sentido, compreendo como extremamente pertinente abordar o período de colonização do sertão dos Pastos Bons e os conflitos com as comunidades étnicas decorrentes deste processo.

À luz das discussões antes expostas, o roteiro de estudos visa abarcar esta gama de elementos e trabalhar de forma adequada do ponto de vista do formato e da linguagem

considerando o público alvo. De tal sorte, o produto educacional é composto por um conjunto de textos, atividades relacionadas aos temas abordados e os referenciais bibliográficos. O intuito central é abordar alguns conceitos centrais pertinentes a alfabetização cartográfica, bem como da Nova história da Cartografia, desenvolver discussões sobre a temática do sertão, apresentar um apanhado histórico dos mapas que são trazidos no roteiro e trabalhar tanto estes conceitos como ensejar a análise crítica dos mapas através das questões propostas.

Nesse sentido, o texto que abre o roteiro possui como cerne fazer uma abordagem conceitual e apresentar uma breve história da cartografia. De início buscou-se estabelecer um link entre questões presentes no cotidiano dos discentes e como elas seriam sanadas por meio dos mapas, como forma de criar um elo entre as vivências dos alunos e os elementos teóricos conceituais que serão trabalhadas ao longo do material.

Sendo assim, foram elencadas algumas das funções que os mapas cumprem historicamente na sociedade, salientando seu emprego como meio de comunicação, instrumento utilizado para representação dos espaços terrestres e seus usos políticos com fins de obtenções e/ou manutenção de poder.

A partir de então se propõe a contextualizar historicamente os diversos modelos de mapas que surgiram ao longo dos séculos, evidenciando as distinções existentes entre eles. De tal forma, foram mencionados os mapas do mundo antigo e o modo como foram talhados nas rochas pelos povos da Mesopotâmia, o modelo T-O (Orbis Terrarum) que norteou a cartografia no período do medievo, os mapas da Idade Moderna e como foram influenciados pelas Grandes Navegações, bem como são citadas as tradições chinesas, indianas e árabes, ressaltando as ricas escolas da cartografia mundial marginalizadas pelos estudiosos do velho continente.

Todas as assertivas nesse sentido são endossadas a partir da apresentação de mapas referentes aos períodos referidos. Objetivou-se com isso atribuir maior concretude às explicações, assim como incentivar que os discentes possam identificar de forma autônoma as dissonâncias existentes entre os mapas através da visualização das diversas cartografias referentes à épocas históricas distintas. Para finalizar, apresentamos uma definição conceitual do que é um mapa.

O segundo texto visa apresentar aos alunos alguns dos elementos básicos da linguagem cartográfica, tarefa central no processo de alfabetização, tal como já amplamente exposto. A linha argumentativa que se segue aponta que só é possível realizar a análise cartográfica caso o aluno seja capaz de identificar certos elementos de natureza simbólica e gráfica que são pertinentes a maioria dos mapas.

Para tanto, iniciamos nossa tarefa apresentando de forma sucinta três aspectos básicos que compõe os mapas: o sistema de signo, projeções e a redução. Sobre os sistemas de signos argumentamos que se trata de um conjunto de símbolos, formas e cores que fazem parte das convenções cartográficas e são responsáveis por transmitir boa parte das informações existentes no mapa. Já as projeções estão relacionadas aos elementos matemáticos presentes nos mapas. Elas são responsáveis por transportar as coordenadas terrestres para as superfícies plana dos mapas. E, por fim, redução está associada ao número de vezes que o espaço real foi reduzido para que fosse viável a sua representação através do mapa.

Ainda nesta linha elegemos outros elementos que a serem apresentados aos alunos que lhes possibilitariam uma melhor compreensão acerca da natureza dos mapas, a saber: Título, escala legenda e toponímia.

Em consonância com os intentos de oferecer subsídios para que os alunos possam realizar uma boa a análise cartográfica, o terceiro texto visa expor a perspectiva da Nova História da Cartografia e abordar alguns conceitos que os intelectuais desta corrente julgam fundamentais para melhor compreensão destes produtos.

Buscou-se explorar inicialmente os debates acerca da desconstrução do ideal positivista que se edificou entorno dos mapas, maracado pela definição dos produtos cartográficos como portadores de informações inequívocas e completamente despidos de intencionalidades e parcialidades. Nesse sentido, argumenta-se que a partir do século XX os mapas passam a serem tidos como instrumentos que reproduzem os interesses dos seus cartógrafos, bem como das classes dominantes que, via de regra, encomendavam os produtos cartográficos a fim de justificar ou projetar sua dominação política, econômica e cultural sobre os espaços.

A fim de melhor explicitar como se opera o ferramental teórico- metodológico da Nova História da Cartografia, o texto em questão traz dois conceitos centrais para a análise cartográfica à luz do entendimento destes estudiosos: a contextualização e a problematização.

Por fim, buscamos realizar um exercicio prático dos debates conceituais expostos no texto anterior. Isso porque os textos finais se propõem a ser uma contextualização histórica dos dois mapas que trabalhamos ao logo da dissertação, e que também é o objeto central nas tarefas propostas no roteiro, “Mappa geographico da Capitania do Maranham, que pode servir de Memoria sobre a População, Cultura e Couzas mais notáveis da mesma Capitania” e “As nações indígenas ausentes na cartografia de Francisco de Paula Ribeiro”.

Sobre o mapa o “Mappa geographico da Capitania do Maranham”, foram expostos os contornos históricos do seu processo de elaboração, salientando-se que trata-se da

materialização das experiências colhidas pelo militar português Francisco de Paula Ribeiro nos quase trinta anos em que esteve lotado na capitania do Maranhão, e que as ordens para sua produção provém do ofício que o destinava as zonas limítrofes entre a capitania do Maranhão e Goiás a fim de cumprir missão demarcatória entre os dois territórios.

Ainda, o texto visa elucidar as intenções políticas de Francisco de Paula Ribeiro com a elaboração de seu mapa, situando-o no contexto de colonização portuguesa das terras referentes ao sertão maranhense e como a opção por não representar os povos indígenas do maranhão configurava-se como uma posição político-ideológica de reforço ao discurso corrente à época do sertão como terras a serem ocupadas.

Também está presente no texto uma explicação sucinta sobre o mapa “As nações indígenas ausentes na cartografia de Francisco de Paula Ribeiro”. O ponto central destacado no escrito diz respeito à explanação sobre as intencionalidades que motivaram a elaboração do mapa. Nesse sentido frisou-se que a partir da referida cartografia buscou-se consolidar a narrativa de que o Maranhão também é um território essencialmente indígena e isso se prova na medida em que vários destes povos têm ocupações seculares no território maranhense.

Como já assinalamos, o presente produto educacional é composto não somente do roteiro de estudos, aqui já abordado, como também do mapa por nós produzido, intitulado “As nações indígenas ausentes na cartografia de Francisco de Paula Ribeiro” (figura 3). Nesse sentido, julgamos relevante expor de forma breve os processos de elaboração da cartografia supracitada, bem como algumas informações pertinentes ao tema.

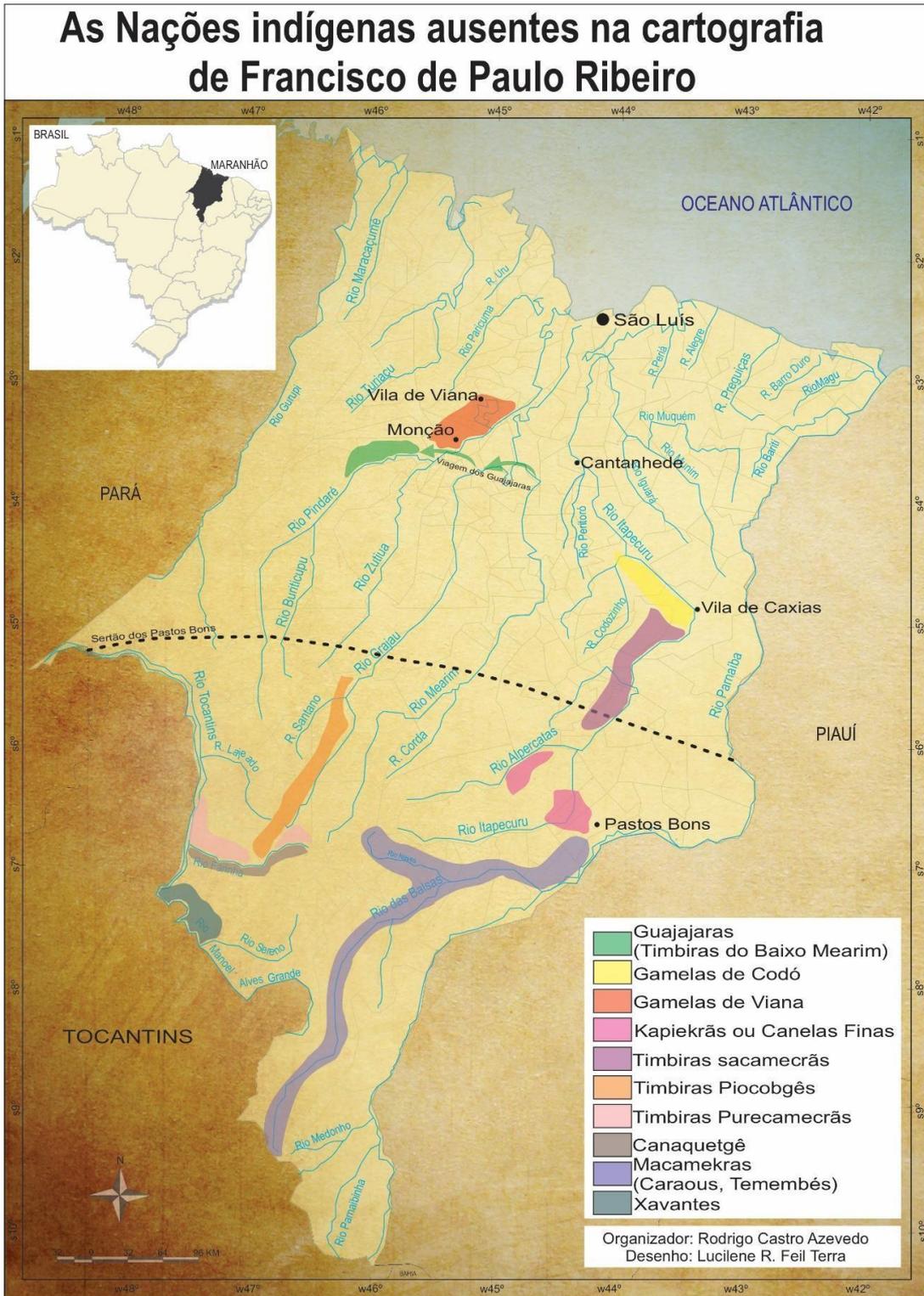


Figura 3 - As nações indígenas ausentes na cartografia de Francisco de Paula Ribeiro

De maneira geral, a construção do mapa se deu através do levantamento e análise das informações acerca das populações indígenas legadas por Francisco de Paula Ribeiro em sua obra “Memórias sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: Análise de algumas tribos mais conhecidas, processos de suas hostilidades sobre

os habitantes, causas que têm dificultado a redução, e único método que seriamente poderá reduzi-las.”

Nesse sentido, após a leitura e fichamento do referido escrito, tornou-se possível identificar a localização de cada um dos dez povos indígenas tratados pelo militar português em sua narrativa. Estes dados estão mais bem sistematizados no quadro que se segue (Tabela 1):

POPULAÇÃO INDÍGENA	TRECHO DA OBRA
<p align="center">Gamelas de Viana</p>	<p>“Ocupa nas vizinhanças da Vila de Viana aquelas vertentes do rio Pindaré[...] ainda hoje conservam-se próximos aos distritos de Monção e Carará” (p. 210)</p>
<p align="center">Guajajaras (Timbiras do Baixo Mearim)</p>	<p>“Suas viagens formais anuais percorrem entre o baixo Mearim e o baixo Grajaú, tendo suas povoações estabelecidas a oeste do Pindaré” (p. 211)</p>
<p align="center">Gamelas de Codó</p>	<p>Extremando com os Guajajaras, 2 grandes povoações 1- lado oeste do rio Itapecuru, pertencentes a Vila de Caxias, 2- do mesmo lado oeste, do lugar chamado Cantanheide (p. 213- 214)</p>
<p align="center">Capiecrãs ou Canelas Finas</p>	<p>“Extremam com os Timbiras Sacamecrãs pelos primeiros campos dos Pastos Bons [...] Dividiam-se em várias aldeias estendidas pelas referidos campos oeste do rio Alpercatas, confinando-se para leste e para sul” (p. 219)</p>

Timbiras Sacamecrãs	“São limítrofes como os gamelas de Codó, pelo rumo sul, os timbiras da mata do alto rio Itapecuru[...] estabelecidos dentro das grandes matas que correm a oeste do mesmo Itapecuru, entre os territórios da vila de Caxias e os primeiros sertões dos Pastos Bons” (p. 214-215)
Timbiras Piocobgês	Dilatados campos a oeste do Rio Grajaú (p. 226)
Timbiras Purecamecrãs	“Dividem-se em duas aldeias estabelecidas entre os Piocobgêse a barra do rio Farinha, em terrenos fronteiros, pelo rumo noroeste à ribeira do mesmo nome.” (p. 228)
Canaquetgê	Vivia pacificamente na ribeira da Farinha sua única povoação (p. 230)
Macamekrans (Caraous, Temembós)	“Senhorava o tempo de descoberta dos Pastos Bons todo território que hoje se divide pelas ribeiras de Balsas, além de Balsas e Neve. Ocupam a zonas limites da capitania do Maranhão
Xavante	Norte do rio Manuel Alves Grande, hoje são Pedro de Alcântara

Tabela 1 - Povos indígenas e sua localização segundo Francisco de Paula Ribeiro
Fonte: Elaboração própria.

Somado isso, cotejamos tais informações com os referenciais espaciais trazidos por Francisco de Paula Ribeiro no Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão, sendo possível, a partir de então, elaborar uma nova cartografia que situe estes povos tradicionais elencados por Ribeiro nos respectivos espaços que ocupavam no período oitocentista. Importante salientar que este mapa foi feito em parceria com a geógrafa Luciene Fiel Terra, responsável pelo desenho da cartografia.

Para além dos referenciais pertinentes a localização dos povos indígenas do

Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro também se propôs em “Memórias sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão” a pormenorizar diversos aspectos sociais e culturais que observará ao longo dos anos em que conviveu com estes povos. Paula Ribeiro se propôs tanto a comentar aspectos gerais sobre indígenas do Maranhão, quanto comenta particularmente sobre cada um dos povos que identificou em suas missões.

Nesse sentido, cabe mencionar que o figura de Paula Ribeiro no âmbito dos seus escritos sobre os povos autóctones é referenciada por a outros autores que versão sobre o tema. Exemplo disso são as menções feitas ao militar português pele etnólogo alemão Curt Nimuendajú, em sua obra “*The Eastern Timbira*”. Despeito de algumas discordância sobre algumas informações prestadas por Ribeiro, Curt Nimuendajú o cita como for “[...] *many years an eyewitness and an occasional participan*” (NIMUENDAJÚ, 1946, p. 3), razão pela qual demonstra conhecimento sobre o tema, e também o referencia como “*The oldest chronicler of the Timbira*” (NIMUENDAJÚ, 1946, p. 6).

Concernente aos elementos gerais sobre os povos indígenas do Maranhão, um dos primeiros pontos assinalados pelo militar trata-se dos longínquos antecedentes do estabelecimento destas comunidades na então Capitania. Segundo estima Paula Ribeiro a ocupação indígena se deu a pelo menos duzentos anos antes do período em que escreve o militar e até aquele presente momento se faziam bastante numerosas nos espaços em que habitavam.

Nesta senda, aventa-se que os indígenas do Maranhão no período setecentista tenham alcançado a marca de 250.000 pessoas, divididos em, aproximadamente, 30 etnias diferentes. Contudo, com o aprofundamento do processo de colonização, assim como outros fatores, estes povos tiveram seu quantitativo drasticamente reduzido, sendo no início dos anos 2000 contabilizados em torno de 20.000 pessoas. (CARNEIRO, 2014, p. 2)

Ainda sobre as impressões gerais de Francisco de Paula Ribeiro sobre os indígenas do Maranhão, tomado por base os aspectos linguísticos dos povos em que teve contato e relatos de seus antecessores, Paula Ribeiro assinala que na região dos sertões está dividido em dois grandes grupos: os Timbiras e os Gamelas.

Apesar da menção as nações Gamelas, sua presença na capitania restringia-se a somente “três ou quatro povoações”, sendo sua prole espalhada em dois distritos, que nomeia de “Gamelas de Viana” e “Gamelas de Codó”. Sendo assim, a nação Timbira possui presença bem mais numerosa neste período. Ribeiro contabiliza pelos menos seis ramos da nação Timbira, as quais destinou passagens específicas em suas memórias, a saber: Timbiras do

Baixo Mearim, Sacamecrãs, Piocobgês, Purecamecrãs, Macamekras, Capiokrãs.

Nas tensões provenientes do contato do colonizador e os povos autóctones, que gera um contumaz estranhamento sobre as características, os relatos de Ribeiro acerca dos costumes dos povos indígenas são eivados de juízos de valores pejorativos, típicos do contexto em que estava inserido.

Nesse sentido Francisco de Paula Ribeiro compreende os indígenas praticamente com o povo a-históricos, em razão da ausência de uma cultura escrita que legue as novas gerações conhecimento acerca da genealogia de seus grupos. Sobre isso, o militar alude que:

Desconhecem facilmente as suas colônias ascendentes ou descendentes, não só pelo desenlace que na multidão sem nome costuma desenvolver o dilatado dos tempos, como mesmo porque os homens vive sem história, e embrenhados pelos matos, é facilmente esquecer suas origens, sendo pois por isso que a estes a segunda ou a terceira geração lhes não lembra mais o parentesco, e então é sobre frutos de uma árvore, tornam-se implacáveis inimigos, fazendo-se carnagens tão horrorosas, que chegam a destruir-se inteiramente, fazendo até desaparecer a memória de muitas deles. (RIBEIRO, 1841, p. 186).

As impressões expostas por Paula Ribeiro sobre este aspecto refletem as noções da ciência histórica e da historiografia reinantes no continente europeu naquele período. Isso porque havia uma valorização sobremaneira da escrita e dos relatos históricos legados a partir dela. Por outro lado, pouco, ou quase nada, eram consideradas as fontes históricas provenientes de outros meios, dessa forma, sendo a cultura indígena sedimentada profundamente nas tradições orais, coube a Ribeiro atribuir-lhes a condição de a-históricos.

Ainda sobre esta questão Barbosa, Mezacasa e Fagundes, chamam atenção que esta classificação dos indígenas como a-históricos era corrente no século XIX, sendo o único campo do saber que poderia ser associado estes povos era a etnografia. No campo do conhecimento científico, foram gerados a partir desta noção, diversas violências epistemológicas, guardando aos povos indígenas um lugar de silenciamento nas narrativas históricas sobre a nação ou mesmo atribuindo-lhes a condição de povos primitivos, que estavam na “estaca zero da evolução”, logo eram povos sem história.

Visão similar a esta de Francisco de Paula Ribeiro sobre a história se estende para os aspectos religiosos dos povos indígenas do Maranhão. Para ele “Não se lhe conhece a mais pequena demonstração de culto ou religião qualquer que ela seja, pois é sua razão a esse respeito a mais submergida no caos e na ignorância” (RIBEIRO, 1841, p.187). Nesse sentido, a medida que os cultos e os processos litúrgicos dos povos indígenas afastavam-se das tradições católicas dominantes na cultura europeia, Ribeiro exercer mais uma vez um certo silenciamento sobre este aspecto da vida destes povos. Pensamento este que fez com que a

introdução do catolicismo fosse uma das ferramentas utilizadas no processo de colonização imposto nestes espaços.

Nesse sentido, ao explorar o viés religioso, sempre guardando a óbvia diferenciação cultural existente entre as diversas etnias que habitam este território, Barros e Zannoni (2008) afirmam que entre os povos indígenas, principalmente do Maranhão, não prestam homenagens a uma divindade tal como no catolicismo. Suas concepções estão associadas a ritualísticas que celebram diferentes fases da vida, pois estes ritos têm o papel de:

[...] de ‘integração’ da sociedade no todo cósmico. O que constitui a força do rito não é seu sentido intrínseco, sua eficácia prática, ou a segurança subjetiva que proporciona, mas o fato de que transforma a situação reforçando a solidariedade do grupo que o executa. O próprio sistema de relações entre o homem e a esfera do sagrado seria, então, expresso pelos mitos e vivido nos ritos. Os ritos religiosos são procedimentos mais ou menos estereotipados ou elaborados, compostos por atos e símbolos, que se manifestam frequentemente por objetos, e palavras provenientes de um longínquo passado. (LABURTHE-C; WARNIER, 1997, p. 206 *apud* BARROS; ZANNONI, 2008, p.174).

No que tange algumas outras características gerais destes povos, Francisco de Paula Ribeiro chama atenção para os logos deslocamentos praticados sobre tudo no verão. Ribeiro associa esta prática a cultura de caça e coleta de frutos que subsidia a existência destes povos, principalmente no verão. Já no período chuvoso, retornam as suas povoações, onde ficavam um pequeno número de pessoas com a função de manter o território já dominado e cuidar daqueles que se encontravam enfermo.

O período de chuvas também representa o ápice da agricultura para estes povos, pois é nestes meses que “[...] preparam então a pouca terra que costumam plantar batatas, mandubi e milho” (RIBEIRO,1841, p.187). Em virtude das chuvas que limita a atividade de caça, alimentação destes povos é predominantemente marcada pelos gêneros agrícolas que guardaram do anterior, sendo os meses de Maio e Julho utilizados para recolher a colheita “a qual guardam da mesma forma para o ano seguinte, e largam novamente as povoações para outra vez desfrutar nos campos os nossos provimentos, que a natureza lhe preparou”.

Outro costume que é digno de nota de Paula Ribeiro são as vestes, ou a ausência delas, entre os indígenas que teve contato. Segundo narra, diferentemente de algumas nações setentrionais que tem por hábito usarem indumentária feitas de bexigas ou peles de animais, os indígenas que se achava na capitania do Maranhão tinham por costume viverem “[...] extremamente nus, tal como a natureza os produziu” (RIBEIRO,1841, p.190)

Sua cultura estava ligada às pinturas corporais, dessa forma Paula Ribeiro relata que era usado suco de jenipapo para as colorações mais escuras e urucum que dava um tom mais avermelhado. Também espalhavam leite de janaúba em seus corpos para que as penas de

pássaros pudessem aderir a pele. O militar também cita outra tradição mais associadas aos Gamelas, segundo ele é parte de sua cultura furar “[...] as orelhas e o beijo inferior, usando meter nestes furos grandes rodela e botoques de pau, ou ponta de ossos” (RIBEIRO, 1841, p.190).

Sobre a sua ocupação no território da então capitania do Maranhão, tal como já exposto no capítulo anterior, o substancial quantitativo de indígenas que se encontram nas zonas sertanejas da capitania se dava, principalmente pela colonização portuguesa inicialmente nas zonas litorâneas, que obrigou aos indígenas deslocarem-se da beira-mar e procurarem refúgio no interior.

Contudo, o processo de colonização dos sertões dos Pastos Bons também infligiu a estes povos um outro processo de migração. Nesse sentido, a penetração dos fazendeiros baianos e pernambucanos no sul maranhense aprofundou a necessidade de deslocamento destes povos para oeste do rio Paraíba, fazendo desta região uma “segura guarita” para os indígenas.

O etnólogo Curt Nimuendajú também se ocupou de abordar esta faceta do contato entre os povos Timbiras do Maranhão com os colonizadores portugueses. Segundo o autor o território timbira sofreu pelo menos quatro frentes de ocupação colonial portuguesa: “(1) *from Sao Luiz do Maranhao up the Mearim and Itapicurui*; (2) *from Para up the Tocantins*; (3) *from Goyaz down the Tocantins*; (4) *from Bahia across the steppes to the northwest, across Piahy*” (NIMUENDAJÚ, 1946, p. 2)

Nesta linha, o etnólogo alemão aponta que a frente baiana foi a que mais reverberou entre os timbiras ao dizer que:

“Oddly enough, it was the last of these attempts at settlement that proved most potent and most significant for the Indians, for in the seventeenth century and the beginning of the eighteenth Bahia was a center for Portuguese colonization, while São Luiz, Para, and Goyaz formed mere outposts” (NIMUENDAJÚ, 1946, p. 2).

As tensões entre colonos e indígenas também são exploradas tanto no escrito de Francisco de Paula Ribeiro quanto de Curt Nimuendajú. Pode-se afirmar que Nimuendajú se vale em larga medida dos relatos de Ribeiro para sedimentar suas análises acerca da ocupação colonial portuguesa em terras timbiras.

Nesse sentido, as conclusões que restam destes relatos culminam no entendimento de que conflitos ali existentes tinha em sua raiz a expansão dos projetos coloniais nos sertões, que envolviam disputas por território. Os ataques indígenas as fazendas portuguesas, tão exploradas por Ribeiro em suas memórias, via de regra, eram precedidas por expedições

particulares dos colonos locais que visam anexar novos territórios às suas fazendas de gado.

Em que pese sua atuação como defensor dos interesses portugueses na América, Francisco de Paula Ribeiro também expressou críticas à atuação dos colonos quanto às traições que impuseram aos povos que por vezes acenavam para a possibilidade de construção de vínculos pacíficos. Sobre isso Ribeiro afirma que:

Devemos confessar que a má fé com que algumas vezes se tem tratado os selvagens desta capitania, quanto entre nós são acolhidos à força de protestos selvagens amigáveis, ou de promessas interessantes, é um dos maiores motivos que presentemente obstam para que qualquer das tribos se faça menos intratável, pois forçosamente se devem haver transmitido umas às outras a notícia das tiranias que sofreram e por isso cada vez mais se dificulta, logo trataremos, a sua acomodação e o inspirar-lhe confiança ou amizade. (RIBEIRO, 1841, p. 305).

Exemplos que dão concretude ao enxerto acima são trazidos pelo próprio militar em seu escrito. Uma delas se refere à relação mantida entre os Timbiras Sacamecrãs e os colonos, que acreditaram nos votos de paz trazidos pelos colonos e tiveram como retorno o assassinato de parte do seu povo e a prisão de outros tantos para comercialização como escravos na feira de Caxias. Situação similar se deu com os Capiocrãs, que após estabelecerem acordo de amistosidade para derrotarem seus vizinhos e inimigos Sacamecrãs, tempos depois foram hostilizados pelos colonos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui postas apontam para os múltiplos usos dos mapas ao longo dos vários séculos. A história demonstra que estes produtos cartográficos podem ser empregados para fins religiosos, políticos, culturais, econômicos e educacionais.

Em razão disso, ao longo dos séculos os mapas sofreram profundas mudanças, seja do ponto de vista da forma ou do conteúdo. É possível atribuir as mudanças de cunho estético às técnicas e materiais disponíveis para sua produção. Quanto ao conteúdo dos mapas, as mudanças estiveram circunstanciadas ao papel que lhes foi atribuído no decorrer dos séculos, assim como pelo contexto político, social, cultural e econômico vigentes nas sociedades ao longo da história.

Em face desta multiplicidade apresentada pelos mapas é fundamental pensá-los mediante suas implicações práticas no mundo vivido, e como esta ferramenta foi e ainda é utilizada para embasar projetos políticos e econômicos de dominação em determinados contextos, pois como assentimos “Os mapas, antes de qualquer outra coisa, podem ser considerados imagens carregadas de um ‘juízo de valor’, e por isso, deixam de ser compreendidos apenas como levantamentos, recortes, produções inertes e passivas do mundo” (GOUVEIA; OLIVEIRA, 2019, p. 2). A influência exercida pelos mapas é desvelada sobretudo a partir de sua interpretação mediante a associação com as diversas instâncias de poder que se edificaram na sociedade.

Dessa forma, ao passo que estes produtos cartográficos são pensados como instrumentos para apropriação e domínio sob os espaços, cabe a nós salientarmos as influências externas que são exercidas nos processos de elaboração dos mapas, que visavam atender aos interesses de seus mecenas, bem ainda o poder que os mapas possuíam de pautar a configuração espacial que seria aplicada em territórios conquistados.

O período colonial desponta como recorte histórico de grande valia para pensar as questões supracitadas. Isso porque neste âmbito houve um aprofundamento das políticas de institucionalização da produção de mapas por parte dos Estados que lideravam as corridas pela colonização dos territórios além-mar, sendo possível notar como os produtos cartográficos, por detrás de um discurso tecnicista de busca pela representação fiel das realidades espaciais, foram cruciais para justificar as conquistas de tais territórios.

Inserido neste contexto, o “Mapa Geográfico da Capitania do Maranhão” de Francisco de Paula Ribeiro, contempla esta gama de problematizações antes postas. As problematizações que empreendemos acerca dos vazios demográficos trazidos pelo militar

português em sua cartografia configuram-se como a materialização dos debates teóricos lançados ao longo do escrito.

Nesse sentido, as conclusões aqui apontam que a questão dos vazios demográficos pouco estava adstrita a desconhecimento dos colonizadores quanto aos povos originários que habitavam a América portuguesa antes de sua chegada, ou de um real despovoamento destas áreas, tal como eram as representações cartográficas. Em verdade, trata-se de um artifício retórico que visava justificar a expansão do projeto colonial e, para tanto, necessitava excluir os povos indígenas que ali residiam.

Aliado a isso, a tensão entre “civilização” e “barbárie”, que norteou os discursos sobre os povos originários também sustentou este silenciamento imposto por meio dos mapas. Isso porque, como debatido, entre as conotações atribuídas ao sertão e os povos que ali habitavam no transcorrer do período colonial está a noção de espaço tomado pela barbárie, tendo em vista os padrões de sociabilidade dos povos indígenas totalmente distintos do modelo civilizacional vigente na cultura europeia.

Como explica Moreira está é uma característica compartilhada por algumas localidades na América que sofreram como o processo de colonização:

De forma semelhante, as elites locais dos estados nacionais que se formaram no continente americano também tenderam a reproduzir e atualizar a ideologia da existência de uma terra praticamente selvagem e vazia, completamente disponível à colonização, ao desenvolvimento econômico e modernização. Isso é prática visível em países como Brasil e Estados Unidos, ambos possuidores de territórios de dimensões continentais que progressivamente foram integrados à dinâmica da economia e da sociedade de expansão (MOREIRA, 2000, p. 143).

Dessa forma, excluir estes povos do texto cartográfico configura-se como uma estratégia que visa anular a sua existência na condição de seres que, na prática, eram os ocupantes majoritários dos sertões e, ao mesmo tempo, abre caminho para ondas de colonização destas regiões, buscando superar o estado de “barbárie” e atraso construído no discurso do colonizador por meio imposição de modelos de sociabilidade exógenos aquela realidade.

Por meio do roteiro de estudos que agrega este texto dissertativo visamos aproximar as discussões teóricas e historiográficas trazidas ao longo do escrito a fim de auxiliar o professor da educação básica com um material didático que lhe permita melhor explorar o aspecto importantes da linguagem cartográfica junto aos alunos e igualmente apresentar um produto em formato acessível para que os discentes, de forma autônoma, possam compreender elementos básicos da cartografia e sejam estimulados a analisar os mapas sob uma perspectiva crítica.

Ademais, o aproximarmos do público pertencente ao ensino básico os debates a respeito dos povos indígenas do Maranhão bem como sobre a historiografia do sertão dos Pastos Bons empreendemos uma dupla função. A primeira, como já referido no capítulo anterior, de reafirmar a presença significativa dos povos indígenas há vários séculos no território do maranhense, somando-se aos esforços de outros autores no intuito de atribuir destaque as diversas etnias que também construíram a história do nosso estado, a despeito dos do genocídio e silenciamento imposta eles.

Assim, destaca-se ainda a importância de agregar temas da história maranhense as discussões em sala de aula, pois como assevera Pinsky (2010) é importante o aluno sentir a história como algo próximo a sua realidade, uma vez que este processo de “inclusão histórica” acarreta o maior interesse dos discentes em interagirem com a disciplina. Portanto, a relevância dos estudos da História do Maranhão no meio escolar reafirma-se à medida que, através dela, é possível contribuir com a “[...] formação da consciência crítica e da memória histórica coletiva do povo maranhense” (BAIMA, 2015, p. 1).

No que tange as discussões sobre a história do sertão do Maranhão, agregá-la aos debates já estabelecidos no campo da referida disciplina reforma que os Pastos Bons que é parte integrante e relevante do Estado, ainda que, por vezes, sua conjuntura histórica receba pouco destaque pelos intelectuais locais. Pachêco Filho (2010, p. 50) atribui tal fato ao processo de homogeneização pelo qual passou a História do Maranhão, pois, expoentes da historiografia maranhense, como Viveiros e Meirelles, construíram suas análises tomando por base somente a perspectiva da capital, desconsiderando assim os aspectos da história sertaneja.

REFERÊNCIAS

- APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1798-1800, Códice 20, Doc. 441.
- APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1800-1803, Códice 01, Doc. 451.
- APEM - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Caixa 86, doc. n. 7208.
APEM – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Objetos Diversos: 1817-1819, Códice 06 Doc. 1691
- ABUD, Katia Maria. Processos de construção do saber histórico escolar. **História & Ensino**. Londrina, v. 1, p. 25-34, jul. 2005.
- ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e seu código curricular. **Educ. rev.** n. 42, p.163-171,dez 2011. Dossiê: História, Epistemologia e Ensino: Desafios de um Diálogo em Tempos de Incertezas.
- ANDRADE, Natalia Dias; FARIA, Fabiana Silva Ribeiro. Tratamento cartográfico de mapas no processo de ensino aprendizagem nos livros didático. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA*, 100., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre, 2009. p.1-24.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.15,p. 145-151, 1995.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v.1, n. 2, p.21-39, 2012.
- ALMEIDA, R. D. Podemos estabelecer Paralelos entre o Ensino da Leitura e Escrita e o Ensino de Mapas? **Boletim de Geografia, Departamento de Geografia**, Maringá, ano 17, n. 1, p. 125-135, 1999.
- BAKKER, Mucio Piragibe Ribeiro de. **Cartografia: noções básicas**. Rio de Janeiro:DHN, 1965.
- BARBOSA, J. M. A.; MEZACASA, R.; FAGUNDES, M. G. B. A oralidade como fonte para a escrita das Histórias Indígenas. **Tellus**, v. 18, n. 37, p. 121–145, 2018. DOI: 10.20435/tellus.v18i37.558. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/558>. Acesso em: 20/01/2023.
- BARBOSA, Túlio. Ensino de Geografia pela Cartografia Histórica. **Revista de estudos Geoeducacionais**, Ceará, v. 1, n. 2, P.127-144, 2010.
- BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: SciELO-Editora UNESP, 2003.
- BARROS, Maria Mirtes dos Santos; ZANNONI, Claudio. O natural e o sobrenatural:

aspectos da religião dos povos indígenas. **Outros tempos**, v. 5, n. 6, p.173-185, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONATO, Thiago. **O olhar, a descrição**: A construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do período colonial (1783-1822). 2010. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BOUDREAU, Claude. Como analisar e comentar um mapa antigo. *In*: LÉTOURNEAU, Jocelyn. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p.155-171.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. História: MEC, 2018

BREDA, Thiara Vichiato; FREITAS, Anniele. Narrativas Cartográficas e experiências espaciais: possibilidades para a Cartografia Escolar. *In*: COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS E ESCOLARES: as diferentes linguagens do mundo contemporâneo e I Encontro Internacional de Cartografia e Pensamento Espacial, 10., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEUSP, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38001233/Narrativas_cartogr%C3%A1ficas_e_experi%C3%Aancias_espaciais_possibilidades_para_a_cartografia_escolar_e-book.pdf. Acesso em: 04/03/2021.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquistas e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.

CARNEIRO, J. de R. D. **Povos e Línguas Indígenas no Maranhão**: Contato Linguístico. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, Edilson Alves de; ARAÚJO, Paulo César de. **Leituras cartográficas e interpretações estatísticas I**. Natal: EDUFRN, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Bertrand, 1988.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: EDUSC, 2001.

CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. sér. v.17, n. 2, jul./dez. 2009.

CINTRA, Jorge Pimenta. Técnicas de Leitura de Mapas Históricos: uma proposta. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, n. 67, p,773-786, 2015. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984. (Biblioteca do Estudante).

DIAS, Rafael Pompeu; DA SILVA, Marcela Ferreira; SOZINHO, Rosseline Brabo; OLIVERIRA, Paulo Matheus Rodrigues. Alfabetização cartográfica: práticas pedagógicas com estudantes do 6º ano do ensino fundamental. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO*, 17., 2015, João Pessoa-PB. **Anais [...]**, João Pessoa-PB, 2015. p.5-13.

DIAS, Thiago Alves. O espaço cartográfico enquanto escrita de poder. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA*, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2011. p.49-56.

DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. São Paulo: Ed. da UFSC, 2006

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**, v. 3, n. 5, p.6-19, 1 sem. 2007.

EDNEY, Matthew H. **A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755**. Belo Horizonte: Varia Historia, 2007.

ETGES, V. E.; SEER, M.. Estudo da toponímia como expressão da organização espacial na região de Santa Cruz do Sul/RS. **Redes**, v. 4, n. 4, p. 91-108, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO; João Renôr de. **Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons; a base geográfica e humana do sul do Maranhão**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando no território dos territórios**. São Paulo: Unesp. 2007

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexander Ferreira, SIMONINI, Yuri. Cartografia do (de)sertão do Brasil: uma imagem em formação- séculos XIX e XX. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 16, n. 69, p.1-18, 2012.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **A cartografia escolar crítica**. Paraná: Unioste, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Oráculo da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GIRARDI, Gisele. A cartografia no Ensino Superior de Geografia: Desafios e possibilidades. *In: COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA ESCOLARES*, 4., 2001. I Fórum Latinoamericano, 2001.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 8, n. 2, p. 67-79, 2004. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2004.73955.

GOUVEIA, Matheus; OLIVEIRA, Mara E. Batista de. O legado colonial por trás dos mapas:

reflexões sobre cartografia e comunidades tradicionais. *In: ENANPEG*, 13., 2019, São Paulo. *Anais [...]*, São Paulo, 2019.

GUEDES, Max Justo. **A cartografiainpressa do Brasil: 1506-1822**. Os 100 mapas mais influentes. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

Haidar, Maria de Lourdes M. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: EDUSP: Grijalbo, 1972.

HARLEY, Brian. **A nova história da Cartografia: o correio da Unesco - Mapas e cartógrafos**. São Paulo: FGV, 1991.

HARLEY, John Brian. **Hacia una desconstrucción del mapa**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HARLEY, Brian. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. *In: HARLEY, Brian. La nueva naturaleza de los mapas*. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 59-78.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Manual técnico de noções básicas de cartografia**. Coordenadora Isabel de Fátima Teixeira Silva. Rio de Janeiro. Fundação IBGE, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

JACOB, Christian. Por uma História Cultural da cartografia. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, v. 236, n. 39, jan./jun. 2016 Disponível em: KANTOR, I. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, dez. 2009.

KANTOR , Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). **Araucaria – Revista iberoamericana de filosofia, política y humanidades**, Sevilla, año 12, n. 24, p. 110-123, 2010. Disponível em: LIMA, Nísia Trindade. Intelectuais e Interpretações do Brasil. *In: LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, 1999.

MARANHÃO. **Documento Curricular do território maranhense para educação infantil e ensino fundamental**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

MARTINS, Manuel de Jesus Barros. Francisco de Paula Ribeiro: um pioneiro no sertão dos Pastos Bons. *In: RIBEIRO, Francisco de Paula. Memórias dos sertões maranhenses*. São Paulo: Siciliano, 2002. p. 7-27.

MIGNOLO, Walter D. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **Revista GEOgraphia**, v. 7, n.13,p.7-28, 2005.

MADER, Maria Elena N. de S. **O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII**. 1995 . Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica, Rio de

Janeiro, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. 2003. "O Sertão: um outro geográfico." *Revista Terra Brasilis*, n.º. 4-5, 11-23.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vazios demográficos ou territórios indígenas?. **Dimensões**, Espírito Santo, v. 11, p.137-144, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NIMUENDAJÚ, Curt. **The eastern Timbira:** University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, vol. 41. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1946.

NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 7, p.105-118, 1994.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Descontruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 34, n. 68, p. 151-174, 2014. Disponível em PASSOS, Leosan Sampaio. **A cartografia crítica no ensino de história:** uma perspectiva pedagógica para a sala de aula. Utilizando mapas da Guerra do Paraguai (1864-1870) nos livros didático. 2020. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual do Maranhão, SãoLuis, 2020.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando mundos:** navegação no Vale do Rio Grajaú. São Luís: EdUema, 2016.

PÁDUA, José Augusto. **Ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais.** Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências, Curitiba: Fundação O Boticário, 2004.

PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização catográfica?. *In:* COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS, 1995, Rio Claro. **Anais [...]**, Rio Claro: UNSEP, 1995.

PASSINI, Elza Yasuko. Práticas de ensino de Geografia e estágio supervisionado. *In:* PASSINI, R.; MALYSZ, S. T. (org.). **Práticas de ensino de Geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PEREIRA, Magnus Roberto de Melo; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. A história de uma ausência: os colonos cientistas da América Portuguesa na historiografia brasileira. *In:* FRAGOSSO, João (org.). **Nas rotas do Império:** eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: Estampa, 2006. p.7-34.

PISSINATI, M.C. ; ARCHELA, R.S.: **Fundamentos da Alfabetização Cartográfica no**

Ensino de Geografia - Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, 2007.

PINA, Carolina. Os mapas e o ensino de história. *In: III Seminário Internacional História do Tempo Presente*, Florianópolis, 2017.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

RÊGO, André Heráclito. O sertão e a Geografia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 63, p.42-66, abr. 2016.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas; processo de suas hostilidades sobre os habitantes; causas que lhes tem dificultado a redução e único methodo que seriamente poderá reduzi-las. **Revista Trimestral de História Geographica**, Rio de Janeiro, 1841.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro de viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras de Capitania do Maranhão e da de Goyaz no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssimo. **Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico de Geogaphio Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo X, ed 2 1870, 1. trim. 1848.

RIBEIRO, Francisco de Paula. RIBERIO, Francisco de Paula Ribeiro. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções caráter dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimestral da História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo XII, 1. trim. 1849. [segunda edição 1872].

ROCHA, Otávio Gomes. **Narrativas Cartográficas Contemporâneas nos Enredos da Colonialidade do Poder**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2015.

SEED, Patricia. **Cerimoniais de posse na conquista europeia do Novo Mundo**. Trad. Lenita Esteves. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, Maria Elena da. **História Ambiental e Patrimônio Natural: Mata dos Godoy**.

SIMIELLI, M. E. R. O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica. *In: ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). Cartografia escolar*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 90-102.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. História local e o ensino de história. *In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SOUKUP, João. **Ensaio Cartográficos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1966.

SOUZA, Candice Vidal e. A pátria geográfica: o espaço vazio e a nacionalidade. *In*: SENA, Custódia Selma; SUÁREZ, Mireya (org.). **Sentido de Sertão**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011. p. 212-239.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116

SOUZA, Salete Eduardo de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. **Arq Mudi**, v. 7, p. 110-114, 2007.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Cartografia, território e poder: dimensão técnica e política na utilização de mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiania, v. 26, n. 2, p.11-36,2006.

TUNCAY, Vildan Bahar. Reflexiones sobre el uso del material cartográfico como Ferramienta pedagógica en América Latina: una función marginalizada ante la función estratégico-legal. **APUNTES**, Bogotá, v. 26, n. 1. p.78-87. 2013.

VIEIRA, Eliane Ferreira Campos. **A cartografia no processo de formação acadêmica do professor de Geografia**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.